

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Arsénio José Farranguane

O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA MOÇAMBICANA:
O caso do Jornal Notícias

Porto Alegre

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Arsênio José Farranguane

**O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA MOÇAMBICANA:
O caso do Jornal Notícias**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Farranguane, Arsenio Jose
O MEIO AMBIENTE NA IMPRENSA MOCAMBICANA: O caso
do jornal Noticias / Arsenio Jose Farranguane. --
2015.
104 f.

Orientador: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Jornal Noticias. 2. Função pedagógica da mídia. .
3. Jornalismo ambiental. 4. Agendamento. 5. Analise
de conteúdo. I. Girardi, Ilza Maria Tourinho ,
orient. II. Título.

**O MEIO AMBIENTA NA IMPRENSA ESCRITA MOÇAMBICANA:
O caso do jornal *Notícias***

Elaborado por
Arsénio José Farranguane

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi (Orientadora) – PPGCOM/UFRGS

Prof.Dr. Valdir Morigi – PPGCOM (suplente)

Profa. Dra. Helenice Carvalho – FABICO/UFRGS

Prof. Dr. Reges Toni Schwaab – UFSM

Nísia Martins do Rosário – PPGCOM (suplente)

Porto Alegre-RS, 30 de Janeiro de 2015.

DEDICATÓRIA

À Deus onipotente e onipresente, por ter iluminado os meus caminhos em momentos de dificuldades, incertezas e angústias.

A minha mãe (Adélia José Munguambe) pelo carinho e amor demonstrado apesar da distância que nos separou durante dois anos.

A minha filha (Shanaia Joana Farranguane) que mesmo sem compreender a minha ausência, fortaleceu-me bastante.

A minha orientadora, que se comportou como uma verdadeira mãe, pela atenção, carinho, dedicação, suporte emocional e material para que pudesse terminar a presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

Partindo do pressuposto de que conhecimento científico se constrói em comunhão, em cooperação, reconhecimento e agradeço o apoio de todos, que de alguma maneira, contribuíram para conhecimento adquirido ao longo destes dois anos de estudos e pesquisa.

Primeiro, ao Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-MZ pelo apoio financeiro através da concessão da bolsa de estudo, no âmbito de Estudantes Convênio Pós-Graduação, que constitui uma atividade de cooperação educacional visando incentivar a participação de estudantes moçambicanos em projetos de pesquisa em áreas relevantes e de interesse do governo em cursos de Pós-Graduação. Institucionalmente, estendo os meus agradecimentos ao Instituto de Comunicação Social (ICS) a qual tenho um vínculo profissional, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM), da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por ter acreditado no meu projeto e cedido uma vaga para cursar o mestrado.

O meu muito obrigado vai de forma bastante especial a Prof^aDr^a. Ilza Maria Girardi Tourinho, minha orientadora, pelo seu comprometimento com a pesquisa, pela paciência e dedicação durante o período que cursei o mestrado.

Não menos importante foi à prestação dos professores doutores Reges Toni Schwaab e Ana Maria Dalla Zen que participaram da banca de qualificação, tecendo críticas, sugestões e direcionando a pesquisa. Agradeço também às professoras doutoras Liége Zamberlan e Helenice Carvalho que aceitaram fazer parte da banca da defesa da dissertação. Agradeço também aos professores da FABICO, em especial ao Prof. Dr. Geraldo Ribas Machado, por ter ajudante de forma incondicional na representação gráfica dos dados pesquisa.

Alargo os meus agradecimentos ao Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, especialmente ao Roberto Belmonte, Débora Gallas e Ângela Camana que trilharam comigo todo percurso e pelo aprendizado compartilhado ao longo do curso.

Um reconhecimento especial à comunidade moçambicana em Porto Alegre, que de alguma forma constituiu uma verdadeira família em todos os momentos da nossa convivência.

Agradeço ao Jornal *Notícias*, em especial ao pessoal do arquivo pelo profissionalismo, simpatia e colaboração durante o período da recolha de dados.

Por último, os meus agradecimentos vão dedicados de forma bastante especial a minha família e familiares, amigos e colegas, de forma muito carinhosa a Auscêncio Machavane, Plaquécédia Chafota, Selina Chissano, Teresa Fernandes, Rosa Bila e Francisco Xavier Baptista, que direta ou indiretamente, contribuíram para que a concretização deste projeto se materializasse.

RESUMO

Diante da crise ambiental que se impõe à sociedade contemporânea, trazendo consigo um sentido de urgência por mudanças de rumo e das visões do mundo, a mídia tem um papel na mediação de sentidos no processo de construção social dos problemas ambientais. O principal objetivo da pesquisa é analisar as matérias de conteúdo ambiental do Jornal *Noticias*, tendo em vista a potencialidade deste órgão em contribuir na conscientização ambiental da sociedade moçambicana. O enquadramento teórico base inscreve-se nas áreas das teorias construcionistas do jornalismo, sociologia do jornalismo, jornalismo ambiental, na teoria do agendamento (agenda-setting) e na análise de conteúdo. Utilizamos a metodologia da análise de conteúdo de modo a podermos verificar os gêneros mais frequentes na cobertura; o tipo de fontes acionadas; o agendamento público de temas ambientais e a capacidade de conscientização da sociedade sobre a problemática ambiental. Entre os resultados, verificou-se, por exemplo, que a cobertura ambiental está baseada, prioritariamente, em fontes oficiais – presentes em 69% dos textos analisados. Concluimos que a qualidade da cobertura jornalística sobre o meio ambiente no jornal Notícias, do ponto de vista dos ditames do jornalismo ambiental e da função pedagógica do jornalismo, revelou-se deficitária, na medida em que os conteúdos das matérias publicadas carecem de aprofundamento e problematização, que permitam indicar caminhos e soluções para o enfrentamento da problemática ambiental na sociedade moçambicana. Em suma, podemos afirmar que o Jornal *Noticias* pouco contribui para o agendamento público e conscientização social sobre os problemas ambientais de Moçambique.

Palavras-chave – Jornal *Notícias*. Moçambique. Jornalismo. Função pedagógica do jornalismo. Jornalismo ambiental. Análise de conteúdo.

SUMMARY

Given the environmental crisis that challenges the contemporary society, bringing with it a sense of urgency for changes in direction and worldviews, the media has a role of mediating meanings in the social construction process of environmental problems. The main objective of this research is to analyze the environmental news of Jornal Notícias, in view of the potential of this newspaper to contribute in the environmental awareness of Mozambican society. The theoretical framework dialogues with constructionist theories of journalism, sociology of journalism, environmental journalism, the agenda-setting theory and content analysis. We use the methodology of content analysis in order to check the most common genres in coverage; the types of news sources used; the environmental issues in the public agenda and the ability to make society aware of environmental problems. Among the results, it was found, for example, environmental coverage is based primarily on official sources - present in 69% of the analyzed texts. We conclude that the quality of environmental news coverage in the Jornal Notícias, from the points of view of the environmental journalism criteria and the pedagogical function of journalism, proved deficient. The published articles do not have a deep and questioning approach able to point out ways and solutions to cope with the environmental problems in Mozambican society. In short, we can say the paper's contribution in the agenda-setting and social awareness of environmental problems in Mozambique is weak.

Keywords – Jornal Notícias. Mozambique. Journalism. Pedagogical function of journalism. Environmental journalism. Content analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INE - Instituto Nacional de Estatística

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

FMI - Fundo Monetário Internacional

BM – Banco Mundial

AGP - Acordo Geral de Paz

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

RM - Rádio Moçambique

AIM- Agência de Informação de Moçambique

ICS - Instituto de Comunicação Social

TVM - Televisão de Moçambique

RTK - Rádio e Televisão Klint

GABINFO - Gabinete de Informação

CPRDs - Centros Provinciais de Recursos Digitais

CMCs - Centros Multimédia Comunitários

AC – Análise de Conteúdo

JN – Jornal Notícias

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

JA – Justiça Ambiental

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica de Moçambique.....	11
Figura 2 – Capa do jornal Notícias.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mídias nacionais.....	23
Quadro 2 – Jornais mais lidos.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Estrutura da lei do ambiente.....	28
Tabela 2 – Distribuição de textos por temáticas.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gêneros jornalísticos.....	71
Gráfico 2 - Espaço ocupado.....	72
Gráfico 3- Distribuição das matérias por editoria.....	74
Gráfico 4 - Âmbito geográfico da matéria.....	75
Gráfico 5 - Distribuição geral de textos por tipo de fontes ouvidas.....	77
Gráfico 6 - Fontes distribuídas por categorias.....	78
Gráfico 7- Elementos gráficos nas matérias do Notícias.....	79
Gráfico 8 - Abordagem do tema.....	87

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 VISÃO HISTÓRICA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL EM MOCAMBIQUE	24
2.1 As mídias moçambicanas no período pós-independência	29
2.2 A democracia e o advento do pluralismo midiático em Moçambique.....	33
2.3 O Panorama atual da imprensa em Moçambique	35
2.3.1 A Radiodifusão	38
2.4 O esverdear do discurso político e o advento do quadro jurídico ambiental	39
2.5 Estrutura e organização do quadro jurídico ambiental	41
3 TEORIAS DO JORNALISMO E O OLHAR AMBIENTAL	43
3.1 Das teorias construcionistas à notícia como construção social da realidade	43
3.2 A função pedagógica do jornalismo	48
3.3 A teoria do agendamento e a opinião pública.....	53
3.4 Gêneros e fontes no jornalismo.....	61
3.4.1 Gêneros	61
3.4.2 Fontes.....	62
3.5 O relacionamento entre fontes e jornalistas: o cenário do caso ambiental	64
3.6 O jornalismo na ótica ambiental	68
4.1 As técnicas de análise	74
4.2 Procedimentos metodológicos e universo de pesquisa	75
4.3 O jornal Notícias – breve histórico	78
4.4 O panorama atual do jornal Notícias	80
5 A TEMÁTICA AMBIENTAL NO JORNAL NOTÍCIAS.....	82
5.1 Primeira aproximação: gêneros, dimensão das matérias, editorias.....	82
5.2 Fontes, fotos, temas e abordagens.....	88
5.2 O olhar do jornalismo ambiental.....	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXO 1 – TEXTO 1.....	112
ANEXO 2 – TEXTO 2.....	113
ANEXO 3 – TEXTO 3.....	114
ANEXO 4 – TEXTO 4.....	115

ANEXO 6 – TEXTO 6.....	117
ANEXO 7 – LISTA DAS MATÉRIAS ANALISADAS	118

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, cujo tema é **o meio ambiente na imprensa moçambicana: o caso do jornal *Notícias*** surge de uma preocupação pessoal em contribuir para o debate em busca de caminhos possíveis para o jornalismo e para os jornalistas diante dos enormes desafios que envolvem a cobertura sobre questões ambientais na mídia num período de tamanhas incertezas, dúvidas e contradições.

É sabido que a crise ambiental constitui, atualmente, uma das maiores preocupações da sociedade, figurando-se nas prioridades da agenda política mundial, embora as ações decorrentes ainda sejam paliativas e não correspondam à gravidade do momento. As mudanças climáticas constituem o exemplo mais perceptível do que a ação humana pode provocar no Planeta e sua visibilidade se dá através de vários fenômenos tais como inundações, ciclones, secas, doenças e insegurança alimentar. Tais eventos têm mobilizado organizações não governamentais, sociedade civil e governos a refletir com profundidade sobre o assunto e Moçambique não é exceção.

Durante mais de 16 anos Moçambique foi abalado por uma guerra civil que terminou em 1992. Esta situação, aliada às condições geográfico-climáticas com observância de fatores adversos tais como secas periódicas severas no sul do país e cheias principalmente ao norte, mas também atingindo zonas normalmente afetadas por secas (MICOA, 1998), fez com que as Nações Unidas no seu relatório de 1992 sobre Moçambique, considerassem o ser humano a espécie mais ameaçada no país (Encyclopedia of the Nations, 2008).

O êxodo rural, trouxe pressão sobre a utilização dos bens naturais e consequências nefastas para o meio ambiente (MOYO et.al. 1993; KRUGMANN & JUERGENSEN, 1997), incluindo a desertificação, a poluição das águas superficiais e costeiras. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), os recursos naturais, na sua totalidade em Moçambique são propriedade do estado, que determina as condições do seu uso. A Lei da Terra, datada de 1979, é a principal legislação que governa o manejo dos recursos em relação à conservação da terra, solos e áreas marinhas, de modo que o usuário se obriga a adoptar medidas para sua conservação. O manejo inadequado dos recursos renováveis leva à degradação do ambiente, diminuindo a pesca e as florestas e aumentando a erosão dos solos (United Nations Development Programme, 1998). Ciente destes desafios, o país assinou vários acordos e ratificou convenções e protocolos internacionais.

Sendo o setor agrário caracterizado pela agricultura familiar, como principal meio de sustento, a atividade agrícola depende em grande parte da agricultura de sequeiro (Instituto Nacional de Estatística -INE, 2007). A agricultura de subsistência é praticada por pequenos agricultores, apresenta em muitos casos, práticas inadequadas de preparo do solo. Stewart e Robson (1997) reportam práticas inapropriadas de uso de terras para actividades agrícolas envolvendo o corte e a queima, as quais resultam na degradação de solos, florestas e grandes prejuízos aos ecossistemas. Ainda de acordo com a Encyclopedia of Nations (2008c), um dos maiores problemas ambientais inclui a perda de 70% das florestas do país.

Moçambique possui uma linha costeira de cerca de 2.770 Km, com abundância de recursos marinhos, fonte importante de alimento e rendimento. Têm sido reportados métodos de pesca não recomendados tais como o uso de redes de arrasto o que contribui para a destruição desses recursos marinhos com consequências negativas no balanço das espécies (BANDEIRA, 2007).

O grau de industrialização em Moçambique é ainda baixo no geral, mas severa em áreas localizadas como ao redor de grandes cidades, tais como, Maputo, Beira e Matola. Nestes casos a poluição pode ser resultado do efeito combinado, entre outros, de equipamentos obsoletos, sistemas tecnológicos ineficientes e fraca regulação para a protecção da população contra resíduos perigosos em alguns casos (MOYO et al., 1993). De acordo com Moyo et al. (1993) e Massinga & Hatton (1997) na área de Maputo e Matola, ao sul do país, existem pelo menos 126 indústrias incluindo uma destiladora para produção de cerveja, uma fábrica de pneus e uma fábrica de papel. Algumas das fábricas mais importantes fazem as descargas na baía do Maputo com consequência no aumento da poluição. Consideram ainda que a indústria e o consumo doméstico urbano têm os maiores impactos negativos no ambiente tanto em termos de poluição da água como de produção de resíduos sólidos, quando concentrados em pequenas áreas, embora esses não sejam produzidos em grandes quantidades.

Um dos maiores recursos que o país possui inclui a abundância de energia proveniente de minas de carvão. Os efeitos ambientais principais resultantes desta actividade incluem a poluição da água, poluição do ar em áreas populosas e mudanças no equilíbrio de alguns ecossistemas (MOYO et al., 1993). Os maiores problemas de poluição atmosférica resultante da mineração em Moçambique poderão ocorrer nas minas de carvão de Moatize, na Província de Tete, centro do país, e em outras regiões onde se verifica um “boom” da

indústria extractiva se medidas de protecção não forem devidamente tomadas, pois poluentes como o dióxido de enxofre, óxidos de nitrogénio e monóxido de carbono podem constituir perigo de saúde para as populações vizinhas.

Moçambique deu passos importantes e significativos na construção, aprovação e desenvolvimento de um quadro jurídico sobre a protecção do ambiente. Para além do reforço do regime constitucional, da aprovação de políticas e estratégias e da adesão aos principais instrumentos internacionais de protecção ambiental, vigora no País uma Lei do Ambiente bastante atual, cujas bases têm vindo a ser gradualmente regulamentadas, através de um assinalável esforço protagonizado pelo governo. Porém, este esforço ainda não está terminado, havendo aspectos por regulamentar que deverão merecer atenção por parte do legislador nacional, tal como é exemplo a questão da tipificação de crimes ambientais. Apesar do assinalável trabalho na produção de instrumentos legais, há agora que enfrentar o sério déficit que se coloca no capítulo da implementação, por muitos apontado como o principal desafio na construção de um estado que se pretende de direito.

Perante a crescente degradação ambiental em Moçambique, tornou necessária uma nova postura do estado, da sociedade e dos meios de comunicação social em relação à preservação e conservação do meio ambiente. Nesta sequência, a Educação Ambiental vem sendo apontada como o instrumento essencial para a superação do estágio atual de degradação do meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente criada por uma resolução¹ que declara que “a educação ambiental desempenha um papel fundamental na criação e elevação da sensibilidade dos cidadãos para o seu crescente envolvimento na procura de soluções para os problemas ambientais.” Desta feita, atribui-se a educação formal e não formal a missão de colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente.

Por se acreditar que a comunicação e a informação são fundamentais na vida de qualquer sociedade que se afirma como participativa, como é o caso de Moçambique, os dois termos fazem parte de princípios consagrados na Constituição da República (2004), no seu artigo 48, complementada pela Lei de Imprensa 18/91, de 10 de Agosto de 1991. A Lei de Imprensa 18/91, permitiu o surgimento de novas iniciativas de imprensa escrita e radiofônica de carácter privado, que até então constituía monopólio do estado.

¹ Vide a resolução Nº 5/95, de 3 de Agosto que institui a Política Nacional do Ambiente.

A pertinência dos meios de comunicação social para a educação e divulgação ambiental em Moçambique², é reconhecida pela Resolução que institui a Política Nacional do Ambiente. Esta lei defende que todos têm o direito a informação e educação ambiental, cabendo aos órgãos de comunicação social colaborar de maneira activa e permanente na disseminação de informações e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

É neste âmbito, que nos propusemos analisar as matérias de conteúdo ambiental do Jornal 'Noticias', tendo em vista a potencialidade deste órgão em contribuir na conscientização ambiental da sociedade moçambicana. Este jornal, por sinal, é o mais antigo veículo impresso em Moçambique e de maior abrangência nacional.

Tendo em vista o quadro exposto o problema desta pesquisa esta formulado na seguinte questão: Como a temática ambiental é abordada pelo Jornal Noticias e que contribuição traz para a construção da conscientização ambiental da sociedade moçambicana?

Em Moçambique, o tema do meio ambiente está em voga, é um assunto candente e que preocupa a sociedade, organizações ambientalistas, suscitando, por isso, debates, discursos políticos em seu torno e a definição de políticas de luta para resolver tais problemas que ameaçam a sobrevivência humana bem como a vida das demais espécies.

O país é rico em bens naturais renováveis de grande importância económica, tais como, água, fauna, florestas e pesca. A pressão sobre os recursos naturais devido a elevada dependência das populações na utilização dos mesmos é um fenómeno que acontece no país, bem como em países vizinhos (CHONGUIÇA & KATERERE, 2003).

Nas zonas urbanas, onde a densidade populacional é mais expressiva, a degradação ambiental pode contribuir para o aumento dos problemas de saúde da população. As doenças endêmicas como malária e a cólera são consequências directas das condições precárias de drenagem e saneamento, gestão de resíduos sólidos e abastecimento de água.

A proliferação de aglomerados informais nos arredores dos centros urbanos representa um grave problema de saúde pública, bem estar social e perda de biodiversidade. A situação poderia mudar através do desenvolvimento integrado do território (PARPA, 2004), que deveria envolver: saneamento básico, ordenamento territorial, prevenção da degradação do solo, gestão dos recursos naturais incluindo controle das queimadas, educação

²SERRA, Carlos e Cunha, C., *Manual de Direito do Ambiente*, Editora: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Maputo, 2007, pág. 27

ambiental, redução da poluição do ar, solo, água, prevenção e redução dos efeitos das calamidades naturais³.

A crise ambiental nos mostra que é preciso rever os nossos paradigmas culturais, econômicos e sociais rumo à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada. Nesse contexto, cada profissional, em sua respectiva área de atuação, tem um papel importante a desempenhar na construção de uma nova forma de viver em sintonia com o meio ambiente. Os meios de comunicação social desempenham um papel importante na educação ambiental, contribuindo deste jeito na elevação da consciência ambiental dos cidadãos.

Segundo a literatura sobre a sociologia do jornalismo, em qualquer sociedade, os meios de comunicação social têm o poder de, por um lado, definir a agenda dos temas importantes da atualidade e, por outro, de fazer os respectivos enquadramentos na abordagem a esses temas. As mídias desempenham um papel importante ao determinar os assuntos merecedores de notícia como desafios que se colocam à opinião pública. Definem os significados desses assuntos, oferecendo interpretações de como compreendê-los. McCombs & Shaw (1972); Traquina (2000); Rieffel (2003); Neveu (2005); Monteiro et al (2006).

Os meios de comunicação social transformam-se, na prática, numa segunda escola, paralela à convencional. Esta ideia é suportada pela alínea (d) do artigo número 4 da Lei número 18/91 de 10 de Agosto (Lei de Imprensa Moçambicana), ao afirmar que um dos objetivos da imprensa é “a elevação do nível de consciência social, educacional e cultural dos cidadãos”.

Outro fator que contribuiu para a escolha do tema é o fato de existirem poucas pesquisas académicas⁴ sobre o jornalismo ambiental em Moçambique, numa altura em que os problemas ambientais têm se demonstrado como um desafio diário da sociedade e para o

³ Ver o estudo divulgado pelo Ministério da Acção Ambiental, em 2005: “Avaliação da vulnerabilidade as mudanças climáticas e estratégias de adaptação”

⁴ Das pesquisas feitas aquando da elaboração do estado da arte, em instituições do ensino superior em Moçambique, nomeadamente, a Universidade Eduardo Mondlane e a Universidade A politécnica, que tem o curso superior de Jornalismo e das Ciências da Comunicação, foram achadas apenas 3 trabalhos de conclusão de curso (TCC) que abordam a temática ambiental.

campo do conhecimento. A escolha do Jornal Notícias baseou-se no fato de ser um jornal de abrangência nacional e também considerado o diário de maior circulação no país⁵.

Portanto, acreditamos que ao desenvolvermos esta pesquisa no jornal Notícias, poderemos despertar a consciência dos profissionais da imprensa e académicos sobre a pertinência e a importância de se fazer um jornalismo ambiental proactivo e com enfoque pedagógico, o que poderá fortalecer a conscientização ambiental da sociedade moçambicana.

Nessa perspectiva, nossa investigação tem por objetivo geral analisar a cobertura sobre temas ambientais pelo Jornal Noticias, tendo em vista a sua contribuição para construção da consciência ambiental na sociedade moçambicana. Os objetivos específicos são:

- a) Mapear as fontes jornalísticas acionadas na elaboração das matérias, identificar os temas e os gêneros jornalísticos mais empregados na cobertura.
- b) Analisar o papel do jornal Notícias no agendamento público dos temas ambientais na sociedade moçambicana;
- c) Verificar como as matérias problematizam os assuntos abordados e proporcionam aos leitores elementos críticos para participarem do debate sobre a agenda ambiental de Moçambique;
- d) Verificar até que ponto ao fazer a cobertura sobre meio ambiente o Jornal Noticias cumpre com função educativa do jornalismo.

O enquadramento teórico base da presente dissertação inscreve-se nas áreas das teorias construcionistas do jornalismo, sociologia do jornalismo, jornalismo ambiental, na teoria do agendamento (agenda-setting) e na análise de conteúdo (BARDIN, 2006).

Em termos estruturais o trabalho foi desenvolvido em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo fazemos uma abordagem sobre os principais problemas ambientais em Moçambique, apresentamos a justificativa do tema, o problema investigado e os objetivos do trabalho. No segundo capítulo convidamos os leitores a conhecerem Moçambique, a sua história, aspectos políticos socioculturais e estrutura midiática⁶. Apresentamos as características da comunicação social moçambicana no período pós-independência, a gênese da democracia e do pluralismo midiático no início da década de 1990 até ao panorama atual.

⁵ Informação baseada no estudo de audiência realizado em 2008 pela Global Surveys Corporation. Divulgado no jornal O País, edição de 14 de Abril de 2009. P. 3-4

⁶ No presente estudo, o termo mídia será usado em alusão aos meios de comunicação social (Jornal, Rádio e TV).

No terceiro capítulo refletimos sobre as concepções teóricas que orientam a leitura dos dados obtidos através da análise de conteúdo. Neste capítulo, tratamos, portanto, do jornalismo como construção da realidade, como instância pedagógica e como forma de conhecimento. Fazemos uma reflexão sobre a teoria do agendamento, gêneros e fontes no jornalismo, bem como sobre o jornalismo ambiental.

No quarto capítulo, destinado à discussão metodológica, justificam-se as opções metodológicas e descrevem-se os procedimentos adotados. Apresentamos a análise de conteúdo, metodologia considerada adequada para este tipo de investigação de modo que os objetivos traçados sejam alcançados.

A análise e discussão dos resultados da análise quali-quantitativa das matérias investigadas são discutidos no capítulo cinco.

Por fim, no capítulo seis, estão às considerações finais: tendo em conta os objetivos traçados e os fundamentos teóricos seguidos, são apresentadas as principais conclusões e identificadas outras questões pertinentes que foram surgindo ao longo da pesquisa. Ainda nesta parte conclusiva, foram lançadas algumas recomendações quanto ao tratamento do tema investigado, apontadas algumas limitações do estudo e lançados alguns desafios que possam contribuir para uma cobertura ambiental que influencia na conscientização da sociedade.

Para a prossecução destes objetivos vamos recorrer a dois recursos metodológicos, nomeadamente: pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. Estas escolhas e os respectivos procedimentos metodológicos serão descritos no capítulo correspondente. No capítulo que segue, como forma de contextualizar o leitor, apresentaremos uma visão geral sobre a história e a situação atual dos meios de comunicação social em Moçambique.

O português é a língua oficial, adotada logo após a proclamação de independência nacional, mas poucos o podem falar e/ou escrever; a maioria da população fala as mais de 16 línguas locais e/ou nacionais diferentes ou uma das suas variantes. Em 1975, mais de 92% da população era analfabeta. Atualmente o analfabetismo baixou para 43%, distribuída de forma diferente em todas as províncias, índice que seria mais reduzido se não tivesse havido guerra civil por 16 anos, a qual destruiu grande parte da infraestrutura econômica e educacional do país⁸.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012) Moçambique é um país com população jovem em sua maioria, distribuída da seguinte forma: 50,1% dos habitantes estão na faixa etária dos 15 aos 64 anos; 46,9 % entre os zero e catorze; e, apenas 3,1% têm mais de 64 anos. Herdando profundas marcas de dependência econômica na época da independência, Moçambique foi, durante 17 anos, governado por um sistema de partido único de filosofia socialista⁹, liderado nos primeiros 11 anos, pelo primeiro Presidente da República, Samora Moisés Machel, o qual defendia:

- a) A consolidação da edificação da nação;
- b) A reconstrução e o desenvolvimento da economia nacional;
- c) A eliminação da discriminação racial, regional e tribal;
- d) A criação de redes nacionais de ensino, saúde e justiça.

Mesmo com a derrota do colonialismo português e a ascensão à independência nacional, o país não esteve em paz. Como já referimos, desde cedo, por ter optado por um sistema de governo socialista e se juntando à comunidade internacional na oposição ao regime ilegal de Ian Smith, Moçambique sofreu ataques militares da Rodésia, contra alvos econômicos e sociais e contra os campos de refugiados zimbabueanos. Alcançada a independência do Zimbábue, em 1980, continuou a ser palco de guerra, pois o grupo armado criado pelos serviços secretos rodesianos, denominado de Movimento Nacional de Resistência (MNR), mais tarde Resistência Nacional de Moçambicana (RENAMO) passou a ser financiado pelo regime segregacionista da África do Sul, que garantiu seu treinamento e apoio logístico, numa tentativa de manter a sua dominação política e econômica na região e evitar o desenvolvimento interno do movimento antiapartheid. Assim, a guerra se

⁸ Dados divulgados em 2012 pela Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos, no âmbito do lançamento do relatório do ensino e educação de jovens e adultos em Moçambique.

⁹ Constituição da República Popular de Moçambique. Maputo.Governo de Moçambique.1975.

desenvolveu ao longo da década de 1980, numa estratégia de destruição generalizada cujas ações incidiram principalmente sobre infraestruturas socioeconômicas e contra os civis, particularmente os das áreas rurais. No mesmo período, o país enfrentou, também, sucessivos momentos de secas e cheias em diferentes regiões, perdendo inúmeras infraestruturas econômicas e sociais.

A fome e a pobreza generalizadas também fizeram parte do processo da desestabilização do País, chegando a ponto de, em 1987, o governo declarar situação de emergência e pedir assistência à comunidade internacional e, no mesmo ano ser lançado o Programa de Reabilitação Econômica (PRE), com apoio do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com a finalidade de promover:

- a) A introdução de mais dinamismo na gestão econômica e a promoção do empresariado nacional;
- b) o restabelecimento do equilíbrio financeiro e a criação de alicerces para o crescimento da economia nacional;
- c) inversão do declínio da produção para assegurar os níveis mínimos de rendimento e consumo;
- d) o fortalecimento da balança de pagamentos e garantia da estabilidade econômica.

Em resposta a essas medidas, o documento “Perfil de Moçambique” (2001, p.2) refere que o PIB cresceu cerca de 5% de 1987 a 1989. No entanto, o país não conseguiu manter este ritmo, tendo sido registado, em 1992, último ano da guerra civil, um resultado negativo de -3,3%. A situação voltou a mudar nos anos seguintes ao Acordo Geral de Paz (AGP) assinado em Roma em quatro de outubro de 1992.

Na arena política, as mudanças começaram a acontecer anos depois da morte do presidente Samora Moisés Machel (19 de outubro de 1986), vítima de acidente de viação. Joaquim Chissano, até então ministro dos Negócios Estrangeiros, que foi nomeado presidente, iniciou imediatamente um processo de reformas políticas que culminaram com aprovação pela Assembleia da República, da nova Constituição da República, dando-se, assim, os primeiros passos do processo de transformações de políticas sociais no país.

Com a adoção da nova “constituição multipartidária”, em 1990, o processo de transformação e renovação da sociedade moçambicana levada a cabo pelo governo, conheceu aceleração e aprofundamento com vista a alcançar um novo rumo para a pacificação e para o

consequente desenvolvimento Nacional. Trata-se de um processo que ocorreu – e – ocorre num esforço de concretizar o princípio de “mudança política, social, econômica e cultural” por meio das comunidades locais, evitando, na medida do possível, rupturas que possam desgovernar a sociedade e o Estado. Assim, foram aprovadas novas leis e reformadas as instituições públicas. A Constituição da República (1990) introduziu alterações importantes em vários aspectos de interesse da sociedade moçambicana, das quais podemos destacar os que tiveram maior atenção:

- a) Direitos individuais e coletivos;
- b) transição do sistema monopartidário ao multipartidário;
- c) passagem da economia centralmente planificada à economia de mercado;
- d) criação de diversas legislações, como a Lei dos Partidos;
- e) à Lei de Imprensa;
- f) à Lei do Direito à Criação de Associações,
- g) à Lei do direito à greve e leis que adaptam as estruturas e as instituições de justiça;
- h) da polícia e dos serviços de segurança do estado.

Em simultâneo com as reformas, ocorriam em Roma, às conversações diretas entre o governo e a Renamo, que levaram à assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992. Esse acordo estabeleceu, em muitos aspectos, a realização das Primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias por sufrágio universal direto, secreto e pessoal, em Outubro de 1994, para, em Maio de 1998, realizarem-se as Primeiras Eleições Municipais, em 33 municípios. O processo de descentralização administrativa do país está sendo feito, de forma gradual, para outras cidades e vilas não abrangidas nas eleições de 1998, e disso resultou a realização em 2013, das terceiras eleições autárquicas por sufrágio universal, quando mais cidades e vilas passaram a gozar de estatuto de município. Deve-se salientar que a democracia multipartidária criou raízes em Moçambique, pois, após a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias para a escolha do Presidente da República e dos Deputados da Assembleia da República, as segundas aconteceram em 1999, as terceiras eleições gerais em 2004, as quartas em 2009 e quintas em 2014. Atualmente, Moçambique conta com mais de uma dezena de partidos políticos, sendo a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a RENAMO os com maior número de filiados.

Na área social, a atual Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 48, garante a todos os cidadãos o direito à informação, à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão. Na base dos direitos e liberdades consagrados na Constituição, a Assembleia da República aprovou em 10 de agosto de 1991, a lei de Imprensa (Lei nº 18/91) dando abertura para que, em 1997, o governo adotasse uma política de informação com os seguintes objetivos:

- a) Aperfeiçoar a comunicação entre o governo e os cidadãos, por meio dos órgãos de informação;
- b) fazer a cobertura efetiva do território nacional pelos órgãos de informação do setor público;
- c) melhorar o acesso dos cidadãos aos meios de comunicação social, particularmente nas zonas rurais;
- d) aumentar do fluxo de informações sobre o país em nível interno e internacional.

Em relação às reformas constitucionais e comunicacionais, Tinga afirma que a concretização, tanto do artigo 48 da Constituição da República como da Lei nº. 18/91, só será possível quando todos os membros da sociedade moçambicana exercerem livremente o seu direito de expressão de forma inalienável, isto é:

Quando todos gerarmos e intercambiarmos os nossos próprios temas e mensagens, solidarizamos-nos na criação do conhecimento, soubermos compartilhar sentimentos, organizarmo-nos e adquirimos o poder coletivo, resolvemos os problemas comuns e contribuiremos para a transformação de modo que a sociedade moçambicana se torne livre, justa e participativa (TINGA, 1996, p.5)

A opinião de Tinga é reforçada por Bordenave quando refere que:

O aproveitamento ótimo do poder da comunicação para a expressão, o relacionamento e a participação, dentro de um projeto geral de transformação social, implica a tomada de uma série de medidas pela sociedade, começando pela procura de novas formas de apropriação e administração dos meios, até melhores formas de capacitação das pessoas no uso da comunicação (BORDENAVE, 1985, p. 84).

Isso porque a comunicação social é o pré-requisito elementar para a vida humana e a ordem social; ela é a condição indispensável para a existência de todo e qualquer sistema social e permeia todos os aspectos da vida em sociedade. Com isto, pretendemos afirmar que a comunicação vai além da transmissão de informações. Ela representa, por assim dizer, a própria base do processo social, porque torna possível a participação da população na ação organizada.

2.1 As mídias moçambicanas no período pós-independência

No governo de transição saído do acordo de Lusaka, assinado, em sete de setembro de 1974, por Samora Moisés Machel, presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), António Espínola, presidente de Portugal e Jorge Rebelo, ministro da Informação, tinha como funções principais:

- a) Coordenar o trabalho dos órgãos de informação falada e escrita;
- b) lançar palavras de ordem para esses mesmos órgãos, para a formação de uma nova mentalidade moçambicana, tão intoxicada pela deturpação e pela distorção que caracterizou a ação dita informativa do anterior regime português e cujos feitos não tinham sido sanados desde o dia 25 de Abril;
- c) promover a criação de jornais regionais;
- d) Divulgar a realidade de um Moçambique liderado pela Frelimo;
- e) Incrementar o conhecimento do país nos planos interno e externo;
- f) Orientar para que toda informação falada, escrita e visual tivesse um cunho formativo e educativo.

Este ministério organizou o primeiro seminário realizado após a instalação do governo de transição, de 16 a 18 de Novembro de 1974, intitulado “Informação e Mudança Política” que, segundo Jane (1990, p. 161) teve as seguintes conclusões principais:

- a) Fomentar e apoiar a rápida realização de um curso de jornalismo;
- b) Realizar seminários entre profissionais da informação em atividade, como forma de reciclagem e de desintoxicação mental;
- c) Promover seminários com membros do partido que, ao longo da luta por libertação, desempenharam tarefas relacionadas com a informação;
- d) obtenção, estudo e divulgação de documentos de outros países sobre informação e estudo da possibilidade de estagiar em outros países e de convidar profissionais da informação estrangeira;
- e) Designadamente dos países africanos, para fazer estágio em Moçambique;
- f) criação de grupos de trabalho para melhor conhecimento da linguagem (dos dialetos e da língua portuguesa) a até das diversas matérias tratadas;
- g) Criar grupos de apoio (voluntários) à Rádio Moçambique dadas às dificuldades atuais de produção.

Com a proclamação da Independência Nacional, Moçambique passou a necessitar de uma política de educação e mobilização populacional, para atividades de produção, defesa e construção de um estado socialista, que fosse implantada nos bairros e aldeias comunais que haviam sido criados em todo o território nacional. Ao assumir o poder total, a Frelimo passou a se definir como a “única força dirigente” da sociedade moçambicana, legitimando assim o seu poder decisivo sobre todas as estruturas do estado, e justificando-o pela necessidade de

garantir que tais estruturas “servissem os interesses da classe operária camponesa” (MACHIANA, 2002, p. 71). Para Machiana, esse princípio se estendeu:

Aos órgãos de informação, estabelecendo-se que sob a direção da Frelimo se alterava o conteúdo da rádio e da imprensa escrita, destruíam-se todos os vestígios da informação colonial fascista e burguesa, e constituía-se uma ‘informação de classe’ profundamente ligada às massas trabalhadoras, exprimindo o interesse da aliança operária camponesa.

Apesar de o artigo 27 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 garantir, a todos os cidadãos, o gozo de “liberdade de opinião, de reunião e de associação”, o referido artigo nunca teve regulamentação, por não haver, no seio da FRELIMO, experiência suficiente que permitisse legislar atividades de comunicação social. A constituição aprovada na véspera da Independência Nacional pelo Comitê Central da FRELIMO era de modelo socialista. Não fez nenhuma menção quanto à liberdade de expressão ou de imprensa. Somado isso à força do artigo 79, que revogava toda a lei anterior contrária – o que significava a não publicação da legislação colonial existente à época -, os órgãos de comunicação social operavam sem nenhum instrumento legal para a sua atividade. Sem nenhuma legislação que pudesse orientar o funcionamento dos meios de comunicação social, o governo não teve alternativas e trabalhou na base de decretos-lei.

O decreto n.º. 1/75 de 27 de Julho, no seu artigo 16, atribui ao Ministério da Informação a competência da “difusão da linha política da Frelimo e da ação do governo em nível das camadas populares, a fim de que todo o povo conheça, compreenda e assuma o processo revolucionário”. Mais adiante, o mesmo decreto acrescenta que o Ministério da Informação, por meio da ampla circulação da informação fomenta a contínua troca de experiências entre a massa popular, em contato crescente com a direção, reforçando a participação do povo no exercício da verdadeira democracia e consolidando a unidade nacional.

Como se pode perceber, a função controladora do Ministério da Informação estava patente em todos os órgãos de comunicação social. O governo tinha o poder de intervir sempre que achasse que este ou aquele órgão de informação agia de forma contrária às ideias da sua política. Segundo Magaia (1994, p. 42):

Nenhuma informação ia ao ar ou era publicada em revistas e jornais sem que tivesse passado pelo DTIP – Departamento do Trabalho Ideológico do Partido, isto porque todos os meios de comunicação eram controlados pelo partido no poder. Os

jornalistas eram tidos como legítimos intérpretes do sentimento popular junto do poder e da população.

A Rádio Clube Moçambique que vinha operando em quase todo o território nacional durante o período colonial, foi extinta e criou-se a Rádio Moçambique (RM), com a tarefa de informar, educar, mobilizar e organizar a população moçambicana para as tarefas de construção de uma nova nação.

Para isso, foi chamada a adotar para os seus programas não só a língua portuguesa, proclamada pelo Partido Frelimo e pelo governo como língua oficial do país, como também as línguas moçambicanas mais faladas. Afinal, a Rádio Moçambique detinha o monopólio da radiodifusão em todo território nacional.

Os jornais Notícias e Diário de Moçambique, bem como a revista Tempo, principais publicações que circulavam até 1975, também foram enquadrados na nova política de “informar, educar, mobilizar e organizar a população para as tarefas de construção de uma nova sociedade moçambicana” (MACHIANA, 2002, p.80).

Depois da independência nacional, todos os meios de comunicação social passaram para o controle direto do governo e do partido Frelimo. Essa medida visava controlar e orientar os meios de comunicação social, no sentido de orientar as tarefas concebidas pelo partido, de forma a tornarem-se instrumento eficiente de difusão da sua ideologia e desempenhar um papel essencial no processo de educação e mobilização da população para as ações de desenvolvimento nacional. Neste âmbito, os órgãos de informação que até aquele momento operavam no território moçambicano, foram recriados e passaram a obedecer aos novos critérios de transmissão de informação ao povo. Para isso foi necessário que o governo nacionalizasse todos os principais órgãos de comunicação social, dos quais alguns foram reformulados e outros, definitivamente encerrados.

Em 17 de Novembro de 1975, o Conselho de Ministro criou a Agência de Informação de Moçambique (AIM), que passa a ser tutelada pelo Ministério da Informação por meio da Direção Nacional da Informação, sendo uma das suas funções a produção e distribuição de informações resultantes da ação direta da Frelimo e do Governo moçambicano. Essa agência só iniciou a sua atividade no 2º semestre de 1976, quando recebeu apoio de jornalistas da ADN da República Democrática Alemã e dos antigos profissionais dos ex-jornais Tribuna e o Brado Africano. Muitos outros órgãos foram criados, alguns em lugar dos que já haviam sido extintos.

Sendo um estado laico e com orientação política marxista-leninista, Moçambique passou a proibir a importação de livros de caráter religioso, pois a religião era considerada “o ópio do povo”. Os livros para o ensino geral tinham que vir dos países socialistas (Jane, 1990, p. 169)

Para assegurar a prática do jornalismo capaz de incutir nas massas populares o sentido ideológico da revolução moçambicana e de consolidação das conquistas alcançadas ao longo da guerra de libertação nacional, pessoas de confiança política da Frelimo foram chamadas para dirigir os principais órgãos de comunicação social.

De acordo com Machiana (2002), a direção da Frelimo não tinha em mente uma simples “instrumentalização” da informação, mas entendia este setor como parte de um sistema centralizado, desempenhando tarefas que deveriam se integrar a uma estratégia global:

Na noção do desenvolvimento e dos meios necessários para alcançar este desenvolvimento que a FRELIMO encontrava um dos argumentos mais significativos para a relação entre a luta de classes, papel centralizador do estado e a consequente subordinação da informação à estratégia de ação definida pelo Partido (MACHIANA, 2002, p.82).

As orientações para o funcionamento dos órgãos de comunicação social surgem das conclusões do 1º Seminário Nacional de Informação, realizado de 12 a 15 de setembro de 1977, isto é, já no Moçambique independente. O Evento foi considerado o mais importante depois da independência nacional, não só

[...] pela profundidade e implicações das orientações estabelecidas, mas também pelo grau de entusiasmo e envolvimento dos jornalistas, por um lado, e pela participação popular no debate do conteúdo e forma da Informação que se pretendia para Moçambique, por outro. (MACHIANA, 2002, p. 183).

Nesse seminário, Machel salientou, em seu discurso, que a informação deveria desenvolver um papel fundamental na criação do “homem novo”, o que implicaria o engajamento dos trabalhadores da comunicação social na sua própria transformação, “assumindo, ao nível das aldeias, do trabalho, da vida e do comportamento, os valores do homem socialista”. Machel definiu como tarefas essenciais dos meios de comunicação social, informar, educar, mobilizar e organizar o povo, pois, segundo ele, “nosso povo, o partido e o estado” outorgavam aos profissionais de comunicação e informação a responsabilidade de:

Ser combatentes em uma das frentes fundamentais da revolução, a frente ideológica, na trincheira da informação e propaganda. Trata-se de uma responsabilidade pesada, que, para poder ser digno dela, exigir-se trabalho, estudo, sacrifício, dedicação à causa das classes trabalhadoras e um elevado espírito de disciplina revolucionária. [...] a dimensão da responsabilidade que o nosso povo confia. [...] *é de fazer da informação um destacamento avançado da luta de classes e da revolução.* (MATTELART, 1981, p.145, grifo nosso)

O seminário recomendou que, para que a informação se tornasse realmente instrumento a serviço do povo, os jornalistas deveriam ser mais atuantes, no sentido de estabelecerem uma ligação estreita com a população. Isso permitiria que os profissionais da comunicação social cobrissem os reais acontecimentos no seio da população e que, por outro lado, veiculassem, pelos órgãos de comunicação social, os feitos do governo e as linhas mestras da revolução moçambicana. É certo que, nessa época, a informação que se praticava era a da reprodução do discurso político dos dirigentes da Frelimo, principalmente os do presidente Samora Machel.

2.2 A democracia e o advento do pluralismo midiático em Moçambique

No início da década de 1990, vislumbrava-se um novo horizonte na política moçambicana devido às pressões da sociedade sobre o governo, no sentido de encontrar mecanismos para pôr fim à guerra civil que durava há anos. Tanto o governo como a Frelimo, se mostravam agastados pelas atrocidades da guerra, principalmente pelo sofrimento do povo e pela destruição de infraestruturas, e isso os levou à elaboração da nova constituição da República. Aprovada pela então Assembleia Popular, em 02 de Novembro de 1990, a nova constituição iniciava outra era na vida do país; iniciava um processo de transformação da República Popular de Moçambique em República de Moçambique e de democratização pluralista da nação moçambicana.

No seu artigo 74, a Constituição da República (1990) garante a todos os cidadãos as liberdades de expressão, de imprensa e de informação. No número 3 do mesmo artigo, refere-se que “a liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação de jornalistas, o acesso às fontes de informação, a proteção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais e outras publicações”. Essas liberdades

encontram sua regulamentação na Lei de Imprensa em vigor (lei nº 18/91), aprovada pela Assembleia da República em 10 de Agosto de 1991. Com essa lei, Moçambique já se abria para uma política de democratização e pluralização dos meios de comunicação social, seguindo-se, portanto, processos de criação de novos meios impressos e eletrônicos.

Na área de impressos, temos a destacar o primeiro órgão independente criado logo após a aprovação da Lei de Imprensa, em 1992: o Mediacoop¹⁰ inicia a publicação do Media Fax, jornal de tamanho A4 distribuído via fax. Daí em diante, assiste-se ao surgimento de diversos jornais e revistas tanto privados como públicos a maioria de periodicidade semanal, por esta exigir menos mão-de-obra que os diários.

Na área de meios eletrônicos (radiodifusão e televisão) surgiram os primeiros canais de rádio e televisões privados e o início da disponibilização de fundos, em 1996, para por meio do Instituto de Comunicação Social (ICS) iniciar se o processo de instalação das rádios e televisões comunitárias rurais.

Com o cenário que se desenhou, é de realçar que tanto o artigo 74 da Constituição da República de 1990, assim como a lei 18/91 contribuíram para o início do fim dos monopólios da grande mídia imprensa comandada pelo jornal Notícias, de maior circulação no país, bem como da grande mídia eletrônica, na qual destacamos a RM que cobre mais de 75% do território nacional e a Televisão de Moçambique (TVM), que operava essencialmente nas capitais provinciais. Por outro lado, e a partir da criação dos instrumentos legais acima citados, inicia-se uma mudança gradual principalmente na gestão desses grandes meios; no maior órgão de radiodifusão do país, a RM, implementa-se um processo de transição que visa torná-lo um verdadeiro serviço público, com a gestão descentralizada até em nível provincial.

No âmbito da iniciativa privada, temos a destacar o surgimento das rádios e televisões em FM, algumas das quais apoiadas por organizações internacionais. Aqui se salienta o nascimento da Rádio e Televisão Klint (RTK), em 1992, de propriedade do empresário e engenheiro eletrônico Carlos Alberto Klint, emissoras que cobrem apenas a cidade de Maputo. Daí em diante, assiste-se no país ao surgimento de outras várias iniciativas de caráter

¹⁰ Cooperativa constituída por profissionais de comunicação social que se desvincularam dos órgãos estatais logo depois da entrada em vigor da Lei 18/91.

privado, nas principais cidades do território nacional, reforçando, assim, o campo que, antes da aprovação da Lei 18/91, era do domínio das empresas do estado

2.3 O Panorama atual da imprensa em Moçambique

De acordo com o Gabinete de Informação¹¹ (GABINFO), sob tutela do Gabinete do Primeiro-Ministro, existem registados 119 jornais e revistas em Moçambique. Contudo, apenas cerca de 27 estão efetivamente ativos, incluindo algumas publicações por fax ou via electrónica¹². Estes últimos são pequenos diários (de entre 6 a 8 páginas).

Estas publicações desafiaram as mídias “oficiais”, publicando informação coletada de forma independente sobre assuntos que poderiam de outro modo, serem considerados “tabus”. Exemplos típicos destas publicações de baixo custo ou alternativos, são Medix e o Metical, ambos criados por Carlos Cardoso, o mais destacado jornalista investigativo do país, que foi assassinado em 2002. Estes veículos, tipicamente moçambicanos, mais tarde evoluíram para publicações distribuídas electronicamente, cobrindo temas sensíveis como corrupção e outras formas de má conduta na administração pública bem como na política do país.

Mas de 72 por cento dos jornais e revistas agora em circulação foram lançados entre 1999 e 2006. O quadro abaixo oferece um panorama das publicações presentemente em circulação no país, o seu perfil de propriedade e a sua orientação editorial.

¹¹ Organismo governamental, responsável pelo licenciamento dos órgãos de comunicação social públicos e privados. Responde também pelo desenho e implementação de políticas de comunicação social do país. . Nos termos do decreto n° 5/95, de Outubro de 1995, o GABINFO exerce funções de tutela sobre os órgãos de informação ou instituições pertencentes ao sector público.

¹² Note-se que nos seus livros de registro, o GABINFO não faz qualquer distinção entre publicações internas, institucionais e corporativas (do governo e entidades privadas) e órgãos de imprensa propriamente ditos.

Quadro1: Mídias nacionais

Tipo	Nome	Propriedade	Língua	Circulação	Orientação Política
Jornal Diário	Noticias	Sociedade do Notícias (acionistas estatais e privados)	Português	29000 copias	Oficiosa
	Diário de Moçambique	Propriedade Privada	Português	5000 copias	Oficiosa
	O País	Propriedade privada	Português	30 000 Copias	Independente
Sete Publicações por fax	Vários títulos	Propriedade privada	Português	500 cada	Independente
Semanários	Domingo	Sociedade do Notícias (acionistas estatais e privados)	Português	7 000 Copias	Independente
	Savana	Propriedade privada	Português	7 000 copias	Independente
	Zambeze	Propriedade privada	Português	7 000 copias	Pró oposição
	Magazine Independente	Propriedade privada	Português/Inglês	7 000 copias	Independente
	Publico	Propriedade privada	Português	5 000 copias	Independente
	Escorpião	Propriedade privada	Português	5 000 copias	Independente
	A verdade ¹³	Propriedade privada	Português	50 000 copias	Independente
	Canal de Moçambique	Propriedade privada	Português	7 000 copias	Independente
	Desafios (Desportos)	Sociedade do Notícias (acionistas estatais e privados)	Português	3 000 copias	Oficiosa

¹³ A Verdade é o único jornal distribuído gratuitamente em Moçambique.

Revistas	Tempo	Tempográfica	Português	10 000 cópia	Independente
	Prestigio	Sojornal. Lda.	Português	15 000 cópia	Independente
Publicações regionais	Oito publicações diárias regionais	Vários	Português	200 a 300 cada	

Fonte: Autor, a partir de dados disponíveis no Gabinete de Informação (GABINFO).

A Lei de Imprensa, abre espaço para que o estado adquira participações em órgãos de informação que não façam parte do setor público. Assim, através de suas empresas, adquiriu ações, numa empresa de mídias, a Sociedade do *Notícias*, a qual é, por sua vez, proprietária dos seguintes jornais publicados em português:

- a) O *Notícias*, o principal jornal diário do país;
- b) o Domingo, único semanário dominical do país;
- c) o Desafio, semanário desportivo.

Sete publicações independentes de âmbito provincial emergiram fora de Maputo: Os semanários *Amanhecer* e *Faísca* (Província do Niassa); *Whampula fax* e *Lúrio* (Província de Nampula); *O Autarca* (Província de Sofala). A sua circulação é porém, modesta atingindo entre os 300 e os 500 exemplares por edição.

A Agência Informação de Moçambique –AIM é tutelada pelo Gabinete de Informação de Moçambique GABINFO. Nos termos do decreto nº 5/95, de Outubro de 1995, o GABINFO exerce funções de tutela sobre os órgãos de informação ou instituições pertencentes ao setor público, como AIM. Isto inclui a proposição do Diretor Geral, o qual toma posse perante o Primeiro – Ministro, bem como a confirmação dos planos anuais de trabalho.

O Português é a única língua de toda a imprensa escrita em Moçambique. Apesar de ser língua oficial do país, usada na administração pública e nos tribunais, ela não é, contudo, entendida pela maioria das pessoas fora dos grandes centros urbanos, quer na fala, quer na escrita. A imprensa privada encontra-se concentrada na capital. Porém, a emergência relativamente recente de publicações baseadas nas capitais provinciais, indica um

crescimento em pluralismo e alguma saída para a velha frase segundo a qual “ Maputo fala e o resto do País escuta”.¹⁴

Sendo verdade que os números modestos de circulação, aliados à prevalente alta taxa de analfabetismo, constituem impedimentos sérios de acesso às mídias, o alcance e a relevância da imprensa escrita independente não devem ser, contudo, subestimadas. Ao expor atos de corrupção, ações de má conduta na administração pública, conscientização popular sobre os perigos de empreendimentos que geram grandes danos ambientais, a imprensa escrita independente produz um importante impacto na sociedade, através do debate nacional.

2.3.1 A Radiodifusão

Os dados fornecidos pela Pesquisa de Audiência de 2009¹⁵ indicam que 92 por cento das famílias inquiridas possuem um receptor de rádio e 44 por cento um televisor. Assim, o sistema da radiodifusão sonora atinge até aproximadamente 60 a 70 por cento da população em todo o país, sendo a estação pública, Rádio Moçambique, aquela com a maior cobertura geográfica.¹⁶ Com efeito, a RM é o único serviço de radiodifusão a atingir todas as províncias do país, transmitindo em português, inglês e nas mais abrangentes línguas nacionais faladas em cada província.

As estações comerciais estão em crescendo. É de realçar a existência de estações estrangeiras que fazem suas emissões a partir de Maputo: BBC África, Rádio França Internacional (RFI) e a Radiodifusão Portuguesa para África (RDP África). Existe também um setor em crescimento, o de radiodifusão comunitária, composto de aproximadamente 60 rádios e estações de TV espalhadas em todo o país. Este setor surge no âmbito das políticas traçadas pelo governo logo após a independência nacional, com a finalidade de levar a informação às comunidades essencialmente rurais, em benefício de uma melhor produção agrícola, saúde, educação, bem como melhorar o nível de vida da população. Para permitir

¹⁴ UNDP, Mozambique: *peace economic growth: opportunities for human development*, National Human Development Report, Maputo, p. 76.

¹⁵ The Steadman, Group. *Audience Research Survey Mozambique August 2009*, Kampala 2009.

¹⁶ J. Miller and T. James, *Preliminary Report: A Country ICT Survey for Mozambique*, prepared for SIDA, September 2001.

que esses princípios fossem executados foi necessário criar, em 1977, o Gabinete de Comunicação Social, que dez anos depois foi transformado em Instituto de Comunicação Social.

Com relação ao setor de televisão, seis estações de TV oferecem serviço em sinal aberto, incluindo estações estrangeiras, nomeadamente a Rádio Televisão Portuguesa para África (RTP África). Contudo, juntas, todas estas estações atingem apenas entre 15 e 17 por cento da população.¹⁷

Relativamente à conectividade, o grande desafio que Moçambique enfrenta é o investimento em comunicações de baixo custo e soluções de conectividade nas zonas rurais. Várias iniciativas tendentes a estabelecer pontos de acesso público e comunitário estão presentemente em curso, com particular ênfase nas comunidades. Tais pontos de acesso comunitários podem ser na forma de rádios comunitárias, tele centros, Centros Provinciais de Recursos Digitais (CPRDs) e Centros Multimédia Comunitários (CMCs).

2.4 O esverdear do discurso político e o advento do quadro jurídico ambiental

Em 1994, depois das primeiras eleições gerais e livres de quatro de Outubro, o novo governo passou a contar com o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA)¹⁸, instituição que tem sob sua tutela a coordenação da execução da política ambiental enquanto que a gestão ambiental se encontra a cargo dos diversos setores governamentais.

O MICOA surge não só num novo contexto político socioeconómico e constitucional, mas também como resultado de todo um trabalho ambiental desenvolvido a partir de 1984. Neste ano foi criada, no Instituto Nacional de Planeamento Físico (INFP), a divisão do meio ambiente, tendo dado lugar à Comissão Nacional do Ambiente (CNA) instituída pelo decreto presidencial¹⁹.

O advento de um quadro jurídico ambiental específico ocorre em Moçambique, tal como aconteceu na grande maioria dos países, a seguir à sua participação na Conferência das

¹⁷ J. Miller and T. James, *Preliminary Report: A Country ICT Survey for Mozambique*, prepared for SIDA, September 2001

¹⁸ Vd. Decreto n° 2/94, BR n°51, de 21 de Dezembro.

¹⁹ Vd. Decreto Presidencial n° 2/92, BR n° 2/92, IS, de 3 de Junho

Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizados na cidade do Rio de Janeiro, em 1992.

A questão ambiental tornou-se central nos discursos políticos nacionais a partir do início da década de noventa, ganhando corpo nos anos seguintes, constituindo uma das áreas transversais do principal instrumento programático do governo moçambicano (o Plano Quinquenal).

Contudo, um passo importante foi dado dois anos antes – a aprovação da segunda Constituição de Moçambique Independente, em 1990. Esta Constituição consagrou um conjunto de normas ambientais sem correspondência no contexto fundamental anterior, com especial destaque para o preceito que reconheceu o direito fundamental ao direito equilibrado e a norma que consubstanciou, ainda que muito genericamente, uma obrigação do estado em promover ações de proteção, conservação e valorização do ambiente²⁰.

Desde então, o País tem registrado um movimento significativo no domínio jurídico-ambiental traduzido em quatro linhas fundamentais:

- a) Aprovação de um conjunto significativo de legislação com importância direta ou indireta para a proteção e conservação do ambiente, incluindo leis da assembleia da república, decretos do governo e inúmeros diplomas ministeriais;
- b) criação de órgãos públicos específicos no domínio do ambiente ou reforço das competências dos órgãos pré-existentes de modo a integrar um, leque cada vez mais diversificado de atribuições e competências ambientais;
- c) aprovação de políticas setoriais que refletem uma preocupação crescente com a proteção do ambiente;
- d) adesão a instrumentos internacionais de proteção do ambiente, nomeadamente a convenções internacionais e produtos regionais.

²⁰ Vd. artigos 72 e 37, respetivamente, da constituição de 1990

2.5 Estrutura e organização do quadro jurídico ambiental

Moçambique dispõe, presentemente, de um quadro jurídico-legal que se pode considerar atual, significativo, abrangente, adequado em muitos aspectos e diversificado, focando variados aspectos na problemática ambiental. Este quadro assenta fundamentalmente na Constituição da República de Moçambique (de 2004), na Lei do Ambiente (Lei n.º 20/97, de 1 de Outubro), e nos respectivos regulamentos, aprovados por decreto do Conselho de Ministros.

A Lei do Ambiente configura-se atualmente como uma espécie de Lei-quadro, fixando os pilares do regime de proteção jurídico-legal do ambiente. Segundo o respectivo artigo 2, esta Lei “tem como objeto a definição das bases legais para uma utilização e gestão corretas do ambiente e seus componentes, com vista à materialização de um sistema de desenvolvimento sustentável no país”. Está estruturada em nove capítulos, a saber, dado que tem implicação relativamente ao respectivo processo de regulamentação:

Tabela 1 – Estrutura da Lei do Ambiente

Capítulo I	Disposições gerais
Capítulo II	Órgãos de gestão ambiental
Capítulo III	Poluição do ambiente
Capítulo IV	Medidas especiais de proteção
Capítulo V	Prevenção de danos ambientais
Capítulo VI	Direitos e deveres dos cidadãos
Capítulo VII	Responsabilidades, infrações e sanções
Capítulo VIII	Fiscalização ambiental
Capítulo IX	Disposições finais

Fonte: adaptado pelo autor com base na Lei do Ambiente

Assim, a Lei do Ambiente centrou-se fundamentalmente na definição de um conjunto de conceitos e princípios fundamentais da gestão ambiental, na fixação do quadro institucional básico de todas as atividades que causem degradação ambiental para além dos limites legalmente definidos (com destaque para a poluição), da enunciação de normas especiais de proteção do ambiente (com especial enfoque na proteção da biodiversidade), na previsão de um conjunto de instrumentos de prevenção ambiental (o licenciamento ambiental, o processo, o processo de avaliação do impacto ambiental e auditoria ambiental) e na caracterização do sistema de infrações, penalidades e fiscalização.

Em termos de regulamentação (Lei do Ambiente), há a destacar um assinalável esforço por parte do Governo moçambicano, traduzido na aprovação de um conjunto importante de regulamentos sobre os temas principais da Lei do Ambiente²¹.

Volvidos mais de dez anos de vigência, esta lei permanece bastante atual e ajustada quanto à maioria dos problemas ambientais do País. Podemos afirmar que Moçambique possui um quadro político-jurídico sobre o ambiente de valor assinalável.

²¹ Vejam-se, entre outros, o Estatuto Orgânico do MICOA (aprovado pela Resolução n.º 16/2009, de 5 de Agosto (Aprova o Estatuto Orgânico do MICOA) e respectivo Regulamento Interno (aprovado pelo Diploma Ministerial n.º 265/2009, de 16 de Dezembro), o Diploma que cria o Fundo do Ambiente (aprovado pelo Decreto n.º 39/2000, de 17 de Outubro) e o Regulamento de Funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (aprovado pelo Decreto n.º 40/2000, de 17 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 2/2002, de 5 de Março).

3 TEORIAS DO JORNALISMO E O OLHAR AMBIENTAL

Para dar suporte as nossas reflexões e discussões partimos das teorias contrucionistas, ou da notícia como construção da realidade, com particular destaque para as formulações dos teóricos Berger e Luckman (2011) e dos da teoria do agendamento. A escolha resulta da importância das propostas dos autores, principalmente das teorias do agendamento, por assumirem o jornalismo como campo de construção da realidade, abrindo possibilidade deste contribuir para a formação do conhecimento e da opinião pública. É neste âmbito que buscamos os argumentos de outros teóricos que concebem o jornalismo como instância pedagógica e forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997; FISCHER, 2001 e VIZEU, 2009). Por fim, fazemos reflexões sobre gêneros e fontes no jornalismo, bem como sobre o jornalismo ambiental.

3.1 Das teorias construcionistas à notícia como construção social da realidade

De acordo com Berger e Luckman (2011), o homem se torna um ser social através da interação com os grupos humanos. Sozinho, isolado do convívio com outros seres humanos, o homem jamais chegaria a esta condição, na medida em que a percepção do mundo à sua volta, a atribuição de sentidos e significados a esse mundo depende dessas interações sociais. Para os autores, “[...] logo que observamos os fenômenos especificamente humanos entramos no reino do social. A humanidade específica do homem e sua sociabilidade estão inextricavelmente entrelaçadas. O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (BERGER E LUCKAMANN, 2011, p.73).

Portanto, essa transformação do homem que ocorreria através do processo de socialização, quando passa a representar e a atribuir significados ao mundo que o rodeia, é o que os autores conceituam como “construção social da realidade”. Segundo as formulações desses sociólogos, o mundo é o resultado de representações de indivíduos. E, o processo de interiorização e a tomada de consciência das significações desta realidade são frutos das relações sociais. Nesse processo a linguagem é o instrumento essencial para a interação entre as pessoas e a compreensão da realidade (BERGER E LUCKMANN, 2011, p. 74-75).

Com o surgimento da comunicação de massa, essa construção do conhecimento da realidade, fruto de uma linguagem, de conceitos e de símbolos socialmente construídos, passou também a ser defendida por vários estudiosos e distintas linhas de pensamento.

A realidade passa a ser entendida como uma construção que sofre influência deste novo instrumento que interfere no processo de comunicação social e vice-versa. Se, conforme afirmam Berger e Luckmann (2011), o processo de socialização transforma o homem em ser social, é o conjunto de interações e mediações socioculturais que determina o modo de ele ver o mundo e representá-lo.

A atuação dos meios de comunicação de massa na formulação dessas representações, em particular do jornalismo, não deixa também de ser evidente, à medida que é a partir de informações divulgadas ou obscurecidas pelos meios que as pessoas podem agregar conhecimento e formar opinião a respeito. Segundos estes mesmos autores, compreende-se que a sociologia do conhecimento se interessa pelos processos através dos quais este passa a ser socialmente estabelecido como realidade. Os indivíduos devem se preocupar com o que conhecem como realidade da vida cotidiana, ou seja, com o senso comum, e não com as ideias, pois “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER E LUCKMANN, 2011, P.35).

Transportando esta ideia para o jornalismo, pode se pensar então que este auxilia (ou participa) na construção social da realidade, uma vez que, a partir de notícias, os jornalistas contam histórias sobre o cotidiano e agendam assuntos que as pessoas poderiam discutir no seu dia-a-dia. No âmbito dos estudos teóricos de jornalismo, Nelson Traquina (2001a) aborda a questão da notícia como construção social da realidade, realçando a abordagem interacionista, cujo surgimento situar-se-ia entre o final dos anos 1960 e o início da década de 1970.

De acordo com o autor luso, o pressuposto básico dessa abordagem é de que a notícia, à medida que ‘presentifica’ o acontecimento a que se remete, também o constrói, participando assim do processo de instituição da realidade social. Nas suas palavras, “as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)”. (TRAQUINA, 2005a, p.184), o que demonstra que o jornalismo não é o único dispositivo a participar da construção da realidade.

No processo de produção da notícia, o profissional interage com outros agentes sociais, como, por exemplo, as fontes, sem esquecer que ele mesmo é um agente social que carrega as próprias concepções da realidade em que vive. A este respeito, Alsina (2009) alerta

para a especificidade da notícia como construção da realidade, sublinhando igualmente que ela não é única instância onde se produz a realidade:

Dentro da perspectiva da construção social da realidade, posso conceber a construção da notícia como algo especial pertencente à realidade: é uma realidade simbólica, pública e cotidiana. Desse ponto de vista, deveríamos falar sobre a construção da realidade social. Os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade divulgando-a, a tornar uma realidade pública sobre o dia-a-dia. (ALSINA, 2009, p.11).

Traquina (2001a) explica que os profissionais na prática profissional diária são “confrontados com uma supra-abundância de acontecimentos e escassez do tempo, lutando para impor ordem no espaço e ordem no tempo” (TRAQUINA, 2001^a, p.195). Por isso, os jornalistas acabam também por criar uma rotina de “previsibilidade”, visando cobrir os principais fatos considerados noticiáveis. Dessa rotina surgiria outro tipo de rotina, que denomina de ‘rotinas produtivas’, associadas à ideia de ‘ordens’ no tempo e no espaço, a qual o autor também associa a outros critérios, como noticiabilidade, valores-notícia, constrangimentos organizacionais e construção de audiência.

Assim, do ponto de vista interacionista, ao ser pautado pelo campo jornalístico, um determinado acontecimento origina a notícia na forma de um produto que o torna público ou visível, assim como a própria notícia também constrói o acontecimento. Isso implica compreender o jornalismo não apenas como um campo que constrói a realidade, porque a notícia, enquanto produto jornalístico reflete aspectos das rotinas de produção. Nesta mesma perspectiva, (Alsina 2009, p. 47) diz que esse processo de construção da realidade social “depende completamente da prática produtiva do jornalismo”, e não deixa de ser, ao mesmo tempo, “social e intersubjetivamente construído”.

O papel do jornalismo na construção social da realidade é legitimado pela sociedade, ele, por sua vez, gera e torna públicas as construções da realidade que avalia como mais relevantes, conforme sublinha o teórico que ainda afirma que, “[...] os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante. Essas competências são realizadas no interior de aparatos de produção específicos: a mídia” (Alsina, 2009, p. 47).

Por isso, essa construção social da realidade efetivada pela mídia é um processo não de produção, como de circulação e de reconhecimento. Para tanto, (Alsina, 2009, p. 49) afirma que entre a mídia e o público-leitor é estabelecida uma relação assente em um

“contrato pragmático e fiduciário”, parecido com os contratos pragmáticos que se estabelecem em uma relação comunicativa entre o comunicador e o destinatário. E, é no âmbito desse contrato que a mídia teria como função primária “fazer saber” através da informação.

Entretanto, a condição necessária para que se cumpra esse papel, é a credibilidade do público na informação veiculada pela mídia, ou seja, tem que se acreditar que a informação da mídia é real, verdadeira, sob pena desse, “fazer saber” se tornar “pseudo saber”. Nesta lógica, Alsina (2009) esclarece:

Se eu não acredito nas notícias, então elas não servem para nada; para que serve, a princípio, a informação jornalística senão para informar? O que acontece se o destinatário não acredita em determinada informação? Estaríamos diante de um saber questionado, isto é, a informação não transmitiria o saber. Portanto, para que um discurso seja efetivamente informativo, deve acontecer um contrato pragmático fiduciário. Devemos acreditar que isso que se diz é verdade, e que aconteceu de fato assim mesmo. Se um jornal, digamos, não tem credibilidade, suas informações perdem o sentido virtual e não servem para a informação (ALSINA, 2009, p.48)

Traquina (1993) também segue esse raciocínio, quando destaca a importância das fontes de informação no trabalho rotineiro do jornalista. O autor traz a questão da credibilidade da fonte como algo que é alcançado numa relação de confiança entre o jornalista e a própria fonte, sublinhando que “[...] as pessoas com maior autoridade, com facilidades de contatos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção das notícias” (TRAQUINA, 1993, p. 172). No fundo, levando em conta as ideias até aqui discutidas, e, conforme conclui Traquina (1993), enquanto construção da realidade, a compreensão da notícia e do que ela significa perpassa pelo entendimento do modo como é produzida.

Como herdeiro de formas elementares de comunicação e de registros humanos que tem participação na vida das pessoas e no modo de entendimento social que elas tecem, o jornalismo estaria então em condições de construir o conhecimento de uma realidade presente e indireta. A construção desse conhecimento acontece, porque, muitas vezes, as pessoas não têm contato direto com o fato acontecido, mas com o relato feito sobre ele. Os autores brasileiros Ponte e Silva (2009) também defendem essa posição ao argumentarem que o conceito de jornalismo como construção não é só de uma atividade social que visa informar o público em geral, como também de uma prática que responde à necessidade do público em querer se informar. Estas duas matrizes é que justificam a necessidade social da notícia.

A ideia de *necessidade social da notícia* faz com que o jornalista trabalhe nesta direção e ganhe poder para executar suas atribuições, bem como receba credibilidade por parte do seu público. O jornalista teria, assim, uma função de *status* criado socialmente para identificar acontecimentos e transmiti-los sob forma de notícias. Por sua vez, Pena (2005) argumenta que falar da linguagem da mídia como parte integrante da construção social da realidade, significa antes apontar para a responsabilidade pública e social do jornalismo. Essa responsabilidade é percebida pelo autor como algo que é muito mais do que a oferta de notícias aos seus leitores. Conforme afirma “esse menu noticioso é carregado de sentido ideológico, de que essas são as matérias que ‘importa saber’ e que as formas como se apresentam são ‘naturais e certas’.” (PENA, 2005, p. 100).

Nesse cenário, a mídia impressa, dentre os meios de comunicação, é a que habitualmente mais recebe o *status* ou representação de confiabilidade, na medida em que, nela, o fazer jornalístico não se guia (ou pelo menos não se espera que assim seja) pelo imediatismo, mas pelo aprofundamento. Pode-se pensar, portanto, que a realidade representada pela mídia impressa acabaria por ganhar *status* de verdade e confiabilidade maior, contribuindo para a instituição da agenda do público.

Por isso, achamos que as mídias impressas moçambicanas, no caso, o matutino *Notícias*, constituem uma amostra pertinente e relevante para verificar o tipo de cobertura que é feita com relação à temática ambiental. Vislumbra-se que, a abordagem construcionista configura-se como uma das propostas possíveis para se compreender a complexidade que perpassa o jornalismo na contemporaneidade, designadamente através de estudos de conteúdos noticiosos.

Como prática gerada nas tensões de cada sociedade, em dado contexto histórico-cultural, o jornalista acaba por tomar parte desses conflitos não somente como profissional, mas, também como um ser social. Nessa ótica, a perspectiva construtivista permite compreender o jornalismo não apenas como dispositivo de construção da realidade social, mas também como parte integrante das transformações da mesma sociedade que regista e interpreta. É por este viés que enxergamos a relevância e a importância do jornalismo ambiental, sua contribuição para a sustentabilidade da vida no planeta, com base no paradigma construtivista.

É também dentro deste contexto que se discute a ideia do jornalismo como uma das instâncias sociais cuja função pedagógica e de formação de conhecimento junto do público poderia ser concretizada, por meio das informações que veicula.

3.2 A função pedagógica do jornalismo

Com base nos pressupostos das teorias construcionistas, alguns autores atribuem ao jornalismo uma função pedagógica²², reconhecendo-o também como forma de conhecimento. Para o debate deste tema, recorreremos aos argumentos de autores como Meditsch (1997), Vizeu (2009), Rêgo e Vizeu (2009) Rodrigues (1994) e Fischer (2002).

Meditsch (1997) defende que o jornalismo é uma forma de produção de conhecimento que tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los, sendo possível que em algumas circunstâncias os dois cenários ocorram em simultâneo. Para justificar sua posição, o autor discorre sobre diferentes abordagens que defendem a hipótese do jornalismo como conhecimento em comparação com a ciência, para depois deixar evidente que sua ideia é sustentada na abordagem que considera que o jornalismo é portador de algo único e original em relação à ciência, algo que permite revelar a realidade de forma diferente. Nesse sentido, Meditsch (1997) afirma que,

[...] Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de reproduzi-lo, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais (MEDITSCH, 1997, p.3).

Essa especificidade do conhecimento do jornalismo deve-se a um conjunto de características inerentes à sua prática. Mas nessa discussão é preciso que se tenha igualmente presente que esse conhecimento (válido e útil) para as sociedades, produzido e reproduzido

²² No jornalismo, em particular o ambiental, entende-se função pedagógica da mídia como sinónimo da função educativa. Segundo Liana John (2001) mesmo sem formação como educadores, os jornalistas ambientais acabam contribuindo para a formação de cidadãos “ambientalmente educados”, em suas tentativas de explicar as Ciências da Vida e da Terra numa linguagem comum. Além de ser facilmente compreendidos, ainda pretendem levar o leitor à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e proporcionando o aumento da qualidade de vida.

pelos jornalistas, não deixa de comportar algumas lógicas e, conseqüentemente, alguns problemas estruturais, conforme esclarece o autor.

Dentre esses limites, o contexto histórico e cultural e também a subjetividade daqueles que participam da sua produção, são elementos que condicionam o jornalismo como forma de conhecimento. Portanto e, como já afirmado anteriormente, quer dizer que não se deve perder de vista que a realidade construída pelo jornalismo é apenas uma versão do que acontece na realidade. Por outro lado, encarar o jornalismo como forma de conhecimento significa ter-se em mente que existem problemas que atrapalham esta compreensão.

O primeiro problema nesse sentido, segundo Meditsch (1997) residiria na falta de conhecimento que se tem dos condicionantes que imperam nesse campo quando este, através da notícia, leva ao conhecimento do público a realidade. O segundo problema é a velocidade da produção jornalística, que pode ser uma limitação, mas também uma vantagem, na medida em que o jornalismo estaria em condições de responder à demanda do público por velocidade para obter informação muito rapidamente. O terceiro problema em se conceber o jornalismo como forma de conhecimento seria segundo (MEDITSC, 1997, p.5) a sua espetacularização, quando se serve de “técnicas narrativas e dramáticas” para enfrentar a luta comercial por audiência e para o esforço político de persuasão, fugindo de propósito como eficácia comunicativa e cognitiva.

Baseando-se na ideia de que o jornalismo comporta um método e que não é um simples espelho da realidade, mas constitui e é constituído por ela, Vizeu (2009)²³, afirma que o jornalismo assume também uma função pedagógica, uma vez que os jornalistas, nas suas práticas diárias, assumem o papel de ‘sujeitos cognoscentes da relação sujeito-objeto’ (p. 79). Conforme argumentado pelo referido autor, depreende-se que essa relação (que pode ser entendida ainda como mediação entre teoria e prática) faz parte do método de apuração de uma matéria e ajuda o profissional-sujeito a compreender melhor o objeto. Significa que:

[...] Nessa mediação entre os fatos e o público, os jornalistas não atuam como simples emissores de informações e comentários. Os fatos que vão virar notícias não somente são selecionados, mas ativamente construídos. O jornalismo consiste na interpretação sucessiva da realidade social, que nos permite saber um pouco do que se passa em cada parte do mundo. Dizer que o jornalismo não é feito aleatoriamente, pois se baseia em um método, também implica dizer que o jornalismo é uma forma de conhecimento, não se restringindo a simples regras

²³ Além de Vizeu, também Fischer (2002) concebe o jornalismo como instância pedagógica.

mecânicas que ensinam a responder a meia dúzia de perguntas. (VIZEU, 2009, p.70)

Para que o jornalismo cumpra essa função pedagógica, no entender do autor, as informações essenciais não devem ser suprimidas das notícias. Ao jornalista caberia ter o cuidado de fazer a apresentação dos acontecimentos nas diversificadas faces, uma vez que isso é fundamental para não se ocultar e/ou silenciar aspetos importantes da realidade. Na sucessiva interpretação que faz da realidade por meio da linguagem textual e imagética, o objetivo do jornalista seria de fazer com que o público compreenda a mensagem, tendo, por isso, como primeira preocupação o uso de uma linguagem clara e simples.

A contextualização do assunto e o uso de infográficos, artes e mapas, quando necessário, são outros cuidados jornalísticos realçados por Vizeu (2009) e diz ainda que, ao tratar a informação, o jornalista deveria proceder a uma ordenação de parágrafos de forma a obter coesão, e selecionar imagens e fotos para complementar a informação textual. É dentro deste cenário que o papel pedagógico do jornalismo também é reconhecido.

Contudo, todo o esforço pedagógico comporta alguma dificuldade, que seria motivada, por exemplo, pela abundância de informações com que se lida no mundo atual, o que faz com que o público esteja também dependente do tempo e espaço.

[...] Essa interpretação sucessiva da realidade dá-se através da linguagem e, para garantir que o público compreenderá bem a mensagem, o jornalista precisa passar a informação da maneira clara e simples. Por todas essas precauções, o jornalismo desempenha uma função pedagógica, que é uma tentativa de reduzir a complexidade da realidade social, esclarecendo e orientando o público (RÊGO; VIZEU, 2009, p.1-2).

Esse conhecimento formado pelo jornalista “trata dos acontecimentos do mundo, dos diversos saberes, dos campos da experiência e do cotidiano” (RÊGO; VIZEU, 2009, p.4), enquanto que as notícias contribuem para a inserção e o entendimento desse cotidiano na sociedade. Nesse sentido, a função pedagógica do jornalismo seria assumida mediante uma preocupação do jornalista em contribuir, por meio das notícias, para o entendimento humano do mundo em que vive. Ainda que esta operação possa parecer inconsistente e irrealizável na sua plenitude, o que parece ficar clarividente é que ela não é de todo impossível, como o próprio Vizeu (2009) justifica:

Esta função pedagógica é trabalhada diariamente pelos jornalistas na redação por meio de uma operação didática, sendo fruto de uma série de enquadramentos culturais, das práticas sociais, da cultura profissional, dos constrangimentos organizacionais e do campo da linguagem que os jornalistas mobilizam para produzirem notícias. (VIZEU, 2009, p.80).

Rodrigues (1994) também permite perceber esse papel pedagógico que poderia ser cumprido pelos meios de comunicação social ao destacar que na sua relação intrínseca com a sociedade, o campo jornalístico, acaba por se transformar em uma espécie de ‘jornalismo de autoajuda’ com função social de fiscalização, regulação e orientação, instaurada não só pela necessidade do campo em traduzir a vida social, como pela própria demanda da sociedade que a faz existir.

Ao assumir toda essa função de representar e captar sentidos sobre a sociedade, o jornalismo operaria como sujeito e, ao mesmo tempo, instauraria uma nova dinâmica de relação entre os meios de comunicação e o público. Estaria, portanto, inserido em uma rede de instituições, entre elas a escola e família, capazes também de intervir contínua e espontaneamente no cotidiano das pessoas.

Fischer (2001; 2002), por sua vez, discute a questão pedagógica da mídia (jornalismo) a partir do termo ‘dispositivo’. De acordo com ela, os meios de comunicação, no geral, e a televisão, em particular, através de diversas estratégias de linguagem, se tornam em um *locus* privilegiado de informação, de ‘educação’ das pessoas e de captação da intimidade do telespectador, contribuindo para que, muitas vezes, o telespectador se reconheça em uma série de “verdades” veiculadas nos programas e anúncios publicitários, e até mesmo se auto avalie ou auto decifre a partir do constante apelo à exposição da intimidade que a mídia torna pública nesse processo. Ou seja, a mídia não só veicula como constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos na medida em que ela também produz imagens, significações e saberes que, de alguma forma, se dirigem a educação das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem (FISHER, 2001, p. 2; 2002 p.1).

O jornalismo configura-se, assim, como um dos espaços da cultura por meio do qual se veicula uma série de produtos que estão também relacionados às práticas e currículos das escolas. Nessa aproximação entre educação e mídia, a autora argumenta ainda que, no âmbito das práticas escolares, os meios de comunicação acabam contribuindo para a própria ampliação do sentido de educação, uma vez que mais do que uma fonte básica de informação e lazer, os meios se configuram como um lugar com poder de produção e circulação de uma série de valores, concepções e representações sobre quem somos e o que devemos ser. Portanto, “torna-se impossível não enxergarmos que os espaços da mídia constituem-se também em lugares de formação – em paralelo com a escola, família, instituições religiosas” (FISCHER, 2002, p.3), como sublinha a pesquisadora.

Compreender a mídia como dispositivo pedagógico não passa somente pela compreensão do processo e das estratégias de linguagem que utiliza, mas também pelo entendimento de questões de poder e formas de subjetivação. Nesse sentido, sobressai o lado perverso da mídia, na medida em que os meios de comunicação usam um conjunto de estratégias que revelam seu poder na captação das intimidades das pessoas, a ponto de suas vidas serem espetacularizadas, com maior ou menor intensidade, em função de diferenças de classe, status cultural e social. (FISCHER, 2001). Isso implica que a mídia pode não somente educar/formar como também pode reforçar certos estereótipos e preconceitos culturalmente instituídos e, até mesmo contribuir para que a ideia da diferença seja um mote para reforço de desigualdade, como se pode depreender no exemplo dado pela autora:

[...] a transformação de nossas vidas em espetáculo está diretamente relacionada a uma série de valores e de definições a respeito do que são, por exemplo, determinados grupos da sociedade: as mulheres, os negros, os pobres, os adolescentes de classe média, os trabalhadores etc. Uma atriz como Fernanda Montenegro, entrevistada pela jornalista Marília Gabriela, por exemplo, receberá tratamento bastante diverso daquele conferido à 'Tiazinha' (Suzana Alves) pela mesma entrevistadora: os olhares de ironia, as perguntas, o modo de incitar à confissão, nos dois casos, será marcado pela diferença de classe, de *status cultural* e social (FISCHER, 2002, p.7).

Hannigan (1995), por sua vez, olhando para esta dicotomia do jornalismo (educação e estereótipos), sob ponto de vista de cobertura da problemática ambiental, salienta que as notícias ambientais podem fugir do seu caráter pedagógico, devido ao uso do discurso técnico burocrático que exclui grupos de interesse e argumentadores ou fontes não oficiais.

Com base nas ideias do papel pedagógico e do caráter de formador de conhecimento já abordadas, fica assente que, embora não seja uma função exclusiva e primeira da mídia, ela também assume papel importante na formação do cidadão (tal como a escola e outras instituições) na atribuição de sentidos, valores, crenças, estereótipos e preconceitos. Contudo, o jornalismo, e a mídia no geral, têm as suas especificidades e é em função disso que esse papel pedagógico e de formação de conhecimento pode não ser cumprido de forma mais adequada ou não.

Enquanto participa na construção social da realidade, o jornalismo pode não revelar a realidade em todas suas facetas, uma vez que o jornalista faz escolhas, contextualiza e recontextualiza e leva ao conhecimento do público aquilo que lhe parece ser mais relevante a

destacar. Assim, em última instância, o jornalismo acaba por definir aquilo que o público deve saber ou ignorar; prestar atenção ou não; realçar ou negligenciar dentre os aspectos específicos dos cenários públicos (Agenda Setting). De forma inevitável, as pessoas tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os meios de comunicação também incluem ou excluem do seu conteúdo.

Por sua vez, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete a própria ênfase atribuída pelos meios de comunicação social aos temas. O efeito de agendamento gerado pelos meios de comunicação social na formação do debate público e da opinião pública é estudado por diversos autores através de distintas abordagens teóricas.

No presente trabalho, optou-se por discutir a teoria do agendamento (agenda-setting Theory) e sua influência no tratamento dos temas ambientais, devido à aproximação que este âmbito de pesquisa tem com as teorias construcionistas, e pela pertinência que assume no que concerne à análise de conteúdo dos meios de comunicação, com destaque para os impressos.

3.3 A teoria do agendamento e a opinião pública

A Teoria do Agendamento foi formulada pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, como corolário de investigações de cerca de vinte anos, cujos resultados foram publicados em 1972, num artigo intitulado *The Agenda Setting Function of Mass Media*. O texto foi pioneiro nessa corrente de pesquisa e foi inserido na revista acadêmica norte-americana denominada *Public Opinion Quarterly* (McCombs e SHAW, 2000^a, 2000b; TRAQUINA, 2005bb, McCOMBS, 2009;).

Nas investigações empíricas levadas a cabo, os pesquisadores abordaram a influência da mídia no eleitorado durante campanhas políticas (nos EUA) com o intuito de comprovarem a capacidade dos meios de comunicação social em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública. Na base dessa pesquisa, os estudiosos concluíram que: “os veículos de comunicação são mais do que simples canal de transmissão dos principais eventos do dia. A mídia constrói e apresenta ao público um pseudoambiente que significativamente condiciona como o público vê o mundo.” (McCOMBS, 2009, p. 44).

Contudo, a autoria das primeiras investidas sobre a teoria do agendamento é atribuída ao jornalista norte-americano Walter Lippman (1922) e ao estudioso da ciência política

Bernard C. Cohen (1963), considerados os predecessores da hipótese do *agenda-setting* por terem iniciado a investigação sobre o estabelecimento da agenda temática pelos meios de comunicação (TRAQUINA 2001; McCOMBS, 2009).

Em 1922, Walter Lippman sublinhara na sua obra *Opinião Pública* que a imprensa desempenha um papel relevante na orientação dos leitores sobre temas de maior interesse coletivo. Foi apologista da ideia que sustenta que existe uma relação causal entre a agenda dos meios e agenda pública, tendo argumentado que os meios de comunicação social constituíram a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos na mente das pessoas (TRAQUINA, 2001, p. 18-19; 2005b, p. 15; McCOMBS, 2009, pp. 19-20; 44-45).

Em 1943, Bernard Cohen introduziu pela primeira vez a ideia que constituiria a hipótese central em torno da qual, se compreendeu a investigação sobre *Agenda-Setting* ou agendamento das mídias (o estabelecimento da agenda temática) realizada por Maxwell E. McCOMBS e Donald. L. Shaw (TRAQUINA 2001). Essa possibilidade de os veículos noticiosos interferirem na opinião do público é resumida por McCombs (2009) no seguinte trecho em que cita Bernard Cohen:

Essa distinção entre a influência dos veículos noticiosos na saliência dos assuntos e as opiniões específicas sobre este tema é sumariada na observação de Bernard Cohen de que os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às pessoas o que dizer, mas são surpreendentemente bem-sucedidos em dizer às audiências sobre o que pensar. Em outras palavras, os veículos noticiosos podem estabelecer a agenda para a discussão e reflexão pública. (COHEN apud McCOMBS, 2009, p. 19).

Partindo dessa ideia concreta e, após várias pesquisas, McCombs e Shaw (1972) viriam então a fornecer dados empíricos para sustentar o argumento de Cohen, tendo contribuído igualmente para que vingasse a designação *agenda-setting* ou agendamento. O paradigma vigente no *Communication Research* antes do resultado dos pesquisadores americanos era de que o poder da mídia era reduzido e seus efeitos, limitados. Essa tradição de investigação preocupava-se se com as mudanças de atitude e opinião pública, considerando que os meios exerciam influência na persuasão ou na modelação de comportamentos do público.

Com relação a esta questão, Wolf (2006) argumenta que a hipótese do agendamento midiático leva em consideração que o impacto dos meios de comunicação sobre receptores é direto, mas não é imediato, e que seus efeitos são em longo prazo, o que faz com que o

agenda-setting ocupe um lugar de destaque nos estudos dos efeitos cumulativos (centrados no processo de significação).

O autor afirma ainda que falar da hipótese de agendamento não significa defender a ideia de que a mídia pretende persuadir, mas sim ela descreve a realidade exterior apresentando uma lista daquilo que é preciso discutir ou formar uma opinião e, por isso, tem grande capacidade de indicar para a audiência sobre quais temas eles devem pensar alguma coisa. Nesse aspecto, a formação dessa agenda do público deve ser encarada numa ordem muito mais complexa, enfatiza:

A hipótese do agenda-setting defende que os *mass media* são eficazes na construção da imagem da realidade que o sujeito vem estruturando [...]. Neste quadro, por conseguinte, a formação da agenda do público vem a ser o resultado de algo muito mais complexo do que a «mera» estruturação de uma ordem do dia de temas e problemas por parte dos *mass media* (WOLF, 2006, p.66).

Essa nova noção de função de agendamento dos meios noticiosos (*agenda-setting function of mass media*) viria a acentuar essa influência, quando os pesquisadores americanos fundamentaram que os meios de comunicação de massa exercem grande influência na definição dos temas que merecem atenção do público e em informar esses temas ao público (McCOMBS, 2009; TRAQUINA, 2001; WOLF, 2006; HOHLFELDT, 2010). Atualmente, a ideia que deu base à hipótese do agendamento é amplamente usada no campo do jornalismo e o seu entendimento é resumido por McCombs da seguinte forma.

As notícias do dia nos alertam sobre os últimos eventos e modificações dos amplos ambientes que estão além de nossa experiência imediata. Mas os jornais e as notícias da TV, mesmo as bem editadas páginas de um jornal tabloide ou de um site da web fazem muito mais do que sinalizar a existência de temas e eventos importantes. Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada de função de agendamento dos veículos noticiosos (McCOMBS, 2009, p. 18).

Nos jornais, essa saliência é comunicada ao público através de um conjunto de pistas tais como o número da página de localização da notícia, sua chamada na capa ou não, tamanho do título e da matéria.

A fotografia é outro elemento que pode permitir a saliência de um determinado tema na mídia. Santos (2006) argumenta que o uso das imagens fotográficas tornou-se fundamental para o jornalismo a partir da década de 1920, quando os jornais norte-americanos substituíram desenhos por fotografias. Essa mudança provocou alterações em todo o design do jornal, desde sua primeira página às páginas interiores. Com base nas explicações de

Patterson (2003), o autor conta argumenta que o uso da pirâmide invertida é outra alteração que contribui não só para a redução do tamanho dos textos jornalísticos, como para a difusão de uso de ilustrações, desenhos e fotografias, com o objetivo de aprimorarem a qualidade de comunicação com o receptor. É também no intuito de se buscar uma maior aproximação com o leitor que as imagens fotográficas ganham importância e uma relevância nos estudos críticos sobre a qualidade da informação jornalística veiculada ao leitor.

Deste modo e, com base em estudos realizados por Jorjensen (2002), Cervi, Cancian e Santos (2006) apontam que a presença ou ausência de fotos nas notícias é um critério de definição de maior ou menor visibilidade para os temas tratados pelos jornalistas, quer nas páginas internas dos jornais, quer na primeira página. Significa que a fotografia assume uma extrema importância no jornalismo e funciona como um complemento da informação que o profissional oferece ao leitor. Sousa (2002) destaca essa importância de forma incisiva ao afirmar que “a fotografia é um elemento com que se tem de contar para perceber a construção simbólica e significativa no mundo atual e se entender a construção da realidade” (p.1).

Apoiando-se em resultados de pesquisas de vários estudos que se interessaram pelo assunto (WOODURN, 1947; FOSDICK, 1966; PLUNKETT, 1975; MILLER, 1975, SINGLETARY E LAMB, 1984; DYCK E COLVEDIN, 1992; BLACKWOOD, 1992; SWANSON, 1995, 1995, dentre outros), Sousa (2002) esclarece que a maioria dessas pesquisas comprova que as fotografias são preferidas nas leituras por serem elementos que contribuem para o enriquecimento informativo dos enunciados verbais, servindo para atrair mais atenção dos leitores.

No caso de notícias de sites, essas pistas seriam dadas por analogia. Na TV, a agenda noticiosa tem uma capacidade mais limitada, pelo que somente uma menção no noticiário noturno já constitui um tópico de sua saliência, além de outras pistas, como posicionamento do assunto na edição do telejornal e o tempo da matéria.

A repetição de um tópico dia após dia, de acordo com McCombs (2009) é outra pista válida para todos os veículos, e revelador da importância que esse tópico assume para um determinado veículo noticioso. É dessas saliências que o público se serve para organizar suas próprias agendas e daí decidir quais são os assuntos que também toma como mais importantes. Como afirma McCombs (2009), “a agenda da mídia, torna-se, em boa medida, agenda do público”, ou seja, “os veículos jornalísticos estabelecem a agenda do público” (McCombs, 2009, p. 18).

Na mesma perspectiva, Hohlfeldt (2010, p. 191) argumenta que:

[...] os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazo, por incluí-los também em suas preocupações, significando que a agenda da mídia de fato passa a constituir também a agenda individual e mesmo social.

Na sequência de outras pesquisas elaboradas neste domínio, Traquina (2001) destaca que os pesquisadores Rogers, Dearing e Bregman (1996), que classificam a literatura sobre agendamento em três grupos: 1) estudo da agenda midiática (*media agenda-setting*); 2) estudo da agenda pública (*public agenda-setting*); 3) estudos sobre agenda da política governamental (*governmental policy agenda-setting*). Para esse trio de autores a maior parte dos estudos que constituem a literatura do agendamento examina a relação entre agenda midiática e agenda pública, colocando em segundo plano a preocupação com o funcionamento geral da opinião pública numa democracia.

Nesse sentido, os autores apontam que “em última análise, a investigação do processo de *agenda-setting* procura oferecer uma explicação de como ocorre à mudança social na sociedade moderna” (ROGERS, DEARING E BREGMAN, 1996 apud TRAQUINA, 2001, p.20). Decorrente desta observação, outros estudos sobre agendamento na perspectiva de uma teoria da notícia continuaram a ser desenvolvidos, uma vez que, no campo do jornalismo, surge a necessidade de distinguir entre as mídias e as mídias noticiosas.

Foi a partir do esquema proposto por Rogers (1996) e colegas que se colocou em questão sobre até que ponto, a agenda política influencia a agenda jornalística. Com isso, um conjunto de outras questões assumiu destaque na sociologia do jornalismo: até que ponto vai esta influência? E que outros atores do campo político são os principais *news promoters*? Até que ponto, são os atores do campo político, e não outros agentes sociais, as principais fontes?

Traquina (2010) sublinha que essas questões não podem ser ignoradas por qualquer teoria da notícia, dado que os próprios jornalistas podem ser promotores de notícias com reportagens e jornalismo investigativo, o que acaba também, segundo a perspectiva do *agenda-setting*, influenciando a agenda pública. Ou seja, tanto os profissionais do campo jornalístico quanto, em especial, os do campo político procuram “tomar o pulso” da opinião pública – a agenda pública também pode influenciar a agenda política e agenda jornalística.

Na sequência de estudos realizados nesse domínio, os pesquisadores Moloch e Lester (1974) construíram um quadro para a análise do agendamento no campo jornalístico, de acordo com Traquina (2001). A análise desenvolvida por esses investigadores permite, primeiramente, identificar três categorias de pessoas dentro da organização do trabalho jornalístico: 1) promotores de notícias (*news promoters*); 2) jornalistas (*news assemblers*); 3) consumidores de notícias (*news consumers*).

Em segundo lugar, a base teórica da qual partiram esses pesquisadores permite constatar a recusa da ideia de notícia como espelho da realidade e as ocorrências que se transformam em notícia como fragmentos mais importantes de uma realidade objetiva. “Para os autores, nem todas as ocorrências são acontecimentos. A constituição de um acontecimento ou de uma questão em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como tema de discussão” (TRAQUINA, 2001, p.22).

Por isso Traquina (2001) observa que a especificidade do campo jornalístico, para Moloch e Lester (1974), é peça fundamental para a análise do agendamento, constituindo-se também como aspecto principal para a compreensão da cultura do “ser jornalista” como partilha de valores quanto à importância ou interesse que um fato poderá ter (critérios de noticiabilidade constituídos por valores-notícia). É neste quadro que o autor ainda sustenta a ideia de identidade da tribo jornalística, sublinhando que duas variáveis para a elaboração da agenda jornalística devem ser observadas, como sejam: 1) a atuação dos membros da tribo, exemplificada nos critérios de noticiabilidade utilizados para a seleção das ocorrências; 2) a ação estratégica dos promotores de notícias e dos recursos que utilizam para chegar ao campo jornalístico.

Por outro lado, Traquina (2001, p. 30) aponta que as notícias são construções narrativas, “estórias”, e, por isso, como todos os documentos públicos, uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna. Os meios de comunicação gozariam, assim, de um poder resultante da sua capacidade de fornecer as formas sob as quais os fatos aparecem e tendo em vista que os jornalistas trabalham sob o fator tempo, o que torna latente o desenvolvimento de um conjunto de saberes profissionais que constituem um “vocabulário de precedentes”.

Esse vocabulário é organizado a partir do “saber de reconhecimento” que pressupõe perceber quais fatos possuem valor como notícia. Em seguida, é posto em prática um “saber de procedimento”, que são as formas de elaboração da notícia. Por fim, efetiva-se o “saber de

narração”, isto é, a capacidade de compilar as informações e empacotá-las numa narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante. Segundo Traquina (2001), o valor notícia de consonância que corresponde a esse encaixamento de novas situações em velhas definições, mobilizando um inventário de discurso e uma moldura, são enquadramentos²⁴.

Outra discussão trazida pelo autor em apreço e, que conforme esclarece, esteve na origem da complexidade do conceito de agendamento e na discrepância dos resultados obtidos por vários investigadores (EBRING, GOLDENBERG E MILLER, 1980; BEHR e IYENGAR, 1985), prende-se a questão de saber se o efeito de agenda é exercido sobre todos os indivíduos e sobre todos os assuntos. Em relação aos indivíduos, a resposta encontrada é de que a agenda jornalística tem maior impacto nos indivíduos que participam de conversas cujos temas são levantados pelos meios de comunicação.

Em relação aos assuntos, o efeito é relativo à natureza deles, observando-se as categorias de questões envolventes (para as quais os indivíduos mobilizam suas experiências diretas, como os temas económicos) e as não envolventes (sobre as quais as pessoas em geral não possuem experiência direta, como a política externa). No caso, a influência dos meios de comunicação se daria, essencialmente, no segundo grupo, visto que, por serem assuntos distantes da realidade cotidiana, os meios apresentam-se como professores, como a instância que leva aquela questão distante à existência. Essas temáticas são as que (TRAQUINA (2001, P. 22) e alguns autores denominam de “limiar elevado”.

Para Traquina (2001), o conceito de agendamento é importante dentro do que se considera comunicação política, a partir da percepção da luta política como uma disputa simbólica em torno da construção dos acontecimentos e questões (o que implica a escolha dos fatos e o enquadramento destes em sua construção noticiosa). Neste sentido, advoga que o conceito de agendamento “está de avesso, p.24” e, citando McCombs e Shaw (1972), afirma que os estudos revelam uma influência das *mídias* não apenas na criação de uma lista de assuntos sobre os quais pensar, mas também no como pensar e, conseqüentemente, o que pensar.

²⁴ Em comunicação, enquadramento é um dispositivo interpretativo, “padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de seleção, ênfase e exclusão” (Gitlin, 1980). São praticamente implícitos, sendo baseados numa percepção de atributo normal de fatos. De acordo com McCombs (2009), enquadramento é a ideia central que organiza o conteúdo noticioso, que, por sua vez, fornece um contexto, sugere sobre o que o assunto trata através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração. Em síntese, enquadrar é selecionar algum aspecto de uma realidade percebida e torná-la mais saliente num texto comunicativo.

A invenção do paradigma estaria nessa redescoberta do próprio poder do jornalismo, de acordo com o pesquisador que, com base em McCombs, assegura que “a seleção dos tópicos para a agenda jornalística e a seleção de enquadramentos para as ‘estórias’ acerca desses tópicos definem poderosos papéis de *agenda-setting* e responsabilidades éticas terríveis” (MCCOMBS apud TRAQUINA, 2001, p. 43). A redescoberta desse poder do jornalismo não deve, por isso, conduzir a análises redutoras, como tem acontecido em alguns debates sobre o jornalismo e a mídia em geral. O autor afirma que:

[...] torna-se insustentável negar o papel ativo que os jornalistas (entenda-se o jornalismo e a mídia) exercem na construção da realidade social. Só a cegueira provocada pela ideologia jornalística pode explicar que alguns jornalistas insistam em pretender que o seu trabalho se limite à identificação dos fatos e à simples recolha e transmissão de relatos (TRAQUINA, 2001, p. 460).

Contudo, é bastante evidente o papel consensual acerca da função de agendamento dos meios de comunicação social: a de que os meios de comunicação exercem grande influência na seleção e tratamento dos temas mais importantes num determinado contexto social, o que lhes confere igualmente “poder” de apontar os assuntos e as problemáticas que devem figurar como importantes na agenda de preocupações da opinião pública.

Nessa ótica e, como Traquina (2000) assegura, os meios de comunicação social poderiam desempenhar um papel decisivo no aumento da consciência e da preocupação em relação a determinados assuntos ou desafios da sociedade. Refletindo sobre os propósitos da presente pesquisa, acredita-se que ao agendar assuntos relacionados à temática ambiental, por exemplo, as mídias, em particular os jornais, chamariam atenção para a necessidade de se debater o problema e, poderiam contribuir para uma maior conscientização e educação da sociedade o que estimularia a conscientização ambiental. É dentro deste contexto que ao analisarmos o conteúdo do jornal “Notícias”, objeto da presente dissertação, tem-se como uma das principais finalidades, avaliar até que ponto este meio agenda a discussão pública sobre a temática ambiental.

Da discussão teórica feita, está patente que a imprensa escrita²⁵ tem maior capacidade de focar determinados assuntos e de assinalar a importância dos problemas apresentados

²⁵ Em Moçambique o termo imprensa escrita designa todos os veículos jornalísticos impressos (Jornais e Revistas).

(McACOMBS, 2009, p. 18; Wolf, p. 148), pois os meios impressos podem promover uma discussão pública, por exemplo, através de colunas e artigos de opinião. Portanto, a agenda mediática é o elemento central na teoria do agendamento, na medida em que é a partir dela que ocorre a saliência de temas e atributos para a agenda do público.

3.4 Gêneros e fontes no jornalismo

Pela importância que os gêneros e as fontes de informação têm no jornalismo e também na presente pesquisa, achamos pertinente trazer alguma abordagem teórica, embora superficial sobre o assunto.

3.4.1 Gêneros

Segundo Melo (2010) os gêneros jornalísticos ficam mais evidentes a partir do século XIX, quando a notícia se consolida como gênero jornalístico, com informações sobre acontecimentos políticos e sociais mais importantes. De acordo com este autor, com o amadurecimento do trabalho da imprensa ficam evidentes as diferenças entre jornalismo opinativo, informativo e interpretativo.

O gênero informativo é o “relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente imediato ou ao passado que sejam socialmente significativos” (BELTRÃO, 1980, p.29) quando “a instituição jornalística assume o papel de observadora atenta da realidade, cabendo ao jornalista proceder como “vigia”, registrando os fatos, os acontecimentos e informando-os à sociedade” (MELO, 2003, p.28).

Para Chaparro (1998, p.79), “o jornalismo enquanto linguagem de relato e análise de atualidade realiza-se por um conjunto de técnicas desenvolvidas na experiência do fazer” Por isso o contraste com Melo. Chaparro afirma ser uma “fraude teórica e moralista” a dissociação entre gênero informativo e opinativo. Melo assinala que cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado.

Melo (2003, p.29) pontua que o gênero é uma reação diante de notícias, “difundindo opiniões, seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê. Para ele, narrar os fatos e

expressar as ideias segundo padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não alteram fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade que tem acesso ao universo temático e de conteúdo manufaturado continuamente.

Para Melo & Assis (2010, p.79), “os textos opinativos, em geral, se originam em algum acontecimento noticiado pelos textos informativos’. O reconhecimento da existência de duas categorias fundamentais no jornalismo obtém o consenso dos profissionais e estudiosos da área, independentemente das concepções ideológicas que assumem ou do modo de produção econômica que caracteriza a sociedade respectiva” (MELO, 2003, p.26).

Beltrão (1980) apresenta uma formulação mais sistemática: “Jornalismo é antes de tudo informação”. Para Beltrão, “informação, bem entendido, de fatos atuais, correntes que mereçam o interesse público.

Melo (2003, p.28) distingue os gêneros informativo e opinativo: “Ao lado do jornalismo informativo (que “assegura a informação ao povo”) e do jornalismo opinativo (que” tem procurado influenciar o homem”), temos, na descrição de Fraser Bond, duas outras categorias: O jornalismo interpretativo (que faz “a explanação das notícias”) e um jornalismo de entretenimento (que “comenta os aspectos pitorescos da vida cotidiana”)

Na medida em que informa, também contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade. Isso se efetiva por intermédio de informações que esclarecem o que está acontecendo e não é percebido claramente pelo público. Os fatos são, portanto esclarecidos, explicados, detalhados. Essa função corresponde ao jornalismo interpretativo (MARQUES DE MELO, 2003, Pp.29).

No jornalismo informativo são encontradas as notícias, as crônicas, as notas, trabalhos de investigação, chamadas de primeira página e fotografias. No formato opinião podem ser definidas como editoriais comentários, e cartas de leitores.

Para este estudo optamos pela sugestão de Melo (1994) que estabelece como proposta para a classificação o seguinte: O jornalismo informativo – nota, notícia, reportagem e entrevista que se estruturam a partir dos acontecimentos e da relação dos profissionais com os protagonistas; e jornalismo opinativo – editorial, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

3.4.2 Fontes

As fontes são indispensáveis para a construção da notícia. Elas certificam, esclarecem e agregam pontos de vista que ajudam na compreensão da matéria. Wolf (2005) assinala que as fontes não são igualmente importantes e que o acesso aos jornalistas é disforme. Erbolato (1985) classifica como fontes qualquer pessoa que preste informação ao jornalista, agência de notícias, sucursais do interior e do exterior, agências de variedades, informantes, correspondentes, entidades públicas e privadas, sindicatos e associações, assessorias de imprensa governamentais e privadas, os amigos do pessoal e do jornal e os voluntários (pessoas que surgem).

Wolf (2005) explica que há uma diferença entre pessoas e agências, classificando as primeiras como fontes verdadeiras ou primárias, pois se distinguem das agências noticiosas que fornecem produtos gerados por jornalistas. Quanto à classificação das fontes jornalísticas explica:

As possíveis classificações das fontes são muito diferentes, conforme o parâmetro a que se faz a referência: por exemplo, podem-se distinguir as fontes institucionais das oficiosas, ou as estáveis, opostas as fontes provisórias; categorização diferente separa as fontes ativas das passivas, conforme o grau de uso e o tipo de relações que se instituiu entre fonte e aparato de informação. Fontes centrais, territoriais e fontes de fase são categorias definidas não apenas pela localização espacial dessas fontes, mas também pelo tipo de utilização que se faz em relação à relevância e à noticiabilidade dos acontecimentos (WOLF, 2005, p. 234).

Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, torna-se necessário, considerar que o saber do jornalismo também é construído pelas fontes. As notícias resultam de processos complexos de interação, mas há limites na sua produção, por isso, cada vez mais as fontes fornecem conteúdos prontos para o uso. Segundo Moloch e Marilyn Lester (1974), mesmo quando os jornalistas (News assemblers) produzem as notícias, são pressionados pelas fontes (News promoters) a alterar o enfoque ou a aceitar notícias produzidas por elas. Aliás, “os promotores de notícias” passam a interferir de forma decisiva no processo jornalístico, sendo também produtores ostensivos de conteúdos com qualidade de notícias, garantindo os seus espaços nos processos jornalísticos “ pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos” diz Manuel Carlos Chaparro (2010, p. 19). A isso, o autor chama de “revolução das fontes” (p.21), pois atribui a elas o poder e a capacidade de criar acontecimentos públicos. Elas partem das práticas e dos critérios dos jornalistas que produzem conteúdos que atendem aos requisitos que tornam um acontecimento uma notícia irrecusável. Lorenzo Gomis (2004, p.45) também confirma que “os interessados produzem e fornecem os fatos” estabelecendo uma negociação de interesse e deslocando o jornalismo

para um papel mediador entre quem “produz a notícia” e o público, devido aos custos para obter a informação. Jorge Duarte (2010) explica que este fenômeno se deve à redução das redações ao uso habitual dos serviços das agências de notícias, à proliferação de assessorias e agências de comunicação e à capacitação dos porta-vozes no relacionamento com a mídia. A notícia que resulta das fontes tem interesse em promover e divulgar certos fatos. Conforme Rogério Santos (1997), elas passaram a trabalhar com os critérios dos jornalistas, além de manter uma permanente disponibilidade, enviando à mídia conteúdos genuinamente jornalísticos para alcançar a divulgação dos seus fatos.

Lage (2001, p.62-68) descreve a natureza das fontes como sendo mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais. Classifica como “oficiais”, instituições que preservam algum poder do estado; “oficiosas”, as que estão autorizadas a falar em nome de uma organização ou personalidade e “independentes”, as organizações não governamentais. Ele aponta as fontes “primárias” e “secundárias” na perspectiva da sua relação direta e indireta com os fatos, respectivamente. Ainda indica as “testemunhas”, que presenciam os fatos e os “experts”, especialistas em determinados assuntos e que interpretam os eventos. O autor não relaciona entre as fontes, as organizações em geral, não oficiais, nem as suas ações.

3.5 O relacionamento entre fontes e jornalistas: o cenário do caso ambiental

É sabido que os jornalistas prezam valores profundamente inscritos na sua cultura profissional, como o valor da independência, que se apoia na visão, algo mítica, do jornalista “cão de guarda” (TRAQUINA, 2004, p. 87), capaz de proteger cidadãos dos abusos do poder usando a pena em vez da espada. Também é sabido que os jornalistas nem sempre se sintonizaram com as visões do mundo emanadas dos agentes de poder, mesmo em matéria ambiental (Neuzil e Kovarik, 1996). Ora, Paradoxalmente, várias investigações empíricas têm demonstrado que o campo jornalístico é particularmente permeável às fontes detentoras de poder, poder este que lhes é conferido pelo seu caráter institucional e/ou pela sua representatividade. Estas fontes são, frequentemente, denominadas de fontes oficiais (TRAQUINA, 2002 p.12), embora alguns autores como Santos (1997) critiquem esta classificação, por a considerarem redutora, já que há organismos como algumas organizações ambientalistas, que apesar de beneficiarem do sistema e nele se inserirem, mantêm uma esfera de liberdade crítica.

Por vezes, as fontes “não oficiais” têm, em se tratando de notícias sobre temas de risco, incluindo as de caráter ambiental, mais exposição jornalística do que as fontes oficiais (Kitzinger e Reilly, 2002). Aliás, a ação de grupos organizados de cidadãos e de organizações não governamentais ecologistas também promove a inscrição das temáticas ambientais nas agendas midiáticas, e através destas, nas agendas públicas e políticas. Em suma o campo jornalístico também é permeável à ação dos promotores de notícias (Moloch e Lester, 1974), sejam ou não fontes oficiais, cujos recursos e habilidades, mas também cujas especialidades, capacidades e representatividades, podem rotinizar o seu acesso à mídia, levando-os a adquirir um determinado peso e certo capital simbólico no espaço público. Olhando para o contexto moçambicano, temos o exemplo da organização “Justiça Ambiental” que ganhou peso institucional na mídia mais pela credibilidade técnica e científica de seus relatórios, crescentemente aceites de forma rotineira e sem balanceamento pelos jornalistas, e pela elevada capacidade de decodificação do discurso científico para a imprensa e ao público em geral.

Como afirma Pereira Rosa (2006) a desconfiança que as pessoas e os jornalistas têm em relação às fontes do poder político e econômico contribui para institucionalizar o papel de fonte de informação das organizações ambientalistas. Estas organizações, inclusivamente, estão cada vez mais profissionalizadas e sofisticadas e capazes, também elas, de desenvolverem campanhas que atraem as mídias, o que concorre para lançar e manter os problemas ambientais na agenda pública (Anderson, 1997). As organizações ambientalistas aparentam mesmo ser mais credíveis para o público e os jornalistas do que as fontes de poder, pelo que a mídia tende a reagir positivamente às solicitações informativas dessas organizações (Cottle, 1993). Uma interpretação possível para esse fenômeno é a de que os jornalistas partilham com o resto da população o sentido de sobrevivência e do bem estar, ou seja, partilham com o resto da população determinadas formas de olhar para o mundo, pelo que veem as ameaças ambientais à sociedade e às pessoas como ameaças a eles mesmos. Assim, e tal como afirma (SCHMIDT, 2003, p.86), quando o assunto é ambiente, há muitas e diversificadas fontes com acesso rotineiro as mídias. Essas fontes competem entre si, tentando estabelecer relações de força e adquirir poder simbólico que lhes sejam favoráveis no seio do espaço público. Entre elas incluem-se as associações ecologistas, os políticos, os cientistas, a administração pública e mesmo determinadas personalidades de elite.

Com relação à permanência dos temas ambientais na programação das mídias (HANNIGAN, 1995, p.134), afirma que os problemas ambientais devem ser articulados

através de agendas de “fórum de autoridade” estabelecida (políticos, cientistas) e terem relação com o presente ao invés de com um futuro distante de modo a capturar a atenção da mídia.

Quando chegam primeiro ao espaço público, as fontes ambientais podem agir como primeiros definidores²⁶ de sentido para os problemas do ambiente (SCHMIDT, 2003, p.86), embora também não se possa excluir que, no caso das notícias ambientais, ocorra uma negociação de sentido para esses problemas, no contexto da interação simbólica entre jornalistas e fontes (Santos, 1997).

Pode-se então, concluir-se que, em matéria ambiental, conforme nota Schmidt (2003) na linha dos autores como (Santos, 1997), as diferentes fontes ambientais por vezes competem entre si pelo protagonismo e pelo espaço midiático e pelo triunfo dos respectivos enquadramentos na luta simbólica pela definição de sentido para a natureza dos problemas ambientais. Inclusivamente, em certas ocasiões são as próprias organizações ecologistas que apresentam diferentes enquadramentos para os acontecimentos, lutando entre si pelo triunfo dos respectivos pontos de vista na mídia, havendo até casos em que membros de uma mesma organização ecologista apresentam publicamente diferentes visões sobre assuntos ambientais (Capuzza, 1992). Em consequência, o movimento ambientalista não pode ser considerado um monólito ideológico, repercutindo-se a sua fragmentação no discurso midiático sobre o ambiente.

De qualquer modo, Hansen (1990), num estudo sobre as fontes das notícias ambientais em Inglaterra, constatou que as fontes oficiais, entendidas num sentido lato, predominam. Outros estudos mostram que há falta de diversidade das notícias ambientais, o que permitiria às fontes com acesso rotineiro ao campo jornalístico definirem, em parte, os contornos dos problemas ambientais (Anderson, 1993). Porém, outros estudos, constataam que nos estados democráticos, os meios jornalísticos não agem todos de igual modo, pelo que chegam sempre ao espaço público várias perspectivas sobre os problemas ambientais. Aliás, o fato de as “fontes oficiais” terem acesso privilegiado à mídia não garante que a visão

²⁶ Várias pesquisas provam que uma das estratégias das fontes sem poder nem acesso rotinizado aos meios jornalísticos passa pela prática de atos desviantes para que as suas ações sejam cobertas e suas visões do mundo cheguem também ao espaço público com amplitude que só os grandes logram conseguir (ver Traquina, 2002).

pública dos problemas ambientais se sintonize com as definições que as fontes oficiais dão para os mesmos. Muitas vezes ocorre o inverso, consolidando-se fortes correntes de opinião pública bastante críticas para com as posições das “fontes oficiais” e sintonizadas com as posições de cientistas e organizações ambientalistas (Smith, 1993). De facto, o significado de cada mensagem depende, em última instância, de quem a recebe.

Deve registrar-se, também, que vários estudos empíricos demonstram que, em certas notícias ambientais, os riscos são arbitrariamente empolados e distorcidos acientificamente e a cobertura é superficial e, muitas vezes, confusa e contraditória. Noutros casos, as notícias ambientais são pouco contextualizadas, pouco diversificadas e pouco balanceadas. Além disso, privilegiam os interesses econômicos e não correlacionam com áreas afins, como as políticas de saúde e reproduzem a lógica capitalista, “pela qual tudo é ou pode vir a ser tratado e vendido como mercadoria”, mesmo quando a temática é desenvolvimento sustentável (Motta et al., 2006, pp 84-85).

Por vezes, as próprias organizações ambientalistas, dão propositadamente, ou não, informação errada, distorcida e exagerada sobre os problemas ambientais, o que as descredibiliza e, por acréscimo, descredibiliza os meios jornalísticos que dão acriticamente sem contextualização, nem balanceamento, espaço às posições dessas organizações (PEARCE, 1996).

Em todo caso, os temas ambientais inscreveram-se profundamente nas agendas política e pública. Todavia, segundo Hannigan (1995), o protagonismo jornalístico também compete com o protagonismo e a iniciativa de outros atores sociais no lançamento de temas para a agenda pública e para a agenda política, designadamente com cientistas, ambientalistas e agentes de poder, pelo que quem ocupa em maior quantidade e mais rapidamente o espaço público a montante da comunicação jornalística tem maior capacidade de intervir na formação de correntes de opinião, sobretudo quando esse espaço público está de algum modo, “desocupado”. Segundo Schmidt (2003, p.91), quanto mais organizados estiver os campos científicos, associativo e administrativo, mais profundo tende a ser o debate público sobre assuntos ambientais. “pelo contrário, quanto mais dispersa, restrita e fechada se encontrar a informação científica e/ou oficial sobre um assunto ambiental e menos organizado estiverem às associações, menor é a capacidade de tradução dos problemas e menos proficuo é o debate público” (p.93).

Por fim, neste campo de interações entre jornalistas e fontes de informação em matéria ambiental, não se pode excluir que estas interações sejam, frequentemente, de cooperação e não de antagonismos (Santos, 1997), podendo mesmo, em questões ambientais ou neutras, o jornalista contactar determinadas fontes por saber de antemão que concordará com aquilo que essas fontes dirão.

Fica evidente que nem todos os agentes sociais são iguais no acesso aos jornalistas e as fontes oficiais tem certa predominância na produção de notícias. Para esta pesquisa consideraremos o autor Lage (2001) e vamos observar as fontes conforme a seguinte classificação: oficiais ou oficiosas, que segundo o autor são de natureza mais ou menos confiáveis, instituições que representam algum poder do estado e as não oficiais que seriam as organizações independentes do poder estatal (ONGs). Pode se dizer, em síntese que a cobertura ambiental, arena onde se movem muitos interesses, é dinâmica, mas também particularmente controversa e problemática.

3.6 O jornalismo na ótica ambiental

O jornalismo como um processo discursivo que tem como característica ser um dos mecanismos instituintes de ‘verdades’ na esfera social, ao apoiar-se no seu carácter legitimador de realidades, traz a tona a necessidade de apresentar um carácter ético e cidadão e de exercer o seu papel social. Nessa perspectiva o jornalismo ambiental aponta sempre a necessidade de perceber os acontecimentos através de sua inter-relação com outros, de sua interconexão com os diferentes fatos. De acordo com Bacchetta (2000, p.18):

[...] se consideramos o meio ambiente como o conjunto de sistemas naturais e sociais habitados pelos seres humanos e os demais seres vivos existentes no planeta e dos quais obtêm seu sustento, o jornalismo ambiental é um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo.

O jornalismo ambiental, ao apresentar em simultâneo algumas similitudes com o jornalismo científico, uma vez que tem como função “traduzir” a ciência e a biologia para a sociedade, além de educar, em muitos casos, apresenta outras características mais amplas e determinantes em suas definições. Inicialmente, conforme expõe Ramos (1996), a produção de conhecimento ambiental deve partir do pressuposto básico de que a investigação ambiental é por excelência interdisciplinar. Opondo-se ao pensamento fragmentado que foi herdado pelo cartesianismo, ela deve englobar todas as áreas de conhecimento, não se limitando apenas ao editorial específico. “Este reducionismo conceitual esvazia o campo do jornalismo

ambiental e tem servido para atender a interesses que penalizam a sociedade”. (BUENO, 2007, p.44).

Bueno (2007) nos remete a uma reflexão sobre a inserção do saber ambiental dentro da comunicação. O jornalismo ambiental é antes de tudo, jornalismo, e deve ter um compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação de debates. É neste ponto que, invariavelmente, acaba exercendo um papel educador. Segundo Traquina (2004), ao assumir o compromisso de ter a realidade como fator determinante de conteúdo noticioso, acaba expondo uma realidade controversa e polêmica, promovendo um debate social sobre o meio ambiente ao informar de forma clara e realista o perigo.

Bueno (2007) destaca a importância de o jornalismo ambiental adquirir um caráter revolucionário, comprometido com as mudanças de um paradigma, devendo comunicar as questões ambientais de forma educativa, para que todos os segmentos compreendam as implicações dessa temática. Os profissionais de comunicação não precisam ter formação de educadores, mas seria bom que unissem a pedagogia ao conhecimento do jornalismo, pois a sociedade sairia ganhando com esta formação. Conforme destaca o autor, eles deveriam incorporar um papel de formadores de cidadãos “ambientalmente educados”, uma vez que está em suas mãos a divulgação de informação para a sociedade.

Um passo importante nesse sentido é aceitar que o jornalismo é uma atividade política em essência. É um modo de reproduzir conhecimento que afeta e é afetado por grandes vagas sociais, como o atual questionamento generalizado ao neoliberalismo desenvolvimentista. Daí ser possível imaginar agora, no início do século XXI, momento em que essa ideologia patina a recriação de um tipo de jornalismo que perceba a informação como um bem público, e não da maneira como fazem os conglomerados (TAUTZ, 2004). Capra (1982) afirma que os jornalistas deverão, nessa estruturação da comunicação, mudar o seu modo de pensar fragmentário, e desenvolver uma ética profissional baseada na consciência social e ecológica. Para tal, é necessário “ao se comprometer em compreender os conceitos básicos, estar comprometido com uma perspectiva crítica, contextualizar as questões ambientais e politizar o debate” (Bueno, 2007, p.21).

Seguindo essa reflexão, é preciso repensar o jornalismo ambiental como uma especialidade. Ao exercer o papel de educador, ao necessitar a compreensão de diversas áreas de conhecimento, ele passa a ser mais do que uma especialidade restrita a editoriais e revistas

temáticas, passa a fazer parte de todas as áreas de conhecimento. O jornalista deve adotar uma visão ambiental, e expô-la em todas as editoriais, sejam elas de política, economia, cultura, ou outra. É preciso entender o conceito como a inserção da visão ambiental com abordagem nos mais variados assuntos. Peter Nelson (1994), em seu manual “Dez dicas práticas para reportagem sobre meio ambiente”, inicia o texto situando o jornalismo ambiental como uma prática abrangente e interdependente, estando sempre relacionada com outros campos, como política, cultura e economia.

Para que a visão ambiental se incorpore ao jornalismo, é necessário não se limitar a aspectos específicos, mas sim apontar o sentido mais amplo, não sendo, também, exposto somente para vender informação. O meio ambiente não deve estar presente somente em função de acontecimentos esporádicos, como catástrofes ou descobertas, mas sim fazer parte da rotina jornalística. Essa comunicação deve ser abrangente, constante e reflexiva. O jornalista não deve se limitar a expor os fatos, mas sim enquadrá-los em um contexto social, relacioná-los com diferentes áreas, para promover a compreensão do meio ambiente não como algo externo, mas como algo que faz parte da sociedade, e que influencia e é influenciado diretamente por cada cidadão.

Cumprir um papel diário, dentro do jornalismo, não significa ser panfletário ou “verde”. Essa, com certeza, não é missão que cabe aos jornalistas ambientais. Exercer uma função pública, mesmo dentro de empresas privadas, requer criatividade, noções básicas de como a natureza opera seus padrões (GERAQUE, 2004, p.95).

“Estabelecer as conexões que expliquem o caminho para a sustentabilidade é fazer compreender a teia da vida”, explica Girardi (2005, p. 43). Essa visão conclui a reflexão sobre o papel fundamental do jornalismo ambiental, que é não somente o de levar a informação a todos os setores da sociedade, mas sim contextualizar essa informação, a fim de promover debate, de educar e transformar a sociedade. Destaca, ainda, que comunicar fatos isolados em momentos específicos não é mais suficiente para cumprir a função do jornalismo, uma vez que, sozinhos, não são capazes de conter uma informação completa. O público necessita de informação contextualizada para compreender os fatos, já que a problemática ambiental envolve diversas áreas do conhecimento, refletindo e sendo refletida por diferentes setores.

André Trigueiro (2003) estabelece que “Uma das premissas do jornalismo ambiental é perceber a realidade que nos cerca de um ângulo mais abrangente, privilegiando a qualidade

de vida no planeta e do planeta” (TRIGUEIRO, 2003, p. 81). Ele explicita o perfil de jornalistas “idealistas e apaixonados” (p.84), mostra como recorrem a espaços alternativos de mídia e refere “o trabalho corajoso e pioneiro dos primeiros jornalistas ambientalistas do Brasil” (p.85), os quais são todos “autodidatas que se tornam especialistas em meio ambiente sem diploma (p.88)”.

Trigueiro (2003) afirma que “o jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais” (p.88). Ele afirma também que:

Quando essas ideias justificam atitudes que se multiplicarem pelo mundo inspirando a construção de uma nova civilização, um novo paradigma, talvez não exista mais a necessidade de existirem ambientalistas, assim como os abolicionistas deixaram de existir com o fim da escravidão. Também não haverá razão para ministério do ambiente, secretarias estaduais, bem como ONGs ambientais. Nesse dia, o jornalismo ambiental terá cumprido a sua missão. (TRIGUEIRO, 2003, p.89)

O Jornalismo Ambiental precisa estar comprometido com a mudança de paradigmas, devendo enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem. Deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar, além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos (BUENO, 2007).

No seu fazer, o Jornalismo Ambiental deve contemplar a visão sistêmica, mostrar a complexidade dos eventos, dar voz as diferentes vozes envolvidas com o fato e evitar abordagens reducionistas problematizando o tema focado. (GIRARDI et al,2013).

Conectada com a função pedagógica do Jornalismo Ambiental, Liana John (2001, p. 88) destaca que ao expor os fatos, é necessário explicá-los e relacioná-los com o nosso cotidiano. Cabe ao jornalista ambiental explicar novos conceitos, técnicas e tecnologias e descobrir a relação entre elas com a destruição ou preservação dos recursos naturais; com a integridade e funcionamento dos ecossistemas ou do meio ambiente urbano. Destaca ainda a autora, que cabe ao jornalista ambiental acolher e investigar denúncias e disseminá-las no meio mais adequado, provocando reações locais ou globais, conforme o caso.

Tratando-se de forma específica do jornalismo ambiental, o comprometimento com o cidadão e suas relações com o ambiente recebe ainda mais destaque. Os jornalistas

ambientais têm o intuito de conduzir os seus públicos à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e tentando preservar a qualidade de vida.

Feita a revisão teórica-conceitual, no capítulo que segue, apresentamos os caminhos metodológicos trilhados, de modo a podermos atingir objectivos traçados na presente dissertação.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Bachelard (1985), o objeto científico se conquista, se constrói e se comprova. Com base nesse conceito, e na prerrogativa de que o investigador é parte integrante do processo de construção do objeto científico, o desenvolvimento deste estudo buscou minimizar as interferências subjetivas do pesquisador por meio do exercício permanente de uma vigilância metodológica, como recomenda Maria Immacolata V. Lopes (2005).

Partindo-se do pressuposto de que a mídia tem uma função social relevante na construção social dos problemas ambientais (HANNIGAN, 2009), optou-se por desenvolver essa pesquisa com base na realização de um diagnóstico sobre como a imprensa moçambicana (Jornal Notícias) cobriu a temática ambiental ao longo do ano 2012.

O método utilizado para a elaboração do diagnóstico da cobertura da temática ambiental no jornal “Notícias” é a análise de conteúdo (AC) (BARDIN, 2006). Com uma proposta quali-quantitativa, esse método de investigação é amplamente utilizado para estudos de comunicações desenvolvidos em diversas áreas de conhecimento, como psicologia, sociologia, psicanálise, história, ciência política, comunicação social e outros.

A complementaridade dos métodos qualitativos e quantitativos na compreensão da realidade social foi demonstrada por argumentações teóricas e práticas apresentadas em pesquisa realizada em conjunto pela antropóloga sanitária Maria Cecília Minayo e pelo bioestatístico Odécio Sanches (1993).

Os aportes para a discussão teórica e problematização do presente estudo têm por base as Teorias Construcionistas do jornalismo, designadamente, a Teoria do Agendamento (Agenda-Setting Function), o Jornalismo Ambiental e de outras literaturas sobre Sociologia Jornalismo, estudos sobre os meios de comunicação social e o meio ambiente em Moçambique.

A metodologia empregada é a AC que segundo Bardin (1977,p.47) compreende:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Se nos primórdios, a AC era orientada pelo paradigma positivista, o qual valoriza a objetividade e a quantificação, atualmente esta técnica de análise de dados “está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades, na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações” (MORAES, 1999, p.1). Segundo Moraes (1999), a técnica não só conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, como ajuda a reinterpretar as mensagens, atingindo-se uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Portanto, com AC é possível conciliar métodos quantitativos e qualitativos, e daí ser considerada uma técnica híbrida (BAUER, 2002).

A literatura sobre a sociologia da comunicação e/ou do jornalismo deixa claro também que a AC é uma técnica que pode ser harmonizada com estudos que analisam a capacidade de agendamento de temas por parte da mídia. Traquina (2000) explica que a maioria de estudos de agendamento operacionaliza o conceito de agenda midiática através de dados baseados em análises de conteúdos da produção jornalística, como por exemplo, as notícias dos jornais.

Herscovitz (2010) realça também a importância da análise de conteúdo na pesquisa jornalística, destacando inúmeras possibilidades de uso que esta técnica permite ao pesquisador: pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos; serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas.

Devido às várias possibilidades que nos é oferecida pela AC, achamos importante a aplicação deste método na análise do conteúdo noticioso do Jornal Notícias.

4.1 As técnicas de análise

A complementaridade das duas abordagens da AC – quantitativa e qualitativa - é uma possibilidade também destacada por Bardin (2006), Herscovitz (2010) e Moraes (1999). De acordo com Bardin (2006), a AC quantitativa ocupa-se do conteúdo manifesto ou representado, enquanto a qualitativa procura decifrar o latente e os sentidos das

comunicações (BARDIN, 2006). Por outro lado, Herscovitz (2010) argumenta que, apesar de o método/técnica apresentar várias definições e de ter sido sujeito a críticas, ao longo dos tempos, quer por parte de pesquisadores quantitativistas, quer por pesquisadores qualitativos, a sua característica híbrida “coloca – a num gueto metodológico de onde ela sai reforçada e não enfraquecida” (HERSCOVITZ, 2010, p. 125). Moraes (1999) assinala que, na sua evolução, a metodologia tem oscilado entre estas duas abordagens, no entanto, ao longo do tempo, as abordagens qualitativas têm sido mais valorizadas, utilizando-se especialmente a indução e a intuição como estratégias para atingir níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos que se propõe a investigar.

É em função destas possibilidades, que se tomou a opção de conciliar as duas abordagens da análise de conteúdo – quantitativa e qualitativa – no estudo que vai dar corpo a presente dissertação. Contudo, será dada prevalência aos enfoques qualitativos e dedutivos, por permitirem a compreensão de aspectos que possam estar, direta ou indiretamente, ligados às questões que se pretende investigar (MOARES, 1999).

4.2 Procedimentos metodológicos e universo de pesquisa

Relativamente aos procedimentos da AC, Bardim (1997:2006; 2006) sugere a estruturação da AC em três fases cronológicas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material, 3) o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. A fase da pré-análise é a fase em que o trabalho é planeado e inclui cinco momentos: a) o da leitura flutuante; b) da escolha do material (constituição do corpus); c) da formulação das hipóteses e dos objetivos (exploração do material); d) da referenciação dos índices e da elaboração dos indicadores (codificação do material).

A exploração do material é a fase da análise propriamente dita e decorre das decisões tomadas na primeira fase – pré-análise. É a fase mais trabalhosa e fastidiosa, conforme adverte Bardim (2006).

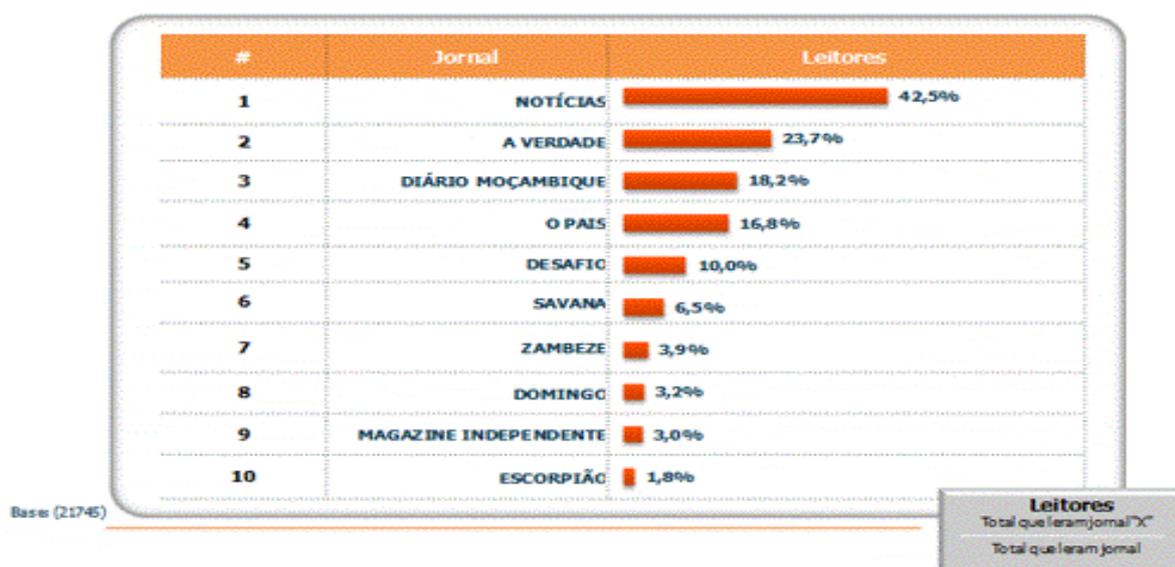
A fase do tratamento dos resultados obtidos e da interpretação é a fase em que se dá significação aos resultados obtidos, a partir de interferências e interpretações em função dos objetivos traçados, ou também de outras descobertas.

Herscovitz (2010) apresenta essas etapas procedimentais da AC, destacando seis passos ou momentos distintos formulados através das seguintes interrogações: 1) Quais são

os objetos de estudo? 2) Como eles são definidos? 3) Qual é a população do universo? (conjunto de objetos) de onde é retirada a amostra? 4) Em que contexto estão os objetos de estudo? 5) Quais são as delimitações do estudo? 6) Qual o alvo das inferências?

Com base nos caminhos apontados, tomou-se como objeto empírico da pesquisa, o maior e o mais antigo jornal diário publicado em Moçambique – o *Notícias*. A partir deste jornal constitui-se o corpus de análise, formado por matérias que abordam a temática ambiental no período temporal de 2012. A escolha do Jornal Notícias baseou-se no fato de ser um jornal de abrangência nacional e também considerado o diário de maior circulação no país.²⁷ A pesquisa de audiência realizada entre 1º de Janeiro e 31 de Dezembro de 2011 pela Intercampus do Grupo Internacional GfK²⁸, mostra que dos meios impressos publicados em Moçambique, o Notícias é o mais lido, conforme o quadro que a seguir apresentamos.

Quadro 2 – Jornais mais lidos



Fonte: Anuário 2011 de Audiências Diárias de Televisão, Rádio e Jornal da Intercampus.

²⁷ Informação baseada no estudo de audiência realizado em 2008 pela Global Surveys Corporation. Divulgado no jornal O País, edição de 14 de Abril de 2009. P. 3-4

²⁸ A Intercampus – Estudos de Mercado, Lda. é uma empresa de direito moçambicana e iniciou formalmente a sua actividade em Moçambique em 2007 sendo parte integrante do Grupo Internacional GfK. A GfK é a quarta maior empresa de estudos de Mercado no mundo. A sua actividade abrange cinco áreas: Custom Research, Retail & Technology, Consumer Tracking, Healthcare e Media. O Grupo é composto por 150 empresas em mais de 100 países e com mais de 10 000 colaboradores. Em 2009, as vendas do Grupo GfK ascenderam a 1,16 mil milhões de euros.

A opção por este período prende-se pelo fato de coincidir com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e pelo fato de em Dezembro do mesmo ano ter se realizado a XVIII Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas em Doha, Qatar. A temática ambiental vem ganhando uma maior visibilidade na sociedade moçambicana, impulsionada principalmente pelos movimentos ambientalistas que contribuíram para trazer o assunto ao debate público. Acreditávamos que os temas abordados na conferência tivessem repercussão no jornal.

O corpus de estudo é constituído por 120 matérias obtidas através da leitura página por página, de todas as edições do jornal ao longo de todo período do ano 2012. Assim, foi possível selecionar todos os textos jornalísticos (notícias, reportagens, artigos de opinião) que abordassem a temática do meio ambiente. Na fase de pré-análise, foi possível obter-se uma ideia inicial acerca de alguns indicadores de análise, nomeadamente, sobre a quantidade das matérias, os temas, a dimensão das matérias, as fontes e os gêneros.

O levantamento do material de pesquisa foi realizado nos meses de Janeiro e Março de 2013 no arquivo do jornal Notícias onde as edições dos jornais estão organizadas em cadernos e também por recortes do jornal obedecendo a critérios temáticos. Feita a seleção dos textos, fez-se o registro, mediante a autorização da diretoria do jornal²⁹.

Na análise descritiva serão usadas as seguintes categorias jornalísticas³⁰ (editoria ou seção, dimensão das matérias, tema, gênero jornalístico, página (ímpar ou par), localização das matérias, fotografias, fontes, âmbito geográfico da matéria).

A análise qualitativa vai centrar-se na leitura inferencial e na interpretação dos resultados quantitativos obtidos, aproveitando-se as variáveis como subcategorias

²⁹ Informamos que no jornal, não há condições de se reproduzir o material coletado e não é permitida a saída de do material armazenado em cadernos e em recortes temáticos para reprodução no exterior o que criou enormes constrangimentos ao pesquisador.

³⁰ A escolha de categorias de análise de conteúdo dos textos jornalísticos no presente trabalho partiu da proposta de Marques de Melo (1994) que afirma que as matérias são organizadas na página do jornal com maior ou menor destaque, em função da sua localização, dimensão, da presença ou não de fotos, havendo uma escala de importância para a hierarquização dos assuntos a partir de determinados critérios e uma diversidade de modalidades definidas pelo modo como os fatos foram captados, as fontes consultadas, como foi escrita a matéria, etc. Tudo isso é o que o autor denomina de categorias jornalísticas (MELO, 1994).

pertencentes a três outras grandes categorias de análise, designadamente o “formato das matérias”, o “conteúdo” e a abordagem jornalística das mesmas. O estudo qualitativo baseia-se também na apreciação detalhada e aprofundada de conteúdo de alguns textos a serem escolhidos em função das características que apresentarem, como, por exemplo, o tamanho das matérias, a continuidade em outras edições dos jornais e o destaque na primeira página ou capa.

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos a serem percorridos para a elaboração da dissertação, apresentamos a seguir e de forma breve, o jornal Notícias como objeto empírico do estudo.

4.3 O jornal Notícias – breve histórico

Figura 2 – Capa do jornal Notícias



Fonte: <http://www.sapo.mz/>

O Jornal *Notícias*, de que nos propomos pesquisar, é um diário matutino, que passou a circular a partir de abril de 1926 (GONÇALVES apud HOHLFELDT, 1965). Os principais sócios da empresa eram o advogado Eduardo Saldanha, o industrial Paulino dos Santos Gil – que já integrava outras redações e colaborava com inúmeros jornais da província – e o comerciante José Joaquim de Moraes (Rocha, 2000, p. 138). O jornal sucedia a outra publicação, o *Correio de Moçambique*, semanário de que era proprietário e diretor Eduardo

Saldanha, tendo como redator principal Manuel Simões Vaz, o capitão, como era conhecido. Esse jornal durou apenas dois anos: iniciou-se em 11 de fevereiro de 1925 e encerrou suas atividades na 48ª edição.

A vida do *Notícias* começou mal. A primeira edição, de 15 de abril de 1926, vendeu apenas 36 exemplares. Os acionistas se retiraram do projeto e apenas o Capitão Vaz permaneceu. Mas a situação mudou quando aconteceu um crime de morte na cidade, novidade para a relativamente pacata Lourenço Marques³¹ e no dia 28 de maio irrompia o golpe militar em Lisboa, o que provocou enorme curiosidade nos moçambicanos. Resultado: no dia 30 de maio a edição do *Notícias* chegou à extraordinária tiragem de 900 exemplares vendidos (Alexandre apud Hohlfeldt, 1993).

O *Notícias* nunca foi um jornal de oposição. Jamais hostilizou frontalmente o Estado Novo, mas nunca deixou de publicar despachos, inclusive de Lisboa, bastante crítico ao governo vigente. Distante da Igreja Católica, nos anos de 1950 desencadeou forte campanha a favor da laicização do ensino secundário na colônia.

Aos 15 de Maio de 1963, o *Notícias* muda de “mãos” e de direção e, começa o seu rápido processo de estatização, com a realização de uma escritura pública pela qual a antiga Sociedade do Notícias, Lda, é transformada em Sociedade anónima para mais facilmente ir alienando o seu capital. Até 18 de Julho de 1967, um dos acionistas principais era o Banco Nacional Ultramarino, atualmente Banco de Moçambique³².

Aos 29 de Dezembro de 1973, o jornal editava uma nota em que se colocava como “o maior jornal diário deste Moçambique, que sacode o pasmo, rejeita a preguiça, expulsa o imobilismo”. O jornal continuou a circular após 1975, mesmo diante da independência de Moçambique, em decorrência do movimento de 24 de abril de 1974.

Após a independência nacional, a 25 de Junho de 1975, “Notícias” assumiu-se como um dos principais veiculadores da mensagem da liberdade. Um dos principais contribuintes para alcance dos objetivos da unidade nacional e da necessidade da reconstrução do país.

³¹ Lourenço Marques é a antiga designação da actual cidade de Maputo, capital de Moçambique, tendo sido capital da então colônia portuguesa entre 1898 e 1975, data da independência deste país africano.

³² ROCHA, Ilídio. *A Imprensa de Moçambique*. Edição Livros do Brasil-Lisboa, Outubro de 2000.

4.4 O panorama atual do jornal Notícias

De acordo com o seu estatuto editorial³³ o jornal Notícias é um jornal público/ privado de carácter nacional cuja atividade se baseia no rigor e criatividade editorial, com orientação, independente de qualquer vinculação ideológica, política ou religiosa. Define ainda claramente que este matutino prima pela defesa de interesse nobre, tais como a paz, unidade nacional, desenvolvimento econômico e social de Moçambique. A sua atividade se baseia no rigor e criatividade que independe de qualquer vinculação ideológica, política, econômica ou religiosa; visa informar, esclarecer, dar ao público notícias de todas origens; exerce um jornalismo exigente e de qualidade, privilegiando a verdade dos fatos sobre a especulação e o sensacionalismo, potenciando as principais aspirações da maioria do público leitor; aposta numa informação diversificada e abrangente que corresponde ao interesse público igualmente diversificado; tem obrigação de inserir nas suas páginas as principais preocupações nacionais; defende a liberdade de expressão e de imprensa, reservando-se o direito de noticiar e comentar tudo o que se considera que possa concorrer para o engrandecimento de Moçambique e do povo, dentro das tradições democráticas universais; é ativo no debate dos principais problemas nacionais e internacionais, privilegiando a diversidade de ideias; é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa, transparente, autônoma do poder político e independente de poderes particulares.

Com uma tiragem diária de vinte e nove mil (29 000) cópias, no formato *standard*, o Notícias é considerado o jornal de maior circulação em Moçambique.

Com relação à organização redatorial o jornal Notícias está constituído da seguinte forma: diretor do Jornal, dois chefes de redação, dois subchefes e editores das seções de Política, Economia, Desporto, Internacional, Sociedade, Ciência e Ambiente e Opinião e Análise.

Atualmente, os principais acionistas da Sociedade do Notícias são o Banco Central (Banco de Moçambique), a Empresa Pública de Seguros (Emose) e a Empresa Pública de Petróleos (Petromoc). A sociedade inclui ainda um quarto acionista privado, minoritário. O Banco de Moçambique detém a presidência da Sociedade do Notícias, o que coloca a

³³ Estatuto editorial do Jornal Notícias, disponível em < [http:// www.jornalnoticias.co.mz](http://www.jornalnoticias.co.mz) >acesso em 13 de Agosto de 2013

empresa sob controlo estatal. Os documentos de registo da sociedade, registrada como sociedade anônima, não indicam as percentagens das ações de cada empresa. A Lei de Imprensa determina, contudo, que “ tratando-se de sociedades anônimas, todas as ações deverão ser nominativas” (Art.6, nº7).

5 A TEMÁTICA AMBIENTAL NO JORNAL NOTÍCIAS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da análise de conteúdo (quantitativa e qualitativa) das 120 matérias que abordaram a temática ambiental, publicadas ao longo do ano de 2012 no jornal Notícias. Inicialmente apresentaremos os gêneros e fontes mais recorrentes na cobertura ambiental; em seguida passaremos para a análise de conteúdo do material selecionado; e, por fim, faremos uma reflexão sobre as informações apuradas pela pesquisa à luz do aporte teórico do Jornalismo Ambiental.

5.1 Primeira aproximação: gêneros, dimensão das matérias, editorias

No que tange aos gêneros jornalísticos³⁴ dos 120 textos analisados no matutino *Notícias*, verificou-se uma predominância do gênero informativo sobre o opinativo. Dentre os textos informativos, as notícias foram as de maior número, somando um total de 110 (92%) matérias, seguidas de 5 (4%) de reportagem e 5 (4%) de Opinião.

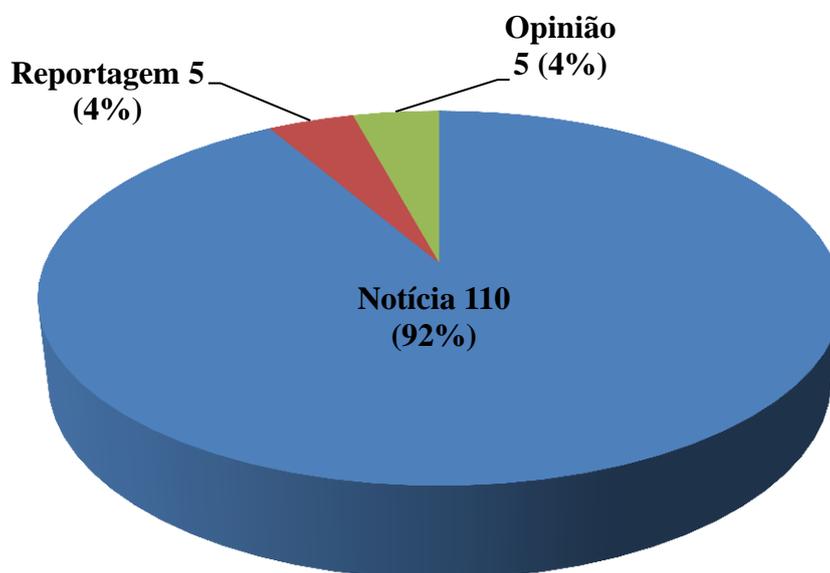
O fato de o jornal ser de periodicidade diária faz com que o gênero notícia seja predominante em relação aos outros gêneros. Pode ser também, uma tendência que demonstra a intencionalidade para a atualidade e uma abordagem direta dos fatos. Mas entendemos também, que pela existência de uma editoria específica sobre o meio ambiente no diário Notícias (Ciência e Ambiente), deveria haver uma tendência para a publicação de reportagens, o que permitiria abordagens mais aprofundadas e de conscientização sobre a problemática ambiental na sociedade moçambicana. O predomínio do gênero notícia em relação a outros gêneros como reportagens, entrevistas de profundidade e cartas de opinião, por exemplo, revela que o jornal aborda o tema sobre o meio ambiente, de um modo simplificado, ressaltando a natureza descritiva e não analítica do tema.

³⁴ A concepção de gêneros jornalísticos utilizada no presente trabalho é a de José Marques de Melo (2010) que os classifica em dois tipos: informativos e opinativos. Segundo a explicação do autor, os gêneros jornalísticos são as formas de noticiar. Acrescenta ainda, que a maneira como se trata a informação jornalística, propicia as distinções entre estes relatos, classificados como gêneros jornalísticos, a saber: nota, notícia, reportagem, entrevista, editorial, comentário, artigo, coluna, resenha ou crítica, crônica, caricatura e carta. Cada gênero pertence a uma das categorias delimitadas por Marques de Melo e é uma notícia jornalística, que se diferencia pelo tratamento dado, quanto ao aprofundamento, o cunho analítico e interpretativo, a utilização de fontes, o tamanho, etc.

A irrelevância de textos de gênero opinativo no jornal Notícias demonstra que houve pouca abertura para a expressão de opiniões, seja de leitores ou de colunista, sobre a temática ambiental, o que demonstra a fraca contribuição do jornal para influenciar a agenda pública. É da nossa percepção que o público leitor, ou os chamados formadores de opinião, poderiam, através de artigos, promover debates com segmentos mais amplos da sociedade sobre a questão ambiental.

A falta de diversificação de gêneros jornalísticos com relação à temática ambiental revela a necessidade de se adotar outra postura por parte da imprensa moçambicana, no caso, o jornal Notícias, em textos que abordem a tema sobre o meio ambiente, de forma mais aprofundada, através de entrevistas com especialistas, com as populações afetadas pelas catástrofes ambientais, artigos de opinião, editoriais entre outros. A diversificação do gênero jornalístico dá ao leitor vários pontos de vista e informação estruturada de forma diferente, o que cria maior atração ao leitor. A seguir apresentamos o gráfico que ilustra a distribuição das matérias em função dos gêneros jornalísticos.

Gráfico 1 - gêneros jornalísticos

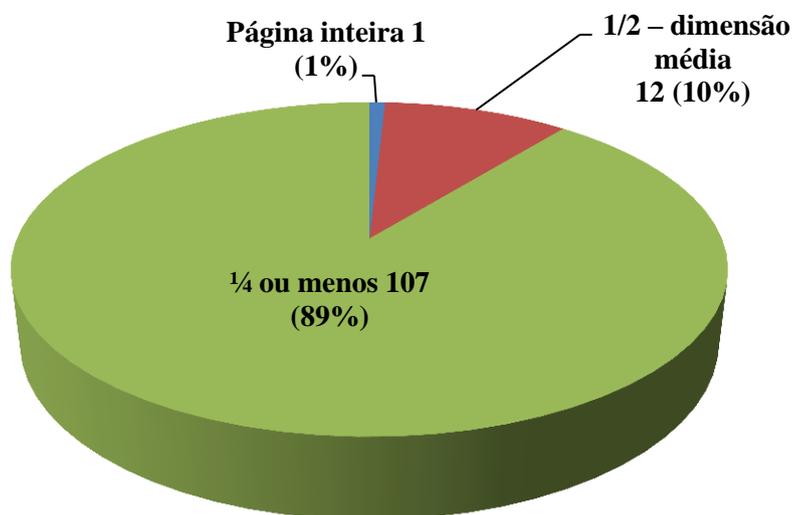


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos na pesquisa de campo.

Em relação ao espaço ocupado ou dimensão das matérias, constatou-se que o relevo dado aos acontecimentos sobre o meio ambiente é bastante reduzido, na medida em que em termos de diagramação não evidenciam destaque, ou seja, a maior parte dos textos publicados ocupavam $\frac{1}{4}$ da página ou menos. Este cenário demonstra a falta de ênfase que é dado a esta temática. Como ilustrado no gráfico abaixo, do total dos textos analisados, 107 (89%) foram classificadas como matérias de pequena dimensão. Os textos com dimensão média ou equivalente a $\frac{1}{2}$ (meia) página, somam um total de 12 (10%). As matérias de grande dimensão (1 página) correspondem um total de 1(1%).

Com base na leitura dos dados da pesquisa, e pelos números insignificantes de artigos de grande dimensão, ficou evidente que as matérias veiculadas foram, em grande maioria, de pequenas dimensões. Ficou também patente que as informações sobre o meio ambiente, no geral, receberam pouca atenção por parte do jornal Notícias, o que faz com que os assuntos tendem a ser bastante superficiais, sem destaque e aprofundamento.

Gráfico 2 – Dimensão das matérias



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos na pesquisa de campo.

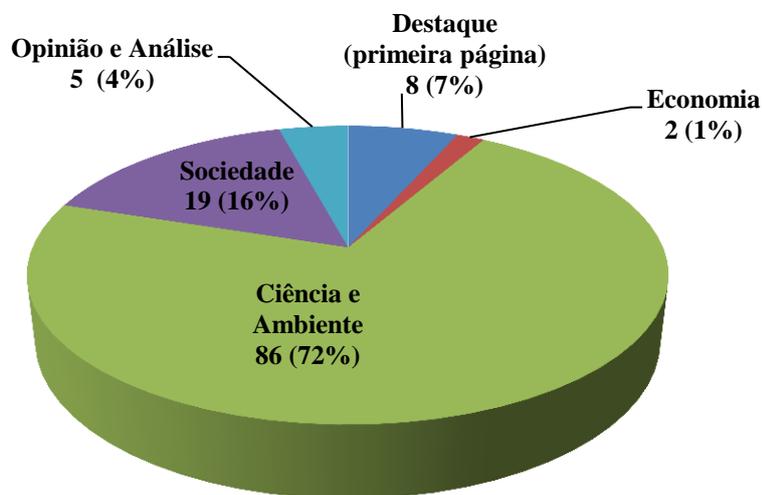
A editoria ou seção em que uma matéria é publicada no jornal, assim como a sua localização na superfície impressa, são indicadores de atribuição de importância aos assuntos abordados. O que se significa, que do destaque dado a uma matéria, pode se saber até que ponto ela é acessível para o leitor, uma vez que a leitura do jornal é orientada também pelas suas editorias. Partindo deste pressuposto, verificou-se que somente 8 (7%) matérias sobre temáticas ambientais tiveram chamada de capa ao longo do período 2012, número insignificante se levarmos em conta a diversidade e a gravidade de problemas ambientais que o país tem e também o total de matérias publicadas no ano de 2012, que soma um total de 120 textos.

Relativamente à distribuição por outras editorias verificou-se claramente que ciência e ambiente, por ser uma editoria específica para o meio ambiente, é que teve maior número de textos publicados, 86 (72%). Na editoria ‘Sociedade’ que é a segunda em termos quantitativos que aborda a questão ambiental, foram publicadas 19 (16%) matérias. Esta tendência deve-se não só ao fato de esta ser uma editoria um pouco mais abrangente, mas como se pode depreender, o ambiente é um assunto que pode englobar diversos subtemas que tem cariz social muito forte, pelo que se conclui que este é um assunto muito importante. As restantes matérias aparecem distribuídas por diversas editorias do jornal³⁵. Vale ressaltar, embora não seja o cerne da nossa discussão, que o jornalismo fragmentado em editorias, dificulta a adoção de uma perspectiva multidisciplinar, fundamental para a produção de uma reportagem ambiental. Segundo Bueno (2007), enxergar o meio ambiente sob uma perspectiva exclusiva ou majoritariamente econômica ou técnico-científica significa empobrecer a cobertura.

A leitura das frequências encontradas leva-nos a crer que apesar de o país apresentar gravíssimos problemas ambientais, os assuntos não tiveram um tratamento de destaque, na medida em que, poucos acontecimentos ambientais, figuram como chamada de capa no *Jornal Notícias*. Outro aspecto, não menos importante, é a fraca participação do público leitor no debate da problemática ambiental, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

³⁵ Como já mencionado, as editorias que compõem o jornal *Notícias* são as seguintes: Destaque, Política, Economia, Internacional, Sociedade, Desporto, Opinião e Análise, e Ciência e Ambiente. Observamos que as editorias Internacional, Desporto e Política não tiveram matérias publicadas sobre o meio ambiente no período em análise, mesmo com a ocorrência da Rio+20, que contou com a participação de ativistas ambientais de Moçambique.

Gráfico 3 – distribuição das matérias por editoria

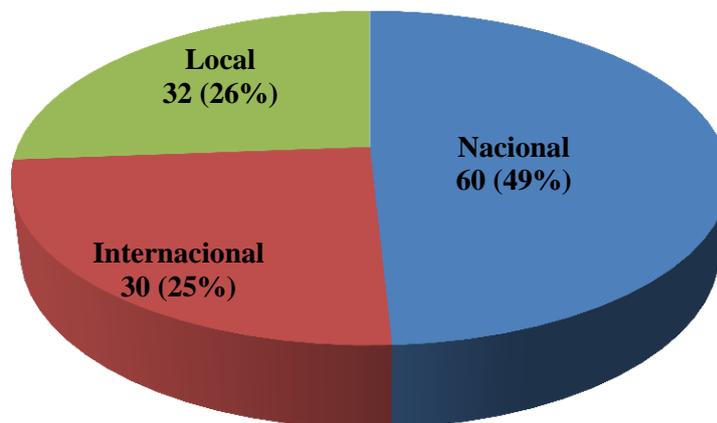


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos na pesquisa de campo

Pelo fato do *Notícias* ter uma editoria Ciência e Ambiente, especializada em meio ambiente e por a mesma estar localizada na página ‘par’ do jornal, preterimos de fazer o mapeamento sobre as zonas de localização das matérias, uma vez que, ficou evidente que maior parte das matérias encontram-se na referida página, excetuando um número insignificante de matérias que achamos nas editorias de opinião e análise (página ímpar), Economia (página par) e Sociedade (página par e ímpar). O posicionamento da editoria de Ciência e Ambiente em zona de menor visibilidade pode ser um indicador de que o jornal *Notícias* não dá à devida importância a temática ambiental. Para sustentar a nossa posição, recorreremos a alguns estudiosos do assunto (SILVA, 1985; ROCHA, 2007) que explicam que os leitores observam mais as notícias nas páginas ímpares e nas páginas iniciais. Este fator, faz com que nessas páginas (ímpares), publiquem-se textos sobre temáticas mais nobres, reservando às páginas pares as temáticas menos nobres, ou menos importantes. Logo, os temas dispostos em páginas ímpares são susceptíveis de maior visibilidade por atraírem mais a atenção do leitor.

No que diz respeito ao âmbito territorial³⁶, como ilustra o gráfico abaixo, a abordagem jornalística sobre o meio ambiente com maior representação nos textos foi o nacional, com 60 (49%) das matérias pesquisadas. O contexto local teve uma representação de 32 (26%) e o contexto internacional com 30 (25%).

Gráfico 4 – Âmbito geográfico da matéria



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados recolhidos na pesquisa de campo

Com base na agregação de dados referentes aos contextos nacional (49%), local (26%) e internacional (25%), entendemos que na maioria dos textos sobre o meio ambiente, publicados no jornal Notícias reportam-se a acontecimentos que demonstram a dimensão geográfica nacional do problema, ou seja, o jornal construiu e reproduziu a ideia de que o meio ambiente é um problema de dimensão nacional.

³⁶ Entende-se “âmbito territorial” não somente ao local da ocorrência do acontecimento ao qual as matérias ambientais se reportam, mas também refere-se à contextualização geográfica da abordagem apresentada pelo repórter na matéria.

5.2 Fontes, fotos, temas e abordagens

Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, torna-se necessário, considerar que o saber do jornalismo também é construído pelas fontes. As notícias resultam de processos complexos de interação, mas há limites na sua produção, por isso, cada vez mais as fontes fornecem conteúdos prontos para o uso. Segundo Moloch e Marilyn Lester (1974), mesmo quando os jornalistas (*News assembles*) produzem as notícias, são pressionados pelas fontes (*News promoters*) a alterar o enfoque ou a aceitar notícias produzidas por elas. Aliás, “os promotores de notícias” passam a interferir de forma decisiva no processo jornalístico, sendo também produtores ostensivos de conteúdos com qualidade de notícias, garantindo os seus espaços nos processos jornalísticos. “pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos” diz Manuel Carlos Chaparro (2010, p. 19). A isso, o autor chama de “revolução das fontes”, pois atribui a elas o poder e a capacidade de criar acontecimentos públicos.

A relação com as fontes – e escolha das mesmas – é (ou deveria ser) um dos grandes pontos de atenção na prática cotidiana jornalística. Quando se trata da cobertura jornalística sobre questões ambientais, tais desafios parecem ser amplificados. Gradativamente, informações isoladas ou descontextualizadas já não dão conta de explicar o sentido de urgência de um debate profundo sobre necessidade de mudanças estruturais, sejam elas de processos produtivos, de mudanças na matriz energética e de visão de mundo, a ponto de se encontrar em tempo soluções e caminhos capazes de prolongar a permanência de raça humana no planeta (VIANA, S., 2010).

Diante desse debate – e do sentido de urgência, é indicado que cada jornalista tenha em mente, frente a suas escolhas, três pontos: 1) que diversos interesses, muitos dos quais diametralmente opostos entre si, disputam por espaço, poder e credibilidade na arena pública do debate; 2) que os meios de comunicação são importantes ferramentas para dar visibilidade e respaldo a argumentos e pontos de vista; e 3) que cada fonte de informação não é neutra, nem isenta.

Uma das premissas essenciais para a prática do ‘bom’ jornalismo, preconizada por estudiosos da área de comunicação, é que o profissional consiga discernir “quem está falando”, como ressalta Bueno (2007, p. 34).

Nos 120 textos analisados, as principais fontes encontradas foram de pessoas com papéis oficiais, como representantes de governos e de órgãos ambientais oficiais. Do total de textos, 120, o equivalente 69% do total, tem pelo menos uma fonte oficial. Na distribuição, 67 (39%) foram baseados em fontes oficiais, 47 (28%) foram compostos exclusivamente com fontes não oficiais, e 50 (29%) foram classificados como misto, com pelo menos uma fonte oficial. Outros 6 textos não tiveram fontes ouvidas. O gráfico a seguir dá visibilidade a essa distribuição.

Gráfico 5 – Distribuição geral de textos por tipo de fontes ouvidas (%)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados desta pesquisa.

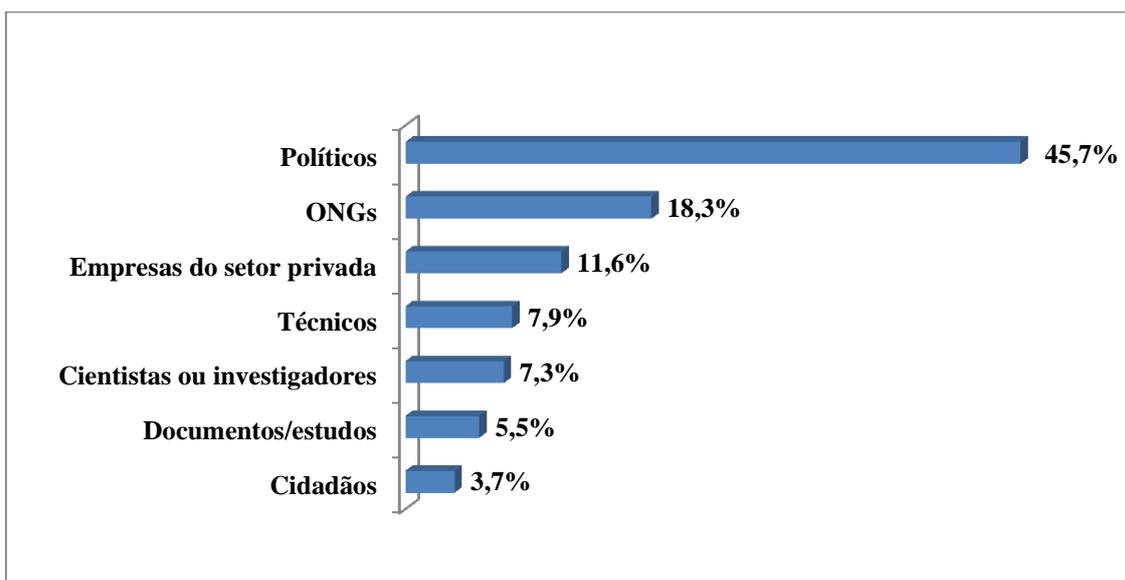
Mais do que observar em quantos textos foram ouvidas fontes oficiais e não oficiais, o esforço foi de apurar se existe diversidade no tipo de vozes ouvidas. A matéria jornalística pode ter fontes oficiais, mas se ela apresentar diferentes olhares estará prestando um serviço ao leitor. Com relação a esse aspecto, as fontes foram classificadas em sete categorias: políticos; população; ONG,s, técnicos, cientistas e/ou investigadores; documentos ou estudos; empresas do sector privado.

Nos 120 textos, foram ouvidas, ao todo 164 fontes de informação, sendo 75 políticos; 13 técnicos, 30 ONGs, 12 pesquisadores, 19 empresas do sector privado, 9 documentos ou estudos e 6 membros da população. Observamos que na maioria dos textos as vozes da população não foram ouvidas dando às notícias um tom político oficial.

As categorias que reúnem fontes oficiais, políticos, técnicos, que em sua grande maioria representam o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental e instituições por ela tuteladas, universidades, quando agrupadas somam um percentual de 53.6 %.

Na distribuição por categoria, conforme ilustrado no gráfico abaixo, chama atenção a representatividade pouco expressiva de membros da população o que demonstra a falta de diversidade de olhares voltados à temática ambiental. O cenário observado é preocupante, pois, conforme enfatizam os estudiosos do Jornalismo Ambiental (BUENO, 2007; John, 2001) é fundamental dar voz às diferentes vozes que tem algo a dizer sobre o fato que está sendo observado. É importante ouvir as fontes oficiais, mas é importante trazer outras visões para o debate.

Gráfico 6 – Fontes distribuídas por categorias.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados desta pesquisa.

Foi de nosso interesse neste estudo verificar se as matérias ambientais abordadas pelo *Notícias* são acompanhadas de imagens fotográficas. Autores como Santos (2006) argumentam que as imagens fotográficas ganham importância e uma relevância nos estudos críticos sobre a qualidade da informação jornalística veiculada ao leitor.

Como muito texto que acompanha as fotos não é processado pelo leitor, é lícito e razoável assumir que as fotografias, por vezes, podem ser uma das representações que alguns observadores têm dos acontecimentos que ocorrem no mundo e que as fotos na imprensa têm

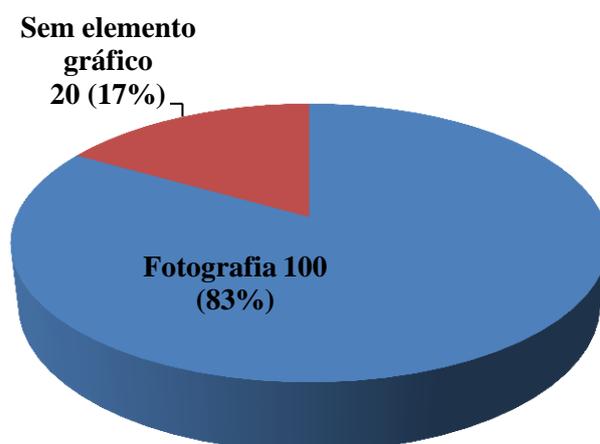
efeitos de agenda-setting, isto é, influencia na construção da agenda do público. (SOUSA, 2002, p.3)

Nesse sentido, entende-se que as fotografias não devem ser ignoradas numa análise do gênero, uma vez que podem ser “vias” que abrem possibilidades para se conhecer as representações e as construções que o jornalismo passa para o público, através das imagens que veicula.

Com relação ao jornal Notícias, nosso objeto empírico, verificou-se que a maioria das matérias publicadas sobre o meio ambiente apareceu acompanhada de fotografia. 108 (83%) matérias foram ilustradas com fotos, ao passo que a frequência de textos não ilustrados foi de 20 (17%) vezes. Tendo-se em consideração que as imagens que acompanham os textos jornalísticos comunicam – elas expressam emoção, drama e outros tipos de informação e, portanto, têm impacto na visibilidade das notícias e, conseqüentemente, na atração da atenção do público (SOUSA, 1997; 2001; 2002) algumas ilações podem ser observadas.

O fato de mais de 50% dos textos em análise terem fotos ou serem acompanhadas por infografias demonstra que há uma preocupação em chamar a atenção do leitor, assim como explicar através de gráficos e outras infografias a questão abordada de modo a ser explícita para o leitor, mesmo que este não leia o texto na sua totalidade.

Gráfico 7 – Elementos gráficos nas matérias do Notícias



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados desta pesquisa.

Foi possível comprovar que as fotografias que acompanham a grande maioria dos textos sobre o meio ambiente cumprem as funções acima referenciadas. No entanto, algumas fotos, em número bastante inferior, estavam descontextualizadas e inapropriadas para o tópico abordado.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das matérias nas respectivas categoriais de análise. Os temas mais presentes são o desflorestamento (20,8%) e as mudanças climáticas (19,2%), dois dos principais problemas ambientais da atualidade e que demonstra uma preocupação com um futuro sustentável, embora o jornal tenha uma posição mais descritiva dos fatos e não preventiva e de alerta social.

Tabela 2 – Temas

Categoria	Temas	
	Absolutos	Relativos (%)
Mudanças climáticas	23	19,2
Ordenamento territorial	6	5,0
Desflorestamento	25	20,8
Legislação Ambiental	9	7,5
Desenvolvimento sustentável	17	14,2
Resíduos sólidos	10	8,3
Erosão	1	0,8
Proteção costeira	1	0,8
Mineração	3	2,5
Caça furtiva	1	0,8
Biodiversidade	8	6,7
Poluição	6	5,0
Avaliação do impacto ambiental	2	1,7
Economia verde	6	5,0
Energias renováveis	2	1,7
Total	120	100

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados desta pesquisa.

Com base no cenário apresentado no quadro, entendemos que o jornal Notícias tem interesse na abordagem dos mais diversificados temas relacionados ao meio ambiente. No entanto, verificamos na análise, que foram poucas as matérias que tiveram continuidade nas edições seguintes. Do total de textos analisados (120), somente 10 matérias foram retomadas em outras edições do jornal, o que pode revelar abordagens pontuais e o não acompanhamento e aprofundamento de algumas problemáticas ambientais.

Na sub-capítulo que se segue pretendemos fazer uma reflexão sobre a abordagem jornalística que predomina nas matérias investigadas a partir dos indicadores obtidos na análise quantitativa e com base na leitura do conteúdo dos textos.

5.2 O olhar do jornalismo ambiental

Entendemos que o jornalismo ambiental está conectado ao jornalismo cívico ou de causas. Traquina (2003) afirma que este tipo de cobertura deve ir além da missão de noticiar para uma missão mais ampla, a de ajudar a melhorar a vida pública; deixar para trás a noção de “observador desprendido” e assumir o papel de participante justo, conceber o público como ator na vida democrática, e não como consumidor, tornando prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos.

No entanto, para este jornalismo, torna-se imperativo que o jornalista encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, um jornalismo mais ativo na construção de um espaço público mais vibrante e na resolução dos problemas da comunidade.

Na mesma perspectiva, Dornelles (2008) argumenta que urge uma necessidade de se adotar um novo estilo de jornalismo, especialmente para o acompanhamento de questões ambientais no âmbito da sociedade. Realça que é preciso pensar não só em manter a população informada sobre acontecimentos, especialmente sobre a ação dos homens na natureza e seus efeitos, mas também conscientizá-la. Partimos do pressuposto de que a objetividade plena em jornalismo pode ser algo utópico. Conforme explica a socióloga norte americana Gaye Tuchman (1972), a objetividade em jornalismo não passa de um ritual estratégico que os profissionais usam para se livrarem de certos perigos e riscos da profissão, designadamente dos prazos de entrega de material, processos difamatórios e reprimendas de superiores hierárquicos. A forma, as relações interorganizacionais e o conteúdo são, pois, aspectos que acabam por influenciar essa objetividade perseguida pelos jornalistas, que para

se livrarem desses perigos recorrem a procedimentos, como citação de fontes credíveis, descrição factual de acontecimentos, confrontação de fontes e verificação de fatos.

Sousa (2001a), por sua vez, esclarece que mesmo sendo impossível a objetividade, ela não deve ser meta ignorada. Nesse âmbito, o autor aponta:

O jornalismo ideal seria o jornalismo objetivo, se fosse possível. No jornalismo, o objeto de conhecimento, de algum modo, deve sobrepor-se ao sujeito de conhecimento. Isto não significa mais do que repisar os valores tradicionais da profissão: o jornalista deve orientar-se pelos valores do rigor, da independência, do compromisso com a realidade, da honestidade, da intenção de verdade. (SOUSA, 2001^a, p.48-49).

O jornalismo e os jornalistas, usufruindo do papel pedagógico que lhes é atinente, teriam a função não só de informar com profissionalismo, objetividade e isenção como também contribuir, positivamente, para a formação de conhecimento e mudanças de atitude e comportamento do público leitor.

Como argumenta Sousa (2001a), o jornalismo não está somente relacionado somente à vigilância do poder público como também à informação útil, devendo, por isso, trazer à discussão pública assuntos relevantes que por vezes poderiam passar despercebidos, ser escondidos, submersos, e/ou obscurecidos. Nesse processo, é importante que se tenha em mente que as notícias são elementos mais importantes que os jornalistas, significando que estes não devem se aproveitar daquelas para a sua autopromoção.

Contudo, fazer esta observação não significa afirmar que, na prática jornalística, o profissional não deve também dar a sua opinião sobre as temáticas que aborda, ou, como afirma o autor luso, “que os jornalistas não possam até certo ponto, confundir-se com as suas notícias” (SOUSA, 2001^a, p. 14). Assim, o pesquisador português defende que:

Um jornal pode opinar sobre os acontecimentos, deve abrir as suas páginas às polémicas, em espaços apropriados. A polifonia é enriquecedora e o debate público é vital em democracia. Por vezes, é mesmo admissível que um jornal aconselhe o voto num determinado candidato ou um determinado partido político. (SOUSA, 2001^a, p. 14).

Em relação ao jornal estudado, como ilustraremos graficamente, verificamos o predomínio de uma abordagem jornalística factual e acrítica (centrada no relato fatural, sem aprofundamento e problematização), em desfavor da abordagem aprofundada e crítica (que problematiza, contextualiza, alerta para problemas, causas e soluções).

Foi possível inferir que a abordagem fatural foi a que mais prevaleceu, com um percentual de 79%, ou seja, em 95 matérias os temas sobre a problemática ambiental foram

tratados com bastante superficialidade. Por outro lado, os textos cuja abordagem jornalística classificamos como aprofundada, ocorreram com uma frequência de (20%), correspondentes a um total de 24 textos enquadrados nesta categoria. Ao passo que os textos cujo enfoque de abordagem foi classificado de sensacionalista e negativa ocorreram em 1%, equivalentes a um (1) texto.

Alguns exemplos de matérias³⁷ veiculadas pelo jornal Notícias, que a seguir apresentamos, mostram-nos a tendência para uma abordagem que pende mais para o superficial a desfavor uma abordagem contextualizada, crítica, que problematiza, alerta e conscientiza sobre o meio ambiente no país.

Na edição de 1 de Janeiro de 2012, o *Notícias* publicou uma matéria com o título: “MICOA avalia abate desenfreado de cajueiros”. A matéria refere-se ao abate desenfreado de cajueiros em Nacala-Porto, Província de Nampula, norte de Moçambique, desencadeada por industriais da área de refinação de óleo alimentar e de panificação.

Apesar de o texto não apresentar uma pluralidade de fontes, tendo se baseado apenas em uma fonte oficial, o autor problematiza o assunto, alertando sobre os perigos que podem advir do abate indiscriminado de cajueiros e questiona ainda a apatia das autoridades com relação ao fenómeno “Os serviços de Fauna Bravia e o Instituto de Caju, se mantêm aparentemente alheios ao problema”. A componente didática foi bem explorada, pois o jornalista apresenta as implicações do abate indiscriminado de cajueiros não apenas sob o ponto de vista económico, mas também ambiental. Apesar de basear-se em apenas uma fonte, a matéria apresenta profundidade e o rigor e sua abordagem ao tema estimula o debate público.

Tal abordagem está de acordo com o que recomenda Baccheta (2008) ao se referir ao jornalismo ambiental, lembra que ele “[...] procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre o seu modo de vida na terra, para assumir em definitivo sua cidadania planetária” O autor atribui contribuição essencial do jornalismo na difusão de

³⁷ Importa realçar que todas as matérias estão escritas de acordo com a ortografia vigente em Moçambique, uma vez que o novo acordo ortográfico da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) ainda não está em vigor em Moçambique. Nos respectivas matérias é possível encontrar também algumas expressões da língua portuguesa que são mais usuais em Moçambique que no Brasil.

temas complexos, com a análise de suas implicações de ordem políticas, éticas, sociais e culturais.

“Ilhéus abatem árvores para fabrico de pão” Este é o título da matéria publicada na edição de 10 de Fevereiro de 2012, gênero notícia. A matéria tem como foco a problemática de corte de árvores na Reserva florestas da Ilha de Inhaca, uma das importantes áreas de conservação da cidade de Maputo.

O conteúdo é apresentado de forma superficial e descontextualizado. A superficialidade do texto revela-se pelo fato de o mesmo não apresentar as consequências do abate indiscriminado de árvores para o meio ambiente e por não indicar os caminhos a serem seguidos para evitar tal fenômeno. O texto limita-se apenas na reprodução do discurso oficial. A partir do quarto parágrafo aborda outros assuntos sem antes ter informado sobre a dimensão de área devastada e nem dado voz a pelo menos um membro residente na ilha para se pronunciar.

Estudiosos da área defendem que a abordagem da temática ambiental deve ser inclusiva. Alertam que priorizar fontes oficiais, às vezes, é correr o risco de priorizar o interesse do governo em vez do interesse público. Além disso, a representação governamental não é a única representação legítima nas sociedades democráticas. Existem outras representações, como os movimentos sociais, associações de trabalhadores e organizações não governamentais, entre outros. Percebemos que a principal forma de inclusão da temática ambiental na pauta jornalística é por via oficial, ou seja, é somente a fonte oficial que apresenta a sua versão sobre o fato.

Com o título “Ambientalistas aplaudem decisão do governo”, esta notícia foi publicada na edição de 14 de Março de 2012.

A matéria expõe os argumentos da Justiça Ambiental (JA), uma ONG ambientalista moçambicana que se mostrou contra o uso do rio Zambeze para o transporte de carvão mineral devido aos graves impactos ambientais que poderiam advir do seu uso. A notícia foi elaborada com base na reprodução do conteúdo do comunicado de imprensa da Justiça Ambiental e não auscultou outros setores da sociedade civil, a população e até mesmo o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental. No entanto, demonstra de forma clara e objetiva a insustentabilidade da navegabilidade do rio. Apela para que os estudos de impacto ambiental (EIA) em projetos de grande envergadura não sejam feitos de forma fragmentada,

devendo incluir outros membros da sociedade civil. A ilustração e a respectiva legenda complementam a informação textual, o que pode permitir uma maior compreensão do assunto por parte do leitor.

Na edição de 14 de Março de 2012, foi publicada a matéria com o título “Bypass foi um sucesso”, gênero notícia. A matéria aborda sobre o tema da emissão direta de fumos para atmosfera por um período de 137 dias pela fábrica de fundição de alumínio Mozal que teve um aval do governo e uma forte contestação das ONGs ambientalistas nacionais e estrangeiras. Este tema gerou muita polêmica, no entanto a abordagem não foi aprofundada. Na época, os ambientalistas argumentaram sobre a insustentabilidade do processo e os possíveis efeitos ambientais catastróficos, que poderiam afetar, principalmente as comunidades vizinhas da fábrica de fundição de alumínio (MOZAL). O repórter baseou-se em apenas uma fonte oficial (Vice-Ministra) para enfatizar que o processo “Bypass” ocorreu “muito abaixo” dos limites nacionais e internacionais (OMS) aceites e até dentro das previsões contidas no estudo da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) sobre o caso em questão.

Os atores sociais não institucionais e a população que se opuseram à operação “Bypass” não fazem parte da história. Portanto, a matéria apresenta uma abordagem acrítica, opondo as certezas científicas das instituições oficiais, ao silenciamento dos oponentes. Não faz menção sequer de possíveis problemas ambientais que este procedimento poderia trazer à sociedade.

Outro aspecto que chama atenção é o título, que não destaca o problema, pois é uma espécie de reprodução do discurso oficial e uma apologia ao discurso oficial e científico sobre o processo, minimiza a gravidade de tais emissões para saúde da população e para o meio ambiente como um todo.

É importante lembrar que o jornalismo, como destaca a perspectiva do Jornalismo Ambiental precisa estar comprometido com a mudança de paradigmas, devendo enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem. Deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar, além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos (BUENO, 2007).

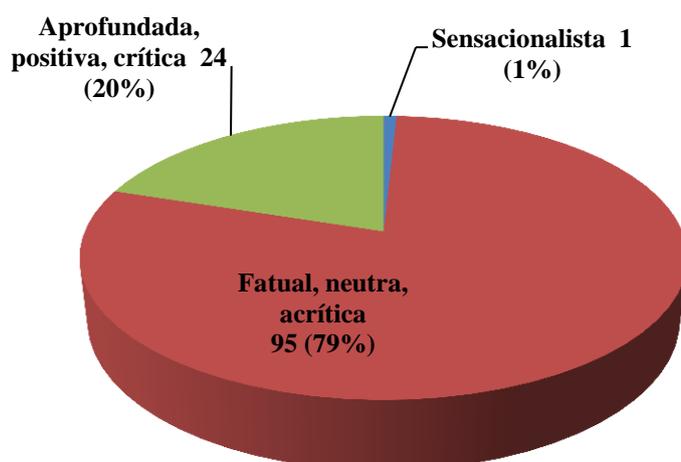
Na edição de 26 de Julho de 2012 o *Notícias* publicou a matéria com o título “Os efeitos da contaminação por mercúrio”, tratando da contaminação da albufeira de Chicamba, um dos maiores lagos artificiais do país, localizado na província de Manica. Esta contaminação é causada pela prática da atividade do garimpo por populares. Além de apresentar uma linguagem acessível, o repórter faz uma abordagem crítica, alertando sobre as consequências da prática desta atividade para a saúde humana e para o meio ambiente, principalmente no que diz respeito à contaminação da água. Entretanto, baseou-se somente em vozes das autoridades locais que apontaram problemas e não soluções. As vozes dos garimpeiros e da população que vive em torno da albufeira não foram levadas em conta.

Com relação à função pedagógica do jornalismo, Rodrigues (1994) afirma que ao assumir a função de representar e captar sentidos sobre a sociedade, o jornalismo operaria como sujeito e, ao mesmo tempo, instauraria uma nova dinâmica de relação entre os meios de comunicação e o público. Estaria, portanto, inserido em uma rede de instituições, entre elas a escola e família, capazes também de intervir contínua e espontaneamente no cotidiano das pessoas. Portanto, a presente matéria tem o potencial de conscientizar os praticantes de garimpo e a população em geral sobre os perigos desta atividade ao meio ambiente e à saúde humana.

“Mudanças climáticas aumentam a vulnerabilidade de Moçambique” é o título da notícia publicada na edição de 04 de Setembro de 2012. A matéria descreve a vulnerabilidade de Moçambique com relação à frequência de eventos extremos como tempestades e ciclones tropicais, principalmente pelo fato de a maior parte da população viver ao longo da costa. Baseada em fonte oficial (Vice Ministra do MICOA) o repórter mostra algumas políticas apresentadas pelo governo na XX Sessão do Comitê de Ciclones da Bacia do Sudeste do Oceano Índico, para o enfrentamento deste tipo de eventos “o reassentamento da população em zonas seguras (...) e o fortalecimento do sistema de aviso prévio, são algumas das ações levadas a cabo visando à redução da vulnerabilidade da população”. Mesmo sem muito aprofundamento, a matéria alerta para a consciência social sobre a problemática e as consequências das mudanças climáticas em Moçambique. Os quadros infográficos possibilitam a compreensão do conteúdo apresentado.

A seguir apresentamos na íntegra e de forma gráfica toda análise sobre a abordagem jornalística das matérias ao longo do ano 2012 no jornal *Notícias*.

Gráfico 8 - abordagem do tema



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados desta pesquisa.

As informações mostram o compromisso com uma agenda política, em relatos do acontecimento em si, uma espécie de reprodução das falas das fontes oficiais (rotinização de fontes), na sua maioria políticas e não de uma análise mais criteriosa, contextualizada, aprofundada, problematizada e crítica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo que orientou esta pesquisa foi analisar a cobertura sobre a temática ambiental pelo jornal *Notícias*, tendo em vista a contribuição deste meio de comunicação social na construção da consciência ambiental na sociedade moçambicana. A partir deste jornal constitui-se o corpus da análise, num total de 120 matérias no período temporal de 2012. Pretendíamos não somente enxergar a quantidade de matérias veiculada e suas respectivas temáticas, mas também verificar se as matérias problematizam os assuntos abordados, proporcionando aos leitores elementos críticos, para que, por sua vez, pudessem participar do debate sobre a agenda ambiental e analisar o papel do jornal *Notícias* no agendamento público de temas ambientais. Para a prossecução desses objetivos tomamos como base as teorias construcionistas do jornalismo, a teoria do agendamento (agenda-setting) e os aportes teóricos do jornalismo ambiental. O método utilizado foi à análise de conteúdo na perspectiva quali-quantitativa.

Da análise feita às matérias que constituem o corpus do estudo, foi possível termos uma ideia geral sobre como o meio ambiente é abordado no jornal *Notícias*, importante representante da imprensa moçambicana. Chama-nos atenção o fato de terem sido publicadas apenas 120 matérias ao longo do período analisado, tendo em conta que o jornal tem uma editoria específica para o meio ambiente (Ciência e Ambiente). Se partirmos do pressuposto de que deveria haver no mínimo uma matéria publicada por dia na referida editoria, em um ano teríamos 288 matérias publicadas, excetuando o conteúdo ambiental que é veiculado em outras editorias do jornal. A verdade, é que houve várias edições que não tiveram nenhuma matéria sobre o meio ambiente. Com base nesta leitura, acreditamos que o meio ambiente é abordado somente quando existe algum “gancho jornalístico” (divulgação de um estudo, realização de uma conferência, ocorrência de um desastre ambiental), ou quando um comunicado de imprensa é enviado às redações, ou seja, não existe uma atitude proativa por parte dos repórteres para cobrir temáticas ambientais, muito menos de fazer investigações dando continuidade e aprofundando assuntos abordados.

Observando como é que as matérias se posicionaram ao longo do período em análise, no que diz respeito à distribuição em função dos gêneros jornalísticos (notícia, reportagem, opinião e análise), foi notável a predominância do gênero notícia (92%, o equivalente a 110 matérias). Não verificamos uma tendência, por exemplo, para a publicação de reportagens o

que poderia permitir, como já mencionado, abordagens mais aprofundadas, contextualizadas e que estimulem a conscientização da sociedade moçambicana sobre a problemática ambiental.

Outro aspecto a tomarmos em consideração é a tiragem do jornal notícias que é, em média, 29000 exemplares, número este, que podemos considerar inexpressivo, atendendo ao número de alfabetizados em Moçambique que ronda aos 57% de uma população que conta aproximadamente 23 milhões de habitantes. Nesse cenário, podemos afirmar que os jornais são mais lidos por um público mais elitizado, mais escolarizado, que, por sua vez, estaria em melhores condições de influenciar a opinião pública através do espaço que lhes é destinado (opinião e análise), mas que pouco usufrui.

Estes leitores enquanto formadores de opinião e nalgum momento porta-vozes da sociedade teriam igualmente uma responsabilidade de agendar (ou melhor, contra-agendar) discussões sobre a problemática ambiental. No entanto, o insignificante número de textos de gênero opinativo no jornal *Notícias* demonstra que houve pouca abertura para a expressão de opiniões, seja de leitores e de colunistas, o que constitui o reflexo de uma fraca contribuição do jornal para influenciar a agenda pública e também uma ausência de contra-agendamento.

Observando o destaque atribuído ao tema, os resultados da presente pesquisa revelam que o jornal *Notícias* deu pouco destaque ao tema, uma vez que as notícias sobre o meio ambiente tendem a ocupar um espaço de pouco realce. A leitura das frequências encontradas, leva nos a crer que apesar de o país apresentar diversos e gravíssimos problemas ambientais, os assuntos não tiveram um tratamento de destaque, na medida em que, poucos acontecimentos ambientais, figuram como chamada de capa, ou seja, somente 7% o que equivale a oito (8) matérias tiveram destaque num total de 120 em todo período de 2012.

O posicionamento da editoria de Ciência e Ambiente em zona de menor visibilidade (página par) pode ser um indicador de que o jornal Notícias não dá à devida importância a temática ambiental. Acadêmicos como SILVA (1985); ROCHA (2007) explicam que os leitores observam mais as notícias nas páginas ímpares e nas páginas iniciais. Este fator, faz com que nessas páginas (ímpares), publiquem-se textos sobre temáticas mais nobres, reservando às páginas pares as temáticas menos nobres, ou menos importantes. Logo, os temas dispostos em páginas ímpares são susceptíveis de maior visibilidade por atraírem mais a atenção do leitor.

Outro aspecto que reforça a falta de destaque dado aos acontecimentos ambientais pelo diário em análise, tem a ver com a dimensão das matérias. A maior parte dos textos publicados é de pequena dimensão (1/4 da página ou menos), com um percentual de 89%, o que equivale a 107 notícias publicadas.

No que concerne à dimensão territorial, ou seja, a contextualização geográfica da abordagem das matérias foi possível inferir, com base nos dados da pesquisa, que a grande maioria de matérias ambientais reporta acontecimentos que demonstram a dimensão geográfica nacional do tema.

Em termos de relacionamento com as fontes, o modo como *Notícias* cobriu o tema do meio ambiente, ao longo do período analisado, foi possível constatar que o veículo privilegiou e recorreu de forma sistemática a informações provenientes de fontes oficiais, com preferência para depoimentos prestados por políticos e representantes de instituições estatais que perfazem 53,6% do total de fontes citadas. Conforme se destacou na análise, chama atenção à representatividade pouco expressiva de membros da população, organizações ambientalistas e cientistas o que demonstra a falta de diversidade de olhares voltados à temática ambiental. Esta tendência, que dá preferência às fontes oficiais, faz com que o veículo acabe por investir menos na produção e veiculação de informação que permitam uma melhor compreensão da realidade sobre a problemática ambiental no país.

O cenário observado é contrário à visão de estudiosos, como Bueno (2007), que defendem que o Jornalismo Ambiental deve adotar a visão sistêmica, diversificar as fontes, de forma a contemplar diferentes vozes que podem elucidar aspectos ainda obscuros, além de problematizar o tema enfocado.

Nessa reflexão lembramos Hannigan (1995) que ressalta que os temas ambientais inscrevem-se profundamente nas agendas política e pública. Segundo ele, o protagonismo jornalístico também compete com o protagonismo e a iniciativa de outros atores sociais (cientistas, ambientalistas) no lançamento de temas para a agenda pública e para a agenda política.

Tendo em consideração a teoria do agendamento que confere aos meios de comunicação um maior poder na seleção, no enquadramento de temas e na influência da opinião pública, podemos afirmar que esse poder foi exercido de forma superficial pelo jornal *Notícias* em relação à problemática ambiental.

Ao longo da leitura dos dados da pesquisa foi possível verificar a diversidade de temas ambientais que foram abordados ao longo do período em análise, embora, tenha se notado falta de continuidade de algumas matérias em edições subsequentes, ou seja, apenas 10 matérias foram retomadas em outras edições do jornal.

A notoriedade de temas como desflorestamento (20,8%) e mudanças climáticas (19,2%) em relação a outras problemáticas ambientais justifica-se pela gravidade desses fenômenos em Moçambique. Estudos efetuados pelo MICOA e parceiros, revelam que as queimadas descontroladas no país, são responsáveis pela devastação de cerca de 220.000 hectares por ano. As principais causas dessas queimadas estão ligadas a ação do homem, constituindo 90% do total das queimadas efetuadas. Em relação às mudanças climáticas, Moçambique é um dos países mais vulneráveis do mundo, estando em sétimo lugar na escala global no que diz respeito à vulnerabilidade.

Outro aspecto que destacamos neste estudo é que o uso de elementos gráficos (fotografias) foi bem explorado, pois mais de 50% dos textos foram acompanhadas de fotografias que serviram como complemento da informação textual.

Importa salientar que Junho foi o mês onde o jornal Notícias publicou maior número matérias ambientais. A aparição destas matérias neste período pode ter sido impulsionada pela realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento sustentável, a Rio + 20.

Diante das fragilidades na cobertura ambiental, achamos que o Jornalismo Ambiental em Moçambique tem ainda imensos desafios a superar. Não adianta, apenas, acreditar que eles podem ser vencidos, embora isso seja importante. É necessário que os jornalistas estejam dispostos e capacitados para essa tarefa. A prontidão para esta luta, que, provavelmente, será difícil e longa, pressupõe necessariamente o engajamento e o compromisso. Assim, entendemos que os órgãos de comunicação social devem investir na formação dos jornalistas de modo a garantir a produção de matérias mais qualificadas e completas. Os jornalistas devem ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação do debate ambiental. Consideramos necessária a busca permanente de qualificação individual, pois diante de uma sociedade em plena transformação nunca conseguiremos saber tudo. Por isso, a atualização constante é fundamental. Também consideramos importante que as fontes acessadas contemplem visões diferentes e que o jornal não fique atrelado a fontes governamentais ou estatais. Pela estrutura política e econômica do

Notícias sabemos que esse é um desafio a ser enfrentado para que o jornalismo praticado cumpra com sua função social e não se mostre uma espécie de espelho do pensamento estatal. Nessa perspectiva o papel dos sindicatos, associações e de rede de jornalistas são fundamentais.

Um dos grandes e maiores desafios do jornalismo ambiental em Moçambique diz respeito à tentativa deliberada de despolitizar o debate das questões ambientais, pois não se percebe as conexões entre problemas ambientais, o modelo de desenvolvimento econômico, o processo acelerado da globalização e o consumo desenfreado e estimulado pelos meios de comunicação.

O Jornalismo no geral se indigna com a injustiça social, mas tolera a ausência ou ineficácia de políticas públicas (para tratamento e destino do lixo, saneamento básico, gestão dos recursos hídricos). Não estabelece vínculo entre a temática ambiental e projectos de grande dimensão como o agronegócio e a exploração dos recursos minerais.

Foi possível notar que o jornal Notícias prioriza a exploração dos recursos minerais somente como uma actividade econômica e deixa a discussão e conscientização ambiental em segundo plano.

As questões ambientais em Moçambique devem ser resolvidas também pelos menos favorecidos, os que não têm voz como os habitantes das florestas, agricultores familiares, os atingidos pelos grandes projectos e programas (Exploração de gás e petróleo).

Portanto, é importante enfatizar que para se fazer um jornalismo ambiental proactivo e que contribua para conscientizar a sociedade é necessário que se aposte na formação prévia e actualização constante dos profissionais de imprensa. Também exige uma certa dose de responsabilidade, posto que a demanda é grande, o tempo é escasso e as intenções das fontes nem sempre são mais altruístas.

Em suma, pode-se afirmar que a qualidade da cobertura jornalística sobre o meio ambiente no jornal Notícias, do ponto de vista dos ditames do Jornalismo Ambiental e da função pedagógica do jornalismo, revelou-se deficitária, na medida em que os conteúdos das matérias publicadas carecem de contextualização e problematização, que permitam indicar caminhos e soluções para o enfrentamento da problemática ambiental na sociedade moçambicana.

A sociedade moçambicana merece e precisa de uma imprensa democrática, engajada e que faça o bom jornalismo, apontando os erros que afetam o meio ambiente e a saúde de todos e estimulando as pessoas a participarem das discussões que contribuem com a

sustentabilidade da vida no planeta e, especificamente, que se interesse em atuar para melhorar as condições ambientais do país.

Estamos cientes de que este estudo não responde na plenitude todas nossas inquietações, devido ao tempo escasso que se tem no curso de mestrado. Também sabemos que este trabalho, assim como qualquer outro de natureza científica é sempre um produto inacabado, em função de novas interrogações que vão aparecendo ao longo da pesquisa. O trabalho teria sido mais exaustivo se conseguíssemos incorporar mais meios de comunicação (semanários, rádios e TVs) de Moçambique e se tivéssemos também a oportunidade de conhecer a opinião do público leitor sobre a cobertura ambiental do jornal Notícias. Outra falta que apontamos se refere a entrevistas com jornalistas, editores e chefes de redação do jornal. Precisamos fazer a opção de não ouvir os jornalistas e o público leitor devido aos longos procedimentos relativos à submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que poderia tornar inviável a conclusão do trabalho no tempo exigido para o mestrado.

A não permissão pela direção do *Notícias* da retirada do material de pesquisa, que se encontra organizado ou arquivado em cadernos, para fazermos a reprodução no exterior do jornal e a falta de condições ao nível interno para se poder reproduzir os textos, criou dificuldades imensas ao pesquisador. Como alternativa, procuramos por outros acervos como o Arquivo Histórico de Moçambique e a Imprensa Nacional. A tentativa foi infrutífera, pois, as edições de 2012 estavam em processo de encadernação e sem data limite para o seu término, fato que obrigou o pesquisador a recolher de material em condições difíceis no arquivo do próprio jornal.

Mesmo com as limitações aqui relatadas temos certeza que este estudo que encerra nossa caminhada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul agrega contribuições à pesquisa sobre jornalismo em Moçambique. Esperamos que ela sensibilize os jornalistas moçambicanos a terem um olhar mais cuidadoso para a temática ambiental e também que estimule estudantes tanto na graduação como na pós-graduação a realizarem suas pesquisas na área do Jornalismo Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. **Análise Social**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v.28, n. 123-124, p. 1117-1136, 1993.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção das notícias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ANDERSON, A. Culture and Environment, London:UCL Press. 1997.
- ANDERSON, A. Source-media relations: The production of the environmental agenda, in HANSEN, A. (Ed.) *The Mass Media and Environmental Issues*. Leicester University Press, 1993.
- BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. São Paulo: Difel, 1985.
- BANDEIRA, S.O. et al. The Current Knowledge of Marine Pollution in Maputo Bay, Mozambique, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** [traduzido por Luís Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70, 3ªed. 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa: Edições 70, 1997/2006.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes, Petrópolis, Brasil, 2002.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.) **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 20.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. Interação social no cotidiano. In: Mortensen, David. **Teoria da comunicação – textos básicos**. São Paulo: Editora Mosaico, 1980.
- BERGER, PETER; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 33ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BORDENAVE, J. E. Dias. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**. São Paulo: Mojoara Editora, 2007.
- CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CERVI, Emerson Urizzi; CANCIAN, Natália; SANTOS, Sandra dos. **Fotografia e visibilidade de temas sociais nas primeiras páginas de jornal diários**: análise comparativa entre periódicos de abrangência local e regional durante a campanha eleitoral de 2006. Disponível em <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/9/9d/gt4_05Ecervi.pdf>. Acesso em 14 de Out. de 2014.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org). **Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica: teoria e técnica. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 3-21.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do Jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.

CHARAUDEU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COTTLE, S. **The Mass Media and Enviromental**, Leicester Universtity Press, 1993.

DORNELLES, Beatriz. *O fim da objectividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental*. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho e SCHWAAB, Reges Toni. **Jornalismo Ambiental**: Desafios e Reflexões. Porto Alegre. Don Queixote Editora, 2008, p. 43.

DUARTE, Jorge; FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Relacionamento fonte/jornalista. In:DUARTE, Jorge (Org.) **Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 51-75

Eduardo J. Viola. **São Paulo em Perspectiva**. Desenvolvimento e meio ambiente, vol.6. São Paulo, jan/jun,1992.

ERBOLATO, Mário. **A Técnica de Codificação em jornalismo**, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1985.

_____. Mutações nos discursos jornalísticos: Da “construção da realidade” à “realidade da construção”. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana (Org.). Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática. v. 1. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 46-63.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia**: modos de educar na (e pela) TV. In: Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, pp. 151-162, jan – jun, 2002.

_____. **Fotojornalismo**: uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. 2002. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; CAMANA, Ângela; FANTE, Eliege Maria; KOLLING, Patrícia; MASSIERER, Carine; MORAES, Claudia Herte de; OLIVEIRA, Giovani de. A pesquisa em Jornalismo Ambiental na região Sul do Brasil. In: **SBPJoy Associação**

Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 11o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2013, Brasília - DF.

GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges. Pensando o jornalismo ambiental na ótica da sustentabilidade. In: UNIrevista, v. 1, n. 3, jul.2006. Disponível em: <www.alaic.net/ponencias/UNIrev_Girardi.pdf>.

GIRARDI, Ilza M.T. e SCHWAAB, Reges T. **Jornalismo ambiental – desafios e reflexões**. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. Porto Alegre: Dom Quixote, pp. 105-118, 2008.

GONÇALVES, José Júlio **A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)**, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HANSEN, A. Greenpeace and press coverage of environmental issues, Leicester University Press, 1993.

HANSEN, A. Socio-political values underlying media coverage of the environment. Media Development, n.o 37, 1990.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Claudia e Benetti, Marcia (org.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HOHLFELD, António. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELD, António; MARTINHO, C. Luiz, FRANÇA, Vera Veiga (orgs). **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JANE, T. J. **História dos meios de comunicação social em Moçambique: do colonialismo ao governo popular** [Dissertação de Mestrado]. São Bernardo do Campo: IMS, 1990.

JOHN, Liana. Imprensa, Meio Ambiente e Cidadania. **Revista Ciência e Ambiente**. Santa Maria: USFM, v.23, jul./dez. 2001.

LAGE, N. A reportagem: **teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, Vozes, 2001.

LOPES, Maria immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MACHIANA, Emídio. Revista “Tempo” e a revolução moçambicana: **da mobilização popular ao problema da crítica na informação**, 1974 -1977. Maputo: Promédia, p. 2002.236.

- MAGAIA, Albino. **A informação em Moçambique: a força da palavra.** Maputo, Sociedade de Notícias, 1994.
- MARQUES DE MELO, José. **Estudos de Jornalismo Comparado,** São Paulo, Pioneira, 1972.
- MARQUES DE MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro.** São Paulo, Editora Vozes, 2010.
- MARQUES DE MELO, José & ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro.** 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MATTELART, A. **Comunicación y transición al socialismo.** El caso Mozambique. México: Era, p.1981, 214.
- MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no Mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise de textos da teoria do agendamento.** Coimbra, Minerva, 2000. P. 125-134.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A função do agendamento dos media. In: MCQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MEDINA, N. M. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis, Vozes, 1999.
- MEDISH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi>.
- MICOA. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira de Moçambique.** Versão preliminar. Maputo. Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental, 1998, p. 67.
- MINAYO, Maria Cecília & SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Rio de Janeiro: **Caderno Saúde Pública**, 1993.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22,32, 1999. Disponível em: [http://www.letraviva.net/arquivos/tcc/5-%20Roque Moraes.pdf](http://www.letraviva.net/arquivos/tcc/5-%20Roque%20Moraes.pdf). Acesso em 27 de Maio de 2014.

MOTTA, G. Os transgênicos na grande imprensa: Uma análise de conteúdo. In: PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. E SOUZA VIANNA, J.N. (Orgs.) *Economia, Meio Ambiente e Comunicação*: Garamond, 2006.

NEUZIL, M e KOVARIK, W. **Mass Media and Environmental Conflict**: America's Green Crusades. London: Sage, 1996.

PENA, Filipe. **Teorias do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSA, G. Pereira. **A Quercus nas Notícias**: Consolidação de uma Fonte Não Oficial nas Notícias de Ambiente. Porto: Porto Editora, 2006.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PICCINNIN, Fabiana. **Edição em jornalismo**: ensino, teoria e prática, Santa Cruz do Sul: EDUNISIC, 2006.

PONTES, Filipe Simão; SILVA, Gislene. Jornalismo e realidade: a necessidade social da notícia. **Revista Galáxia**. N. 18. pp.45-55, São Paulo: PUC-SP, dez.2009.

ROCHA, Ilídio. **Contribuição para a história da imprensa em Moçambique**. Lourenço Marques: Codam, 1974.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Comunicação e cultura**: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Lisboa, 1994.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre fontes e jornalistas**. Coimbra: Minerva, 1997.

SCHMIDT, L. **Ambiente no Ecrã**. Emissões e Demissões no Serviço público Televisivo. Lisboa, 2003.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação**: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus, 1985.

SMITH, C. News sources and power elites in news coverage of the Exxon Valdez oil spill. **Journalism Quarterly**, vol. 70, n. 2, 1993.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto, 2001. Disponível em: www.bocc.ubi.pt.

STEWART, B.A.; ROBISON, C.A. Are agroecosystems sustainable in semiarid regions? **Adv. Agronomy**. v.60, p.191-228, 1997.

TINGA, F. **Experiência das Rádios Comunitárias**. Estudo apresentado ao seminário Nacional sobre comunicação para o desenvolvimento, organizado pelo instituto de Comunicação Social – ICS, 1996.

TRAQUINA, N. **A Tribo Jornalística**: Uma Comunidade Transnacional, Lisboa, 2004.

TRAQUINA, N. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra, Minerva, 2000.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como um ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993, p.74.

VERÓN, Eliseu. **Construir el acontecimiento.** Buenos Aires: Gedisa, 1987.

VIANNA, Sérgio Besserman. Apresentação. In: GUIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010, p.7.

Vizeu, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 40, pp.77-83, dez.2009.

ANEXO 1 – TEXTO 1

Data: 14/01/2012

Título: MICOA avalia abate desenfreada de cajueiros

notícias
ANOVOS

MICOA	Notícia, 14-01-12
-------	----------------------

NAMPULA
MICOA avalia abate desenfreada de cajueiros

TÉCNICOS da Direcção Provincial para Coordenação de Acção Ambiental de Nampula, foram recentemente enviados para os distritos de Nacala-Porto, Nacala-Velha e Mossuril, com a missão de avaliar os níveis de degradação ambiental decorrentes do abate desenfreado de cajueiros.

O acto resulta da acção de industriais da área de refinação de óleo alimentar e de panificação que abatem aquela espécie para extracção de combustíveis lenhosos para o exercício das suas actividades.

Esta intervenção pretende avaliar até que ponto o desmatamento pode ser considerado como simples problema ou crime ambiental, numa altura em que os Serviços de Florestas e Fauna Bravia e o Instituto do Caju, se mantêm aparentemente alheios ao problema.

Os industriais, depois de arrasarem os cajueiros de Nacala-Porto,



tomaram de assalto os distritos de Mossuril e parte de Nacala-Velha, alegando possuírem licença para a exploração daquela espécie florestal não selvagem.

Os Serviços das Actividades Económicas de Nacala-Porto, não são capazes de avaliar a delicadeza deste comércio que, para obter um quilograma de cascas, são necessários mais de 100 cajueiros que custam 200 metros cúbicos.

Alertado-se do facto de as instituições encarregadas de reair por esta situação se encontrarem a cumprir o facto agravado pela ausência de uma sociedade civil actualizada, os industriais vão agindo à seu bel prazer.

O cenário é tão dramático, situação que poderá levar, nos próximos tempos, para que Nacala-Porto apresente serios problemas decorrentes das mudanças climáticas, tenha que importar a castanha de caju. (ADM)

*Secção Ambiente e ambiente
114 da página
notícia, ilustração, sem assinatura
1.12.11/2011/01/14/centro*

Data: 10/02/2012

Título: Ilhéus abatem árvores para fabrico de pão

notícias

ARQUIVO

Florestas

Notícias

10-02-12

A RESERVA florestal da Ilha da Inhaca, uma das importantes áreas de conservação da cidade do Maputo, está a ser destruída por alguns residentes locais que invadem aquele espaço para cortar árvores, cujos troncos são usados no fabrico de pão.

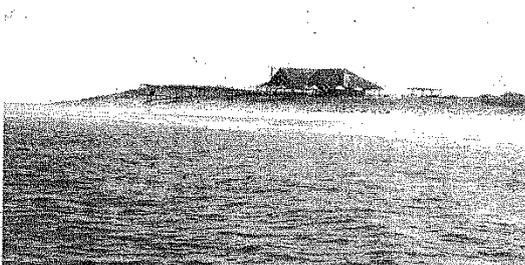
Sem precisar a dimensão da área devastada, informações ontem avançadas durante o primeiro dia da visita de trabalho da governadora da capital, Lucília Hama, à ilha, indicam que vezes sem conta a população faz-se à reserva para abater árvores, maior parte das quais protegidas, para alimentar as indústrias caseiras de panificação.

Paralelamente ao corte de árvores, há indivíduos que simplesmente ateam fogo naquele espaço, não se sabendo as suas reais motivações. Um dos casos mais recentes deu-se em finais do ano passado, em que uma mulher foi detida por prática de queimadas descontroladas dentro da zona protegida.

Aliado ao fenómeno, aquela porção de terra cercada de água, que compõe o Distrito Municipal de Ka Nyaka, debate-se também com conflitos familiares, destacando-se acusações de feitiçaria, falta de morgue e do sistema de abastecimento de água, fracos níveis de reembolso dos empréstimos do Fundo de Desenvolvimento Distrital e exiguidade de infra-estruturas públicas.

RESERVA FLORESTAL DA INHACA EM RISCO

Ilhéus abatem árvores para fabrico de pão



Reserva da Inhaca em risco

Membros do Governo e do Conselho Consultivo locais que falaram no encontro com a governante disseram que a falta de uma unidade de conservação de corpos no único centro de Saúde do distrito embaraça a ilha em caso de morte de pessoas idas de outros pontos da cidade e/ou do país.

No que se refere ao FDD, sabe-se que 164 projectos foram financiados desde 2008 a 2011, mas apenas quatro mutuários é que

já concluíram o reembolso dos valores.

Outra questão que dificulta o processo se prende com a opção pelo mesmo tipo de negócios, o que pode estar a concorrer para o insucesso de alguns beneficiários. Dos 46 projectos de 2011, por exemplo, 31 são de comércio, nove de pesca, turismo com três e a indústria, agro-processamento e abastecimento de água com um caso cada.

Lucília Hama recomendou aos responsáveis locais para que apliquem as taxas geradas na exploração turística, uma grande fonte de receitas de Ka Nyaka na resolução dos principais problemas actuais, como o caso da falta de morgue.

Quanto ao corte de árvores na reserva, a governadora deplorou a atitude e recomendou aos ilhéus para que apostem em actividades sustentáveis que não lesen a vida da Inhaca, tais como a apicultura, pesca e o turismo.

Além do encontro com membros do Governo e do Conselho Consultivo, Lucília Hama orientou uma reunião do Comité local do Partido Frelimo e ao entardecer ouviu os beneficiários do FDD, onde buscou soluções dos baixos níveis de reembolso, para além de visitar algumas infra-estruturas sociais erguidas nos últimos tempos naquele ponto da capital. Hoje, segundo dos três dias de trabalho, aquela responsável vai, entre outras actividades, orientar um comité popular do bairro Inguane.

ANEXO 3 – TEXTO 3

Data: 14/03/2012

Título: Ambientalistas aplaudem decisão do governo

notícias

14.03.12

TRANSPORTE DE CARVÃO NO ZAMBEZE

Ambientalistas aplaudem decisão do Governo

A ORGANIZAÇÃO Justiça Ambiental (JA) congratulou o Governo pela decisão de rejeitar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que tinha em vista o transporte de carvão através do rio Zambeze.



Governo deu nóga ao transporte de carvão através do Zambeze

O projeto tinha sido proposto ao Governo pelas companhias mineiras Ruveradzi/Rio Tinto, que vivem assim rotineira a sua presença de usar o rio Zambeze para escoar o carvão mineral da província de Tete.

Em comunicado enviado à imprensa, a organização ambiental da Justiça Ambiental (JA) congratulou o Governo pela decisão de rejeitar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que tinha em vista o transporte de carvão através do rio Zambeze.

Para Zucuda, afirmando que "o impacto ambiental da proposta é muito negativo e não havendo soluções para mitigar esse efeito, não é possível utilizar o transporte fluvial para transportar, até à costa, o carvão mineral extraído na província de Tete".

A Justiça Ambiental ocorreu que desde o início do processo que não tem recomendado a não aprovação da proposta, daí ter

feito uma agradável surpresa a Junta ao ser aprovado o encaminhamento de que o Governo rejeitasse a proposta do encaminhamento do carvão através do "Zambeze". Segundo a organização, esta decisão do Executivo, para além de ser oportuna, foi cuidadosa e responsável, não obstante as avaliações claras dos estudos realizados que a navegação do rio para este tipo de actividade não é viável.

"Congratulamo-nos neste Governo pela análise e decisão correcta deste projecto, esperando que continuem firmes nesta e aplaudindo sempre a priorização de soluções mais sustentáveis como é o caso do Tete Tete", refere António Lourenço, director do Conselho de Defesa da Justiça Ambiental. Apesar de Tete Mineira, em comarca e que vivem apanha.

A JA recorda ainda que a realização do transporte do EIA, está condicionada a uma análise profunda do referido documento, tendo concluído que o mesmo não estava devidamente fundamentado com dados científicos.

Por outro lado, as realidades da montanha são muito favoráveis para além do que a decisão para o levantamento de dados das instituições e que havia falta de informação e estudos sobre ruínas arqueológicas de importância, nomeadamente, o qualificado, onde que, depois de ter sido o "Bela Vista", a conclusão é que chegou à conclusão que o projecto de EIA não deveria ser aprovado.

A implementação do projecto do Ruveradzi/Rio Tinto só poderia ter sido permitida se não houvesse impedimentos à aprovação de um EIA completo, onde se tivesse efectuado um estudo de impacto ambiental e a análise dos diferentes elementos que compõem a organização.

É importante que EIA de projectos desta natureza sejam devidamente elaborados e aprovados de forma fragmentada, como é esse o caso, através de implementação a aprovação da proposta. A realização da análise ao nível de execução do projecto EIA e a realização de estudos ambientais não podem ser igualmente as outras opções, e demasiado tempo para não ser cumprido.

Data: 10/11/2012

Título: Bypass foi um sucesso

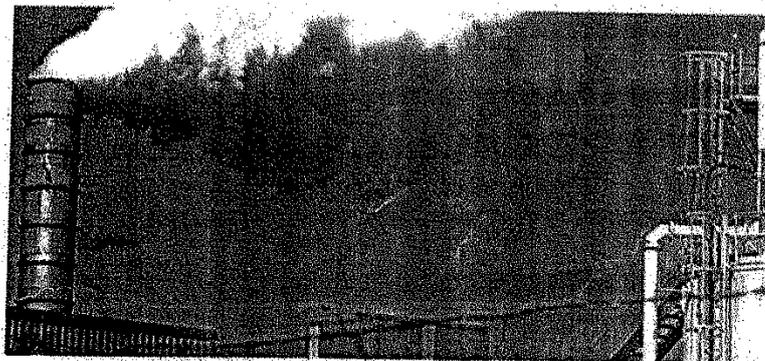
notícias
ARQUIVO

fábrica de Alumínio	notícias
	10-11-12

“Bypass” foi um sucesso

– reitera o Governo

O GOVERNO reitera que a “operação bypass”, concluída no ano passado pela fundição de alumínio “Mozal”, foi um sucesso, porque decorreu dentro da normalidade e conforme as previsões para a sua execução.



A operação para a reconstrução dos Centros de Tratamento de Fumos Industriais (CTF), denominado “bypass”, e que se incluía na emissão directa dos fumos para a atmosfera, teve lugar de 17 de Novembro de 2010 a 2 de Abril de

2011, perfazendo 137 dias. Este foi um dos temas da 40ª sessão ordinária do Conselho de Ministros, que teve lugar hoje, no Maputo, durante a qual o Governo também apreciou e aprovou outros instrumentos legais, com destaque para a Lei que cria o Serviço Nacio-

nal Penitenciário, em substituição do então Serviço Nacional das Prisões. Falando à imprensa, no término da sessão do Conselho de Ministros, a Vice-Ministra para a Coordenação da Acção Ambiental, Ana Paula Chichava, explicou

que a operação, que até chegou a alimentar especulações sobre a sua sustentabilidade, decorreu de uma forma “positiva” e “sem sobresaltos”. Ela fez questão de sublinhar que a operação decorreu dentro das previsões contidas num estudo

de dispersão de gases realizado pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a maior e mais antiga instituição de Ensino Superior no país. Esta é a primeira avaliação feita pelo Governo volvidos mais de seis meses depois do término da operação. – (AMB)

*Secção - Criança e Ambiente
116 - na página
Foco - os grandes sucessos*

Data: 26/07/2012

Título: Os efeitos da contaminação por mercúrio

notícias

ARQUIVO

26-07-12

Os efeitos da contaminação por mercúrio

UMA das preocupações que o garimpo traz é o nível de danos que esta actividade traz ao meio ambiente. No nosso país, a província de Manica é um exemplo de que a actividade mineira, industrial ou artesanal, deve ser monitorada, pois está-se na iminência de desastres ambientais consideráveis, com influência na vida das comunidades.



Ainda que não haja confirmação dos níveis de contaminação na albufeira de Chicamba, na província de Manica, porque os resultados das análises laboratoriais necessitam de pesquisas suplementares, a preocupação terá que ser maior, já que este é um dos maiores lagos artificiais do país e que constitui a principal fonte de água da província de Manica, para a contaminação da água pode perder o seu potencial. Segundo responsáveis locais, a água da albufeira apresenta fezes e urina, sinais evidentes de contaminação. Segundo o responsável da albufeira de Chicamba, João António, a água está contaminada com mercúrio, chumbo e outros metais pesados. Segundo o responsável da albufeira de Chicamba, João António, a água está contaminada com mercúrio, chumbo e outros metais pesados.

e animais. Este metal afecta o sistema nervoso central, provocando lesões no córtex e na capa granular do cérebro, para além de alterações em órgãos do sistema cardiovascular, que são cada vez mais frequentes. Acumula-se no sistema nervoso, principalmente no cérebro, medula e rins e provoca a perda de coordenação dos movimentos, dificuldade no falar, comer e ouvir, além de atrofia e lesões renais. No meio ambiente, o mercúrio é absorvido pelos organismos vivos e vai-se acumulando de forma contínua. Pela contaminação

do mesmo humano deposita-se nos tecidos, causando danos graves principalmente nos rins, fígado, aparelho digestivo e sistema nervoso central. A exposição aguda, por inalação de vapores de mercúrio, por exemplo pelos garimpeiros, pode resultar em fraqueza, fadiga, anorexia, perda de peso e perturbações gastrointestinais. A ingestão de compostos de mercúrio, em particular cloreto de mercúrio, provoca úlcera gastrointestinal e necrose tubular aguda. A exposição excessiva a este

mercúrio em metilmercúrio. Em Chicamba, o mercúrio já está a afectar a estrutura da barragem. Segundo o respectivo director, Sérgio Sacama, explica que, entre outros efeitos, a contaminação está a resultar na oxidação do equipamento devido à contaminação das águas da albufeira. As máquinas da hidroelétrica também estão a ser afectadas, segundo Sérgio Sacama, facto que imputa à actividade garimpeira. A albufeira de Chicamba

João António, responsável da albufeira de Chicamba, afirma que a água está contaminada com mercúrio, chumbo e outros metais pesados. Segundo o responsável da albufeira de Chicamba, João António, a água está contaminada com mercúrio, chumbo e outros metais pesados.

Data: 04/09/2012

Título: Mudanças climáticas aumentam a vulnerabilidade de Moçambique

notícias
ARQUIVO

HICOA
Notícias
04-09-12

Mudanças climáticas aumentam vulnerabilidade de Moçambique

O AUMENTO e a frequência de eventos extremos devido às mudanças climáticas poderá tornar a vulnerabilidade do nosso país ainda mais acentuada pelo facto de sucessivamente a maior parte da população viver ao longo da costa.



Segundo a vice-ministra da Ambiente, Ana Paula Paulo Gudo, a vulnerabilidade do país está aumentando devido ao facto de sucessivamente a maior parte da população viver ao longo da costa.

de já estar patentes, apesar dos esforços de reconstrução e reabilitação que se seguiram imediatamente após a ocorrência. O reassentamento da população em zonas seguras, a edificação de infra-estruturas que contemplem os riscos climáticos e o fortalecimento do sistema de aviso prévio são algumas das acções levadas a cabo visando a redução da vulnerabilidade da população.

O Comité de Ciclones Tropicais da Baía do Sudoeste do Oceano Índico (região 1 África) realiza-se de forma anual como uma plataforma para avaliação da época ciclónica e de reforço do sistema de aviso prévio.

O evento, organizado pelo Instituto Nacional de Meteorologia em colaboração com a Organização Meteorológica Mundial e o Centro de Vigilância do Índico da região do Sudoeste do Oceano Índico, reafirma a necessidade de mitigação dos impactos dos eventos extremos através da cooperação entre os cientistas e académicos tanto da região assim como das outras bacias.

para contribuir com o seu conhecimento e experiência no sentido de reduzir as perdas em oportunidades de desenvolvimento.

A este propósito, Kari Kurjawa, chefe do escritório dos Ciclones Tropicais no Grande Área Mundial de Avisos de Alerta, disse que a sua instituição vai continuar a apoiar os países sob o lema do fortalecimento dos seus sistemas de aviso prévio.

Kurjawa defendeu uma maior articulação entre os países de forma a mudar os efeitos das alterações naturais sobre a sociedade.

Participou no evento, que ocorreu até ao início da tarde, representantes de 16 países-membros do Comité de Ciclones Tropicais da Baía do Sudoeste do Oceano Índico, que entre outros incluem Malávia, Índia, Moçambique, 2010/2011 e 2011/2012, diagnósticos de eventos mais significativos tendo em vista o desenvolvimento de um plano operacional de monitoria e contribuir para o reforço da capacidade de mitigação dos impactos negativos.

seguros - Ciência e Ambiente -
NOTICIA ILUSTRADA MAS ASSINADA.
ESPERO

ANEXO 7 – LISTA DAS MATÉRIAS ANALISADAS

Dia	Mês	Título das matérias	Gênero
14	Janeiro	MICOA avalia abate desenfreada de cajueiros	Notícia
28	Janeiro	Rio +20 não discutirá clima e aquecimento global	Notícia
31	Janeiro	Remoção de pesticidas obsoletos	Notícia
31	Janeiro	Intelectuais preveem fracasso no evento Rio + 20	Notícia
01	Fevereiro	Criar viveiros para travar desertificação e queimadas	Notícia
02	Fevereiro	Moçambique participa na conferência Rio + 20	Notícia
10	Fevereiro	Ilhéus abatem árvores para fabrico de pão	Notícia
10	Fevereiro	Moçambique prepara-se para o REDD	Notícia
13	Fevereiro	Plantadas 1200 árvores na floresta de Mulotana	Notícia
14	Fevereiro	Reflorestamento exige participação comunitária	Notícia
14	Fevereiro	Avaliação do impacto ambiental	
21	Fevereiro	País tem o mar menos poluído	Notícia
21	Fevereiro	Procura de lenha destrói florestas	Notícia
22	Fevereiro	Criação de florestas comunitárias	Notícia
24	Fevereiro	Conversas de aldeia para preservar espécies	Notícia
29	Fevereiro	Proteção da camada de ozono leva capacitação de técnicos	Notícia
02	Março	Embargados mais de cem projetos de investimentos	Notícia
03	Março	Moçambique elegível aos fundos do REDD	Notícia
06	Março	Debate-se implementação da Convenção de Roterdão	Notícia
09	Março	Licenciamento ambiental será feito nos distritos	Notícia
13	Março	Rio + 20 não prioriza questões ambientais	Notícia
16	Março	GEF canaliza fundos para acções ambientais	Notícia
17	Março	CPLP harmoniza posição para Rio + 20	Notícia
21	Março	Ordenamento territorial junta hoje especialistas	Notícia
22	Março	Travar a desordem para melhorar gestão do solo	Notícia
22	Março	Planos para melhorar gestão da terra no país	Notícia
26	Março	Moçambique defende “economia verde”	Notícia
27	Março	Financiamento do Fundo Global do Ambiente	Notícia
12	Abril	“Será possível reflorestamento com queimadas descontroladas”	Reportagem
12	Abril	Luz verde para financiar projectos ambientais	Notícia
24	Abril	Gorongosa passa dia da terra restaurando espécies vegetais	Notícia
25	Abril	Recolha de lixo preocupa moradores	Opinião
27	Abril	País quer aumento de verba do fundo global do ambiente	Notícia
28	Abril	Governo prepara roteiro para economia verde	Notícia
30	Abril	Moçambique e Tanzania atacam exploração ilegal	Notícia

05	Maio	Mecanismo REDD + ajudará na gestão de recursos naturais	Notícia
07	Maio	CPLP vai defender economia verde inclusiva	Notícia
07	Maio	Quercus apela a maior ação do governo	Notícia
11	Maio	Adaptação às mudanças climáticas deve comer já	Notícia
17	Maio	Paio de Mahlazine vira parque ecológico	Notícia
17	Maio	Sociedade Civil rejeita conceito de economia verde	Notícia
18	Maio	Plantas nativas e fruteiras para reflorestar Lalaua	Notícia
21	Maio	Moçambique harmoniza participação na "Rio + 20"	Notícia
22	Maio	País deu passos assinaláveis desde a 1ª Cimeira da terra	
23	Maio	Acordo climático global pode ser realidade em 2015	Notícia
25	Maio	Moçambique lança roteiro sobre sustentabilidade	Notícia
26	Maio	Desenvolvimento sustentável – Sociedade civil defende camponês como figura central	Notícia
26	Maio	Viveiros de plantas para reflorestar Maputo	Notícia
28	Maio	Mais de 16 mil hectares esperam reflorestamento	Notícia
07	Junho	Rio + 20 deve lutar pela economia verde	Notícia
07	Junho	Mudanças climáticas custam 80 mil milhões/euros	Notícia
08	Junho	Crescer economicamente com energias renováveis	Notícia
08	Junho	Cidade de Maputo – Consciência ambiental abaixo do desejado	Notícia
11	Junho	Área de preservação preocupa cientistas ambientais	Notícia
10	Junho	João Tinga expõe "O nosso ambiente"	Notícia
10	Junho	Desmatamento é maior que reflorestamento	Reportagem
09	Junho	Economia verde abre espaço para proteger capital natural	Notícia
12	Junho	ITC avalia posse da terra pelas comunidades no país	Notícia
15	Junho	Os principais temas em debate na Rio + 20	Notícia
16	Junho	MICOA avalia risco de contaminação	Notícia
17	Junho	Cimeira rio + 20 os caminhos para o consenso	Notícia
18	Junho	Fórum Terra apoia reflorestamento	Notícia
18	Junho	Economia verde é tema principal da conferência	Notícia
19	Junho	Responsabilidades ambientais ameaçam consensos na Rio + 20	Notícia
20	Junho	Cimeira dividida entre expectativa e ceticismo	Notícia
21	Junho	Mundo decide sobre o planeta	Notícia
21	Junho	Consenso sobre documento mas sem metas concretas	Notícia
22	Junho	Quase ninguém sabe o que se decide na Rio + 20	Notícia
22	Junho	Rio + 20 pode não alcançar os objectivos	Notícia
02	Julho	Mega projectos devem valorizar meio ambiente	Notícia
06	Julho	Um olhar sobre pessoas que queimam lixo	Opinião
06	Julho	Ocupação da costa definida até Novembro	Notícia
09	Julho	Maputenses limpam Tunduro	Notícia

05	Maio	Mecanismo REDD + ajudará na gestão de recursos naturais	Notícia
07	Maio	CPLP vai defender economia verde inclusiva	Notícia
07	Maio	Quercus apela a maior ação do governo	Notícia
11	Maio	Adaptação às mudanças climáticas deve comer já	Notícia
17	Maio	Paio de Mahlazine vira parque ecológico	Notícia
17	Maio	Sociedade Civil rejeita conceito de economia verde	Notícia
18	Maio	Plantas nativas e fruteiras para reflorestar Lalaua	Notícia
21	Maio	Moçambique harmoniza participação na "Rio + 20"	Notícia
22	Maio	País deu passos assinaláveis desde a 1ª Cimeira da terra	
23	Maio	Acordo climático global pode ser realidade em 2015	Notícia
25	Maio	Moçambique lança roteiro sobre sustentabilidade	Notícia
26	Maio	Desenvolvimento sustentável – Sociedade civil defende camponês como figura central	Notícia
26	Maio	Viveiros de plantas para reflorestar Maputo	Notícia
28	Maio	Mais de 16 mil hectares esperam reflorestamento	Notícia
07	Junho	Rio + 20 deve lutar pela economia verde	Notícia
07	Junho	Mudanças climáticas custam 80 mil milhões/euros	Notícia
08	Junho	Crescer economicamente com energias renováveis	Notícia
08	Junho	Cidade de Maputo – Consciência ambiental abaixo do desejado	Notícia
11	Junho	Área de preservação preocupa cientistas ambientais	Notícia
10	Junho	João Tinga expõe "O nosso ambiente"	Notícia
10	Junho	Desmatamento é maior que reflorestamento	Reportagem
09	Junho	Economia verde abre espaço para proteger capital natural	Notícia
12	Junho	ITC avalia posse da terra pelas comunidades no país	Notícia
15	Junho	Os principais temas em debate na Rio + 20	Notícia
16	Junho	MICOA avalia risco de contaminação	Notícia
17	Junho	Cimeira rio + 20 os caminhos para o consenso	Notícia
18	Junho	Fórum Terra apoia reflorestamento	Notícia
18	Junho	Economia verde é tema principal da conferência	Notícia
19	Junho	Responsabilidades ambientais ameaçam consensos na Rio + 20	Notícia
20	Junho	Cimeira dividida entre expectativa e cepticismo	Notícia
21	Junho	Mundo decide sobre o planeta	Notícia
21	Junho	Consenso sobre documento mas sem metas concretas	Notícia
22	Junho	Quase ninguém sabe o que se decide na Rio + 20	Notícia
22	Junho	Rio + 20 pode não alcançar os objectivos	Notícia
02	Julho	Mega projectos devem valorizar meio ambiente	Notícia
06	Julho	Um olhar sobre pessoas que queimam lixo	Opinião
06	Julho	Ocupação da costa definida até Novembro	Notícia
09	Julho	Maputenses limpam Tunduro	Notícia

09	Julho	Lançada campanha de ordenamento territorial	Notícia
10	Julho	Ambiente sustentável longe de ser alcançado	Notícia
17	Julho	Fogões melhorados em prol do meio ambiente	Notícia
18	Julho	Florestas mais importantes no combate ao aquecimento	Notícia
18	Julho	País prepara estratégias de mudanças climáticas	Notícia
26	Julho	Os efeitos da contaminação por mercúrio	Notícia
01	Agosto	Cooperativa produz adubos amigos do ambiente	Notícia
02	Agosto	Garimpo – Degradação ambiental preocupa deputados da Assembleia da República	Notícia
02	Agosto	Queimadas descontroladas devastam Gorongosa	Notícia
03	Agosto	Demora na alocação fundos compromete à erosão	Notícia
05	Agosto	Justiça ambiental discute ciclo de mineração mundial	Notícia
08	Agosto	País integra “troika” de mudanças climáticas	Notícia
15	Agosto	Queimadas ameaçam ecoturismo em Manica	Notícia
16	Agosto	Em debate estratégia de mudanças climáticas	Notícia
25	Agosto	Governo e ONU protegem zonas costeiras do país	Notícia
04	Setembro	Aterro sanitário pronto até 2014	Notícia
04	Setembro	Mudanças climáticas aumentam vulnerabilidade de Moçambique	Notícia
05	Setembro	MICOA passa a exigir planos de gestão ambiental	Notícia
12	Setembro	Utilização do plástico no comércio	Opinião
17	Setembro	Mudanças climáticas afectam sector privado	Notícia
19	Setembro	MICOA reitera apoio à formação de jornalistas	Notícia
24	Setembro	Harmoniza-se legislação sobre gestão de resíduos	Notícia
24	Setembro	Estratégia do país deve refletir ações de adaptação e mitigação	Notícia
27	Setembro	Fogões melhorados para travar desflorestação	Notícia
01	Outubro	Líderes apoiam a adopção de tecnologias agrícolas	Notícia
10	Outubro	Mundo discute proteção da biodiversidade	Notícia
17	Outubro	Encontro Nacional procura reduzir calamidades	Notícia
17	Outubro	Queimadas matam e destroem em Sofala	Notícia
19	Outubro	Usar plantas como adubo no lugar de fertilizantes	Notícia
19	Outubro	Mais de 400 espécies ameaçadas de extinção	Notícia
24	Outubro	Ocupação desordenada complica gestão de solos	Notícia
24	Outubro	Proteção costeira	Notícia
25	Outubro	Ranking do desmatamento coloca África em 2º lugar	Notícia
10	Novembro	“Bypass” foi um sucesso	Notícia
17	Novembro	Encerramento da lixeira de Hulene	Reportagem
17	Novembro	Debate-se adaptação às mudanças climáticas	Notícia

19	Novembro	MICOA espera maior rigor na proteção ambiental	Notícia5
26	Novembro	Gestão de resíduos sólidos	Opinião
26	Novembro	Mundo reunido em Quatar para defender futuro do clima	Notícia
26	Novembro	Distrito de Manica sob-risco de desertificação	Reportagem
28	Novembro	Segundo “Quioto” concentra atenções	Notícia
30	Novembro	Mudanças climáticas-Moçambique quer celeridade nos compromissos assumidos	Notícia
03	Dezembro	220 hectares de floresta desaparecem por ano no país	Notícia
04	Dezembro	Há desacordos nas discussões sobre futuro climático global	Notícia
05	Dezembro	XIII mundial sobre mudanças climáticas	Notícia
14	Dezembro	Crida no país plataforma contra mudanças climáticas	Notícia
14	Dezembro	Exploração florestal provoca desmatamento	Notícia
15	Dezembro	País prepara plano para economia verde	Notícia
16	Dezembro	Mundo debate diversidade biológica	Notícia
24	Dezembro	Propagação vegetativa para recuperar florestas	Notícia
29	Dezembro	Mudanças climáticas - País na lista dos 10 mais vulneráveis do mundo	Notícia